

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM HISTÓRIA SOCIAL

SHEILA ALICE GOMES DA SILVA

Negros em Guaianases: cultura e memória

SÃO PAULO
2015

SHEILA ALICE GOMES DA SILVA

Negros em Guaianases: cultura e memória

Dissertação apresentada ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Prof. Dr. Amailton Magno Azevedo.

SÃO PAULO
2015

FOLHA DE APROVAÇÃO

Sheila Alice Gomes da Silva

Negros em Guaianases: cultura e memória

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

A José Paulo das Neves (*in memoriam*),
amigo, irmão, pastor, homem de Deus,
aquele que acreditou em meu sonho e
viu em mim um chamado, o Faraó!

A dona Maria (*in memoriam*),
minha inspiração primeira.

AGRADECIMENTOS

Hoje sei que sonhos podem tornar-se realidade, ainda os que nos parecem mais impossíveis, mais distantes. Quando toda uma realidade social te diz não e te empurra a calar-se, ainda assim você pode gritar. Mesmo que todas as portas pareçam fechadas para nós, há sempre uma janela a se abrir. Neste caso, muitas janelas...

À CAPES, que financiou esta pesquisa.

Àquele que acreditou em minhas causas, soube ler meus anseios, me motivou a escrever com paixão, sorriu, abraçou e cultivou-me. É importante ter alguém que nos potencialize, nos mova e que acredite em nossas capacidades. O amigo, poeta, professor, alguém em quem confio, orientador, Profº Dr. Amailton Magno Azevedo.

À banca de qualificação formada pelas Professoras Dras. Maria Antonieta Antonacci, sempre tão disposta a ajudar e ouvir, e Yvone Dias Avelino, carinhosa e direcionadora, que contribuíram com apontamentos tão relevantes para esta pesquisa.

À minha querida família consanguínea, por sempre demonstrarem seu amor por mim com palavras, atitudes e orações. Jamais poderia ter se realizado este trabalho sem o cuidado de minha mãe com minha alimentação, minha saúde, meu bem-estar, me ajudando nas muitas idas ao cartório de Guaianases, e sempre reconhecendo o melhor que tenho em mim. O constante apoio do meu pai, me contando sobre suas lembranças do Guaianases de sua mocidade e me trazendo o *folder* analisado no 3º capítulo, encontrado em suas andanças. Às minhas irmãs, Tainá, que supriu minhas ausências na manutenção da casa, e Shirley que, mesmo de longe, sempre se lembrou de me encaminhar tudo que descobria sobre a temática estudada e que reconheceu em mim uma pesquisadora. Aos meus avós Alice e Francisco, sempre atentos às minhas necessidades, com palavras de carinho e muita dedicação. Eu sou, porque vocês são!

À minha igreja – família espiritual, na figura dos pastores Jair, Públio e Mabel, além de todos os irmãos/amigos que sempre me apoiaram orando e reconhecendo minhas angústias como legítimas.

Aos amigos que se propuseram a fazer dessa caminhada da escrita, que poderia ter sido tão solitária, um período de férteis descobertas, afáveis momentos e companheirismo. Lendo, relendo e fazendo preciosos apontamentos, agradeço a: Danilo Luiz Marques, Karla Leandro Rascke, Brito Junior, Vítor Vivolo e Felipe Esteves. Além de todos os colegas do mestrado da PUC-SP, impossível citar todos os nomes, sempre tão solícitos, instigadores e parceiros.

Àqueles como: Raul Carlos, Vilma Santana Santos, Mariana Garcia, Jonatas Poter, Marcos Rogério, Marco Sueitti, Fabiano Tizzo, Lauro Castelo, Wilstenio Wesley Bento, amigos que me acompanham desde sempre, me incentivando, reconhecendo meus esforços, partilhando dores, amores e alegrias, me ouvindo, chamando a atenção, me seguindo em palestras, apresentações, congressos, na vida! Como conseguir sem vocês? Impossível!

À todos os colaboradores que confiaram a mim suas memórias mais profundas, abriram suas casas, corações e intimidades, revelando a forte presença dos grupos negros no bairro de Guaianases.

Rendo-me em total gratidão a Ti, Senhor Jesus... A tradução do que é o amor...

*Assim como os céus são mais altos do que a terra,
também os meus caminhos são mais altos do que os vossos caminhos,
e os meus pensamentos, mais altos do que os vossos pensamentos.
(Isaías 55:09)*

RESUMO

SILVA, Sheila Alice Gomes da Silva. **Negros em Guaianases: Cultura e Memória**. 146 p. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

Este trabalho tem como objetivo central refletir sobre a presença negra no bairro paulistano de Guaianases a partir de suas práticas culturais e memórias. Tendo como base cronológica os anos entre 1930 e 1960, tomaram-se como fio condutor os lugares de resistência onde tais práticas se conformaram e se desenvolveram, as assim chamadas micro-Áfricas. Diante de um bairro que tem suas histórias de fundação e desenvolvimento alicerçadas na hegemonia eurocêntrica, a pesquisa reconhece a emergência da experiência negra e assume-se enquanto espaço de resistência, com a finalidade de fazer perceber histórias, protagonismos e memórias, outrora invisibilizados.

Palavras-chave: Memórias e culturas negras – Guaianases – Micro-Áfricas.

ABSTRACT

SILVA, Sheila Alice Gomes da Silva. **Negros em Guaianases: Cultura e Memória**. 146 p. Dissertation (Master in History), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2015.

This work centrally aimed at reflecting on the black presence at Guaianases, an east-side neighborhood located at São Paulo. In order to do so, the starting point of this study relied on the cultural practices and memories of the local black population. Chronologically situated between the years 1930 and 1960, the research took as its guide line the so called micro-Áfricas places of resistance in which the cultural practices are developed and conformed. Taking into account that the district has story foundation deeply related to the Eurocentric hegemony, the survey recognizes the emergence of the black experience and it assumes space of resistance, so as to shed light on realize stories, protagonism and memories, once invisible in the past.

Keywords: Memoirs and Black Cultures – Guaianases – Micro-Áfricas.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Planta Geral da capital paulista, organizada sob a direção de Gomes Cardim –1897.....	22
Figura 2 – Mapa Geral da Cidade de São Paulo – 1905 – constituído pela The São Paulo Railway, Light & Power Company – Linhas de Bonde.....	23
Figura 3 – Mapa que demonstra como o bairro Lajeado ficou dividido após a chegada da estrada de ferro.....	104
Figura 4 – Mapa feito a partir do sistema Sara-Brasil (1930), onde a linha azul evidencia o percurso do ramal da Pedreira, em vermelho a linha do bonde da Fazenda Santa Etelvina e, em amarelo, a da Passagem Funda.....	105
Figura 5 – Mapa que expressa o crescimento da área urbana do bairro de Guaianases entre o período de 1930 e 1955, evidenciando a divisão provocada pela ferrovia.....	106

SUMÁRIO

	Introdução	11
1	Capítulo 1 – São Paulo: enegrecimentos necessários.....	20
1.2	Dinâmicas cafeeiras na urbe paulistana.....	21
1.3	Resistência à higienização: a necessidade de se manter existente e se propagar	35
1.4	Cidade Partida em dicotomias raciais: Territórios brancos – Territórios negros	42
1.5	Mantendo longe quem não se quer ver: a Periferia urbana de São Paulo	46
2	Capítulo 2 – Entre a ausência e a presença negra em Guaianases.....	53
2.1	Indícios presentes nos Registros de Nascimento.....	55
2.2	1930 – Os registros de nascimento e a cor num bairro ainda rural.....	61
2.3	1935 – Nacionalidade e Cor	65
2.4	1940 – Cor, profissões e expectativas	67
2.5	1945 – Cor, migrações e ofícios.....	74
2.6	1950 – Profissões e os valores exigidos pelo Registro.....	79
2.7	1955 – Profissões e migrações.....	83
2.8	1960 – Cor, profissões e as taxas para o registro.....	91
2.9	Compilação de dados.....	98
3	Capítulo 3 – Rastros, Memórias e Histórias: Um Guaianases Negro.....	101
3.1	Rastros negros no bairro.....	102
3.2	Memórias presentes em Histórias Negras.....	111
3.3	Entrevistas.....	113
	Considerações finais.....	137
	Referências bibliográficas.....	139

INTRODUÇÃO

Há saberes que me pousam pelo ouvir, das experiências e histórias de velhos sábios, de um jeito de contar que me faz sentir, entender, estar. Memórias dos cheiros de Guaianases trazidos pelo vento morno que balança os bambuzais das muitas chácaras – testemunhas dos processos iniciais de ocupação do bairro, imerso nos roncões de motores, ruídos de buzinas, aviões e construções. No entanto, são outros sons nesse território que me chamam a atenção, como os das risadas infantis, dos gritos no pega-pega, das canções de um tempo que não vivi. Há um frescor no barro vermelho que é pisado por quem acorda cedo para trabalhar, migrante saudoso da terra natal. Memórias ancestrais escarificadas¹ adornam o meu corpo e o meu viver.

Nascida e criada na periferia paulistana, muito jovem já não me percebia nas histórias comuns desse território já que, afinal, eram heróis caucasianos os grandes desbravadores e construtores do meu chão. Uma presença associada à civilização e ao desenvolvimento. Mas e os milhos embonecados, as cantigas de roda, os sambas de esquina, o trançado chorado? Minha avó preta sempre diz que “o tempo demorava mais a passar – o mundo tá muito mudado!”. Quantas histórias habitam Guaianases? Aquilo que escapa à consciência das elites, os rastros², o que ficou de fora, silenciado, mas que não desapareceu; o que não se conseguiu aplainar do terreno. Onde estão as memórias do povo preto? Foram apagadas das histórias de um bairro que se quer branco?

Tais questionamentos fazem de mim a pesquisadora, a historiadora, a curiosa. Certa da emergência de se evidenciar presenças, memórias e saberes negros no bairro, lancei-me num exercício intelectual e contestador da hegemonia ideológica que permeia o senso comum nesses espaços. Em um processo fundamentado em sensibilidades, procurando ser capaz de captar emoções, singelezas, saudades, culturas, forças, fraquezas e produzir sentidos capazes de interpretar experiências. Desse lugar pessoal e tão marcado pelas vivências como negra e moradora do bairro desde criança, as reflexões são perpassadas por minhas experiências

¹ Escarificações são cicatrizes produzidas na pele do corpo de maneira não acidental a partir da utilização de instrumentos cortantes; que não se encerram no resultado. Para algumas culturas de sociedades do continente africano, escaras são sinais distintos de pertencimento, força, beleza; um processo ritualístico que pode representar a passagem para a maturidade do menino ou da menina. O processo de escarificação, portanto, não pode ser definido em sua simplicidade estética, mas, antes de tudo, como marcas profundas deixadas no corpo, cicatrizes de cultura.

² Segundo Glissant (2005) a condição humana se faz em movimentos que deixam rastros – marcas. Trabalhar com esses rastros significa pensar em lutas e histórias que não foram registradas, que ficaram de fora dos cânones.

históricas. Quando escrevo também falo de mim e do que me fez constituir a pesquisa enquanto espaço de resistência.

Guaianases é atualmente um bairro com aspirações de cidade. Não só pela área geográfica e pelo índice demográfico³, mas também pela pluralidade cultural que permeia o cotidiano de seus habitantes. Compartilhando a mesma vizinhança, é possível encontrar capoeiras jogando na calçada, descendentes de alemães a caminho do encontro dominical religioso, um descendente dos índios Guaianás abrindo seu herbanário, ou um sábio alagoano vendendo doces em sua barraquinha, um mineiro – agora cego de glaucoma – tateando com sua bengala um chão que conhece como as palmas das suas mãos. São tantas histórias, vidas e experiências que suas ruas, testemunhas oculares, contariam se pudessem falar. Mesmo assim, é uma história eurocentrada e hegemônica que, ainda, impregna a memória coletiva dos habitantes do bairro. Uma história que representa e reproduz o discurso popularizado no final do século XIX pelas elites intelectuais, que apontava para uma idealização identitária onde a nação brasileira⁴ precisaria promover o branqueamento de sua população para se tornar civilizada. O europeu não ocupa apenas o lugar de destaque no contexto de fundação e urbanização do bairro, mas antes, constitui-se a imagem e a identidade do território. Foi o contato com essas memórias que representam um Guaianases branco – europeu, em detrimento das histórias constituidoras de outras culturas no bairro – que me fizeram perceber a importância de alcançar e evidenciar as negras memórias que as representações comuns da história do bairro teimam em esquecer e que me fizeram acessar valores e saberes profundos, os quais me permitem reconhecer quem eu sou: negra – afro-brasileira. Guaianases é o lugar onde meu Eu e o das micro-Áfricas⁵ nos encontramos.

As micro-Áfricas⁶ são percebidas nos rastros deixados e ressignificados em costumes, práticas, rituais, socializações, memórias, lazer, crenças, resistências e compõem um lugar de

³ Segundo os índices apontados pelo Censo do ano de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o bairro de Guaianases compreende uma área geográfica de 17,8 Km² e uma população de 283.162 habitantes.

⁴ Utilizamos-nos da terminologia nação nessa parte do texto apontando para a ideologia dominante propagada pelos intelectuais a partir de meados do século XIX, mas entendemos que o conceito de nação produz um Brasil europeu, a morte da memória, legitimando uma padronização étnica, conforme salienta Risério (2007).

⁵ Assim como cita Azevedo (2006, p. 20), entendemos que: “O termo Áfricas significa pensar que a África não é um território homogêneo. Ao contrário, há diferenças entre as culturas, os tempos históricos e os povos que a habitam. Nesse sentido, há uma diversidade de Áfricas que multiplicam memórias que lá foram e são vividas”.

⁶ Formulado por Azevedo (2006) o conceito de micro-Áfricas propõe uma pluralidade de reflexões sobre os lugares culturais, físicos ou ideológicos onde africanos(as), afro-brasileiros(as) e negros(as) são agentes da sua própria cultura e da sua história, retomando os vínculos com a África, reafirmando relações e estabelecendo referências. Como estratégias de resistência cultural e espaços de enunciação, é a partir das micro-Áfricas que

enunciação, permanência e prolongamentos das culturas africanas ou afro-brasileiras, no qual me reconheci e fui provocada a empreender um esforço pessoal de observação, reconstrução e compreensão das experiências sociais, históricas e culturais desses grupos negros neste bairro periférico da cidade de São Paulo. As micro-Áfricas mostram-se, durante a pesquisa, como um conceito norteador para adentrarmos e compreendermos as memórias e os rastros africanos no bairro, além de evidenciar sobre qual perspectiva procuro encaminhar todo o processo de pesquisa. Delimitando o campo de atuação para o olhar das miudezas, dos pormenores, do que é comumente despercebido, as microconjunturas, o simples, o corriqueiro, um modo de pensar e estar no mundo, o aparentemente desimportante, porém capaz de nos dar pistas sobre as profundezas do viver. Nisso, Azevedo (2006) contribui de maneira preponderante apontando o conceito chave de micro-Áfricas, que representam nossa direção teórico-metodológica na busca pela apreensão das ressignificações de saberes, sociabilidades, vivências permeadas por culturas negro-africanas edificadas nas negras memórias do bairro periférico de Guaianases. Localizar as micro-Áfricas no universo bairrista é pensar que essa localização se dá a partir dos processos identitários, de pertencimento e identificação de grupos negros em Guaianases.

No contato com a produção de Antonacci percebi de maneira especial o seguinte excerto: “[...] integrando o universo acadêmico e o mundo letrado, ficamos pouco sensíveis à escuta do outro da oralidade⁷, persistimos em diálogos com a alteridade do oral, submerso e submetido por memórias escritas” (2013, p. 41). Nele senti-me desafiada a compor com sensibilidade, o que me trouxe outras problemáticas, afinal, como poderia eu não me submeter ao novo? Como despir-me, ouvidos, olhos, pensamentos, boca dos julgamentos que me impregnam? Como não prescindir e ignorar? Para tanto, a autora propõe e nos guia para uma resposta nada simplista: é preciso abrir janelas. Aceitando o desafio, entendi ser preciso ampliar as percepções. Escolhi, portanto, como estratégia de captação e acesso às memórias negras, pensadas a partir das experiências vividas – sentidas – a história oral de vida.

Esta metodologia se dedica a registrar a narrativa da experiência humana e, nesse caso, materializa o desejo de se evidenciar a voz de pessoas comuns, anônimas de maneira eminentemente democrática, já que para exercê-la é preciso ter o direito de gravar, de falar e de ouvir. O que significa, segundo Vansina (1982), uma atitude diante da realidade de acesso

essas populações se articulam e se fazem ouvir, se autorrepresentam, desconstruindo retóricas consagradas e confrontando epistemologias impostas.

⁷ Entendeu-se oralidade a partir de Antonacci (2013) como uma expressão que não se finda na voz, antes está imbricada em dinâmicas de corporeidade, além de se constituir enquanto patrimônio cultural vivo.

a valores profundos, sabedorias ancestrais, valorizando um tipo de experiência comumente ausente da historiografia tradicional. Em uma oralidade reveladora dos vazios que compõem os anais e a oportunidade de produzir novas documentações para futuras pesquisas, como função social. Ademais, representa, necessariamente, apontar para outras possibilidades de produção dos saberes, privilegiando cognições que se organizam a partir da oralidade, culturas ancoradas em tradições alocadas em dimensões extraocidentais, impregnadas de africanidades nos modos de viver e contar. De acordo com Hampaté Bâ (2010) a palavra falada nos revela uma dimensão espiritual, ela materializa no exterior vibrações de forças divinas, compõe a força vital das sociedades africanas e é a fonte primeira do conhecimento. As culturas negras no Brasil carregam traços de tradições africanas, sinais dessa ascendência no modo de narrar, memorizar e de se fazer comunicar, conforme aponta Antonacci (2013).

Assumindo que as metodologias de trabalho com a história oral se conformam “[...] enquanto possibilidade de fazer avançar uma História Social voltada para a apreensão de significados e valores com que homens, mulheres e crianças experimentam seus modos de viver e lembrar, presentes em suas vozes e gestos” (ANTONACCI, 2013, p. 29), interessa-me, nesta pesquisa, alcançar o universo subjetivo apontado por Portelli (1993), as entrelinhas que permeiam as narrativas, o que demanda do pesquisador sentidos atentos para perceber os processos que transpassam a dinâmica do lembrar, trazendo revelações e significações elaboradas ao longo de sua história com a comunidade, elementos que se compõem no falar ou calar e que o permitirão interpretar as realidades. A maneira como os sujeitos se organizam para falar, quais fatos selecionam, quais omitem ou silenciam, os esquecimentos e os processos são os elementos que compõem não uma narrativa da história, mas as narrativas das memórias. Para tanto, foi preciso se lançar em processos analíticos de rastreamento de micro-Áfricas, buscando identificar esses lugares a que as memórias negras nos levam. Lugares dotados de culturas capazes de dialogar entre tempos, mantendo-se contemporâneas, numa capacidade plástica de se mover em direção aos processos em que foram vividas as experiências de grupo. Além disso, recorrer ao passado a partir da história de vida é, também, compreendê-lo vivo, como algo que está sendo, recorrente, que se faz, se ressignifica. Olhando de forma valorativa para tudo aquilo que se constituiu antes de mim e ainda existe. Reativar a existência do negro de Guaianases é fazer dele um autêntico participante da vida sociocultural do bairro. A pesquisa se complementa na identificação das práticas de reorganização e ressignificação promovidas pelos sujeitos negros em busca da sobrevivência,

atrelados a elementos socioculturais, econômicos e históricos, o que nos proporciona ter contato com processos de empoderamento do território.

Apontando, propondo e refletindo sobre caminhos e perspectivas de memórias, Bosi (2003) apresenta entendimentos a partir de um movimento construtor, fluido e circular amparado na oralidade que envolve presente e passado, ir e vir, esquecer e lembrar. Portanto, “Cabe-nos interpretar tanto a lembrança quanto o esquecimento. Esquecimentos, omissões, os trechos desfiados de narrativa são exemplos significativos de como se deu a incidência do fato histórico no cotidiano das pessoas.” (*Ibidem*, p. 18). Além disso, Arantes (2000), ao olhar para as Paisagens Paulistanas, traça relações entre memória e história, definindo o processo do lembrar como um retrabalho engendrado pelo sujeito que evidencia experiências preservadas, reelaboradas, perpassadas pelos sonhos, o que, consoante o autor, traz outro desafio ao pesquisador que pretende trabalhá-las, pois ele necessita ter a capacidade de se deslocar pelos diferentes planos de realidade que se apresentam no lembrar. Nisso entendemos as memórias como movimento de resistência que perpetua saberes edificados nas comunidades, grupos ou sociedades e que não morrem, antes se ressignificam. Como Apiah (1997), que reconhece o perigo de se pensar a tradição deslocada da modernidade, foi definido como preponderante dar forma impressa às composições orais por mim apreendidas, promovendo, assim, o encontro das memórias negras de Guaianases com o suporte da escrita e, com isso, tendo o privilégio de perceber suas ressignificações.

A pesquisa se estabelece sob uma perspectiva temporal recortada, que compreende as décadas de 1930 a 1960, período que Reis (2012) reconheceu como de acentuado crescimento demográfico e desenvolvimento urbano do bairro, quando recebia uma grande massa de migrantes e imigrantes, o que provocou uma multiplicação de loteamentos destinados à agricultura e olarias ávidas por mão de obra. Mesmo tendo definido o período temporal que baliza nosso olhar, é importante salientar que ele não tem a função de amarrar ou restringir os limites da pesquisadora, mas antes é um indicativo ou um elemento de orientação, como coloca Santos (2003), um marco de referência empírica.

Os capítulos se constituem em suas especificidades, sem perder de vista conexões que os tornam complementares e apontam para o elemento catalisador de minhas reflexões, ou seja, a temática central conformadora da pesquisa: reflexões sobre a presença de grupos negros e a constituição de suas micro-Áfricas no bairro de Guaianases.

No capítulo 1, propomo-nos a pensar e problematizar as dinâmicas e processos de constituição da cidade de São Paulo, compreendendo-a como um lugar feito de caminhos e atalhos que moldam vidas⁸, a fim de perceber como sua história dialoga e produz uma relação com o bairro de Guaianases. A escolha por iniciar o trabalho refletindo sobre a pauliceia denuncia a minha busca por uma historicidade do povoamento do bairro, já que seus habitantes originais eram indígenas, ou, então, outros grupos não oriundos daquele território.

Autores como Raquel Rolnik, Carlos José, Lorena Féres, José Geraldo Vinci, Amailton Azevedo, entre outros lançam luzes sobre a historiografia produzida para pensar a urbe paulistana e contribuem de maneira preponderante para as reflexões propostas. Tais autores se encontram num elemento teórico nevrálgico: há um olhar sobre os aspectos materiais e humanos da ocupação do território paulistano e suas realidades. Sendo assim, evidenciam os processos de urbanização pautados numa modernidade – elitista e de base ideológica eurocêntrica. “A modernização implicou em segregação socioespacial. Intervenção pública seletiva e discriminatória no espaço urbano, privilegiando os privilegiados” (RISÉRIO, 2012, p. 210). Grupos negros foram empurrados para espaços periféricos, e a cidade foi sendo repovoada por conta dos fluxos migratórios e imigratórios, além de todo o desenvolvimento agrícola e industrial que foi dando forma à cidade cosmopolita.

O capítulo se inicia percorrendo dinâmicas histórico-sociais e humanas que fizeram um simples entreposto comercial tornar-se uma cidade com grande potencial econômico, sem perder de vista os sujeitos negros (nativos ou migrantes) e europeus (imigrantes) como elementos fundamentais – a força de trabalho que sustentou uma cafeicultura que também trilhou caminhos urbanos. Ancorando-se numa perspectiva étnica que objetiva evidenciar e/ou desvelar a presença e participação dos grupos negros resistentes às ações conformadoras dos processos de urbanização de uma cidade que se quer branca – europeia desde seus primórdios, de caráter higiênico que os patologizava, foi possível apontar movimentos constituídos a partir de uma “necessidade de se manter existente e se propagar”, conformando-se em territórios transbordantes de culturas negro-africanas, memórias profundas, oralidades: micro-Áfricas.

Evidenciamos um universo urbano que se dá como campo de tensões, partindo a cidade em dicotomias raciais, trata-se de territórios brancos e territórios negros. Territórios marcados por segregação, por um ideal nacional de identidade, com o branco no passeio diário, nos cafés à lá *Belle Époque*, nos cargos públicos, nas universidades e o negro

⁸ Expressão utilizada por Arantes (2000), constituída a partir de sua experiência empírica desde a infância somada a pesquisa na pauliceia, para definir sua apreensão de cidade.

escondido – isolado, “mantido longe na periferia urbana de São Paulo”. Mesmo assim, articulando estratégias de luta e resistência, subvertendo a ordem, borrando as fronteiras e estremecendo a noção de centro-periferia. Grupos negros começam, a partir da periferia, a enegrecer a metrópole paulistana, promovendo os emergentes “enegrecimentos necessários”.

A partir da pesquisa empreendida por Carlos José dos Santos, na qual há a discussão sobre a presença das populações nacionais numa São Paulo comumente representada como desenvolvida e fundamentada nas culturas europeias – civilizadas, notamos que suas problematizações dialogavam de maneira singular com nossas indagações. Diante da análise de fontes primárias, o autor problematiza a invisibilidade ou negatização da imagem dos sujeitos nacionais evidenciada na historiografia tradicional sobre a cidade e passa a engendrar novas perspectivas, formas de entendimento das diversas dimensões que saltavam dessas fontes e documentos. Todos esses questionamentos nos estimularam a buscar fontes inéditas que respondessem a reivindicação inicial da pesquisa: a presença negra no bairro de Guaianases entre os anos de 1930 e 1960. Como resultado, escolhemos analisar os registros dos nascimentos nesse tempo-espço junto ao cartório de Guaianases, processo que fez materializar o 2º capítulo do trabalho.

O diálogo com as fontes, os livros de registros de nascimento, se deu na expectativa de uma aproximação das experiências sociais desenvolvidas pelos grupos negros, por que além de projetarem um cenário demográfico e social, os registros nos colocaram em contato com algumas experiências cotidianas desses grupos no bairro e nos permitiram explorar dimensões ainda desconhecidas ou esquecidas nas representações das histórias do bairro, como os partos realizados em sua maioria em casa e, com isso, a personagem da parteira; as profissões e regionalidades dos pais, a mobilidade dos sujeitos, entre outros. Passamos a problematizar, por conseguinte, a comum associação dos registros de nascimento como espaços de enunciação das características sociais quando, numa leitura a contrapelo, percebeu-se que muitos sujeitos negros estavam excluídos desse processo por falta de recursos para pagar a certidão de nascimento. Isso poderia ter sido constatado por qualquer censo que se baseasse nesses documentos, mostrando que os grupos negros eram extremamente diminutos, senão nulos em alguns momentos.

A análise dos 2.184 registros de nascimento realizados no bairro entre as décadas de 1930 e 1960 foi feita numa amostragem de 5 em 5 anos e, a partir dos indícios presentes neles, certificamo-nos de uma maneira de conseguir adentrar nas narrativas dos grupos negros habitantes do território, já que a declaração da cor era uma constante e nos situou “entre a

ausência e a presença negra em Guaianases”. Mesmo com a leitura empreendida sobre os documentos não tendo o objetivo de levantamento censitário, os números foram entendidos como resultados de processos político-ideológicos os quais procuramos identificar ao longo do capítulo. Entre eles, foi possível detectar e ver reafirmado o caráter paternalista de nossa sociedade na maneira como são hierarquizadas profissões de homens (pais) e mulheres (mães). Em sua maioria, os registros apontam os vários ofícios realizados pelos homens, mas as mulheres são encerradas como Domésticas do lar. Para além de uma discussão de gêneros, problematizou-se os significados e sentidos de uma sociedade paternalista ou machista como a brasileira no trato com as mulheres em geral, e, de maneira específica, para aquela que carrega o duplo preconceito: a mulher negra.

A difusa presença negra no bairro, evidenciada pelo crescente número de registros de crianças pretas, pardas ou morenas, possibilitou-nos traçar uma perspectiva da presença de grupos negros na região, durante o período estudado. Presenças compositoras de um cenário social comumente negado. Os resultados expressos nesse capítulo, portanto, também apontam para uma busca em partilhar espaços, nos lugares até então engessados por ideologias hegemônicas universalistas, as quais se efetivam em ações de descaracterização do outro e de outras culturas.

Durante a estada no cartório de Guaianases junto aos livros de registros de nascimento, seu público e os funcionários, deparamo-nos com expressões e comportamentos que ainda fazem revelar atitudes e maneiras de classificar o outro a partir de estigmas arbitrários. São impressões sem nenhum lastro de verdade, mas antes, totalmente imaginativas, preconceituosas e, em muitos casos, racistas sobre o outro. Esse desconhecido, aqui denominado outro, tem uma ampla conotação: não se resume em uma imagem personificada, em um alguém, mas se refere, sobretudo, àquele lugar onde se está obrigatoriamente todos os dias, mas não se conhece verdadeiramente, inclusive do qual se sente repulsa. Frases como: “Guaianases é o pior local da Zona Leste, onde o filho chora e a mãe não vê”, “Tudo que não presta vem pra cá”, “Nesse bairro não tem nada!”, “Nesse lugar não se tem uma feira boa, um restaurante, uma churrascaria...”, “é nóiz em Guaianaiz pra rexciztar”⁹, “Iiiiiii, chegou a África!”, “Lá na África não tem RG, mas aqui precisa ter!”, “Quero rezistrar meu fio”, ditas de maneira jocosa e irônica, denunciam uma mentalidade que se mostra contínua na sociedade brasileira e apontam para a emergência de se discutir, tirar do silêncio protagonismos e presenças outrora invisibilizadas, como a presença negra em Guaianases.

⁹ Frase grafada conforme observado no descanso de tela de um dos computadores do cartório do bairro de Guaianases.

O 3º capítulo se constituiu a partir da busca por rastros negros em representações da história de formação do bairro, permeada pelo diálogo com autores que nos ajudaram a pensar discursos dominantes latentes. Nisso, percebeu-se narrativas que se estabeleceram na relação com as realidades que se davam na cidade de São Paulo, durante as primeiras décadas do século XX, como os padrões de modernidade, identidades eurocentradas e os espaços urbanos higiênicos.

Compondo o exercício desse desprender de perspectivas universalistas para perceber memórias presentes em histórias negras, propôs-se uma aproximação com as micro-Áfricas de Azevedo (2006), tomando-as como a concepção que nos guiaria entre os pormenores, as microconjunturas, e que nos permitiu perceber experiências, movimentos de resistências e memórias mais profundas conformadas numa tradição oral que se apropria da palavra para se fazer.

Doravante, passou-se ao contato direto com memórias que foram captadas em entrevistas com sujeitos negros pautadas muito mais no ouvir do que em questionamentos formatados. Na proposta da história oral de vida, as análises se debruçam sobre pequenos trechos de longas conversas, que trazem elementos para compreender, dar sentidos e significados para a experiência negra no bairro.

CAPÍTULO 1

SÃO PAULO: ENEGRECIMENTOS NECESSÁRIOS

A imagem construída sobre a cidade de São Paulo e comumente propagada dentro e fora do território nacional é a de uma grande metrópole de urbanização extrema, com requintes de modernidade e riqueza, polo industrial, cidade do trabalho e da oportunidade. Mas que São Paulo é essa? Sob qual perspectiva? Será aquela observada do centro, da luxuosa Avenida Paulista, dos bairros higiênicos e elitizados?

Olhando para as periferias – os territórios marginais – a partir do centro, não se encontrará a modernidade “ocidental-paulistana” prometida nas casas mal construídas, escoradas em barrancos de terra vermelha ou suspensas sobre córregos poluídos, com iluminação e transportes precários, além de insegurança. São múltiplas cidades, muitas das vezes antagônicas. Realidades que não se completam, mas antes se chocam, se atritam, produzem ruídos. Quantas cidades habitam o imaginário dos paulistanos?

Há uma complexidade urbana na cidade de São Paulo que propõe uma modernidade produtora de realidades opostas geográfica e socialmente, de riqueza e pobreza. Uma lógica que estabelece quem serão os oprimidos e os opressores, produzindo desigualdades de modo racional. O desenvolvimento da metrópole, na perspectiva das condições de vida de seus respectivos habitantes, faz saltar desníveis e distâncias entre as populações urbanas, evidenciando uma exacerbação do contraste entre acumulação e pobreza.

Cidade de um gigantismo devorador, São Paulo está forjada numa cartografia de linhas desconexas, com fronteiras, espaços desordenados e irregulares, ora aglomerados incompreensíveis, ora vazios monótonos. Um cenário de contradição, um progresso desvairado e imprevidente. Uma ordem desordenada que nos aponta para processos de ocupação do solo disparatados. Como pano de fundo desses movimentos ocupacionais, no entanto, existiram manobras expropriatórias de extrema violência e que marcam, até hoje, a distribuição espacial das populações em intersecção com a condição social dos habitantes.

Tais manobras visavam trazer a modernidade e excluir tudo aquilo ou aqueles que não dialogassem com tais propósitos. Rolnik, em seu livro *O que é cidade?* (1995) propõe, a partir da analogia com a escrita, a possibilidade de se ler um local para além do reconhecimento e identificação dos signos, mas conjugando interrogação e apreensão de sentidos e significados das realidades que o compõem. Nisso a autora se lança em leituras da cidade paulistana e de seus territórios periféricos, apontando os grupos negros como os grandes alvos de uma

exclusão produzida racionalmente que perdura e dá forma às regiões até então afastadas do que se entendia como o centro da cidade e onde se encontravam as áreas de maior valor comercial. Ao ler São Paulo, Rolnik vai apontar para um enegrecimento das bordas, dos territórios periféricos e, nesse contexto, o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstra que o número populacional de negros é maior que o de brancos em São Paulo, além de situar especificamente uma proporção maior de negros com relação a brancos se observado bairro a bairro no sentido centro-periferia.

São Paulo é muitas cidades e compreender seu processo histórico-social e os elementos constitutivos e determinantes de uma cartografia que revela desigualdade social e étnica, tendo como foco a parte humana, nesse caso especificamente grupos negros, torna-se preponderante para percebermos se a ocupação demográfica do bairro paulistano e periférico de Guaianases se faz a partir da relação com as realidades que se desenrolam na metrópole e como elas impactam na produção de sua história. Para tanto, nos propomos a dialogar com a cidade de São Paulo e suas realidades, especificamente étnicas, buscando compreender conflitos, embates, resistências, antagonismos, protagonismos e tensões.

1.1 Dinâmicas cafeeiras na urbe paulistana

A intensificação da produção cafeeira em meados do séc. XIX impulsionou a cidade de São Paulo para uma dinâmica crescente de desenvolvimento urbanístico. Segundo Moraes, ela “[...] ainda era uma pequena cidade provinciana fechada no seu mundo ruralizado e religioso [...] e que sofreu um rápido crescimento urbano produzido pelo florescimento da economia cafeeira exportadora” (1997, p. 3). De simples entreposto comercial escravagista, São Paulo vai se transformar numa metrópole de muitas faces. “A posição econômica da cidade se transformou totalmente com a expansão do cultivo do café na então província [...]” (ROLNIK, 2001, p. 15).

A imagem comumente difundida a partir do início do século XX é a de que a cidade de São Paulo era “[...] como uma locomotiva a puxar vagões vazios, que representavam os outros estados da nação” (MARTINS, 2012, p. 64). Não por acaso, a construção de redes ferroviárias vem conjugada à expansão da atividade agrícola em alta e proporciona conexões com outras regiões, o que vai significar a possibilidade de alargar fronteiras comerciais e a

conquista de um maior mercado consumidor. Segundo Azevedo (1958), as estradas de ferro representavam para a sociedade um elemento determinante no enquadramento dos padrões culturais e de progresso das cidades chamadas civilizadas e os trilhos materializam a entrada do Brasil numa modernidade que encurtava distâncias. A produção cafeeira, portanto, trazia consigo outras demandas como a malha ferroviária, *a priori*, para a exportação da produção e desenvolvimento da comunicação, e, posteriormente, tendo sido responsável por rearranjos espaciais na cidade.



Figura 1 – Planta Geral da capital paulista, organizada sob a direção de Gomes Cardim – 1897.
Fonte: São Paulo – SP. Comissão do IV Centenário da Cidade, 1954.

O mapa 1 é a última planta da capital paulista produzida no século XIX e nos traz uma representação da área urbana da cidade de São Paulo com seus limites expandidos para além do núcleo central, já no final desse século, com as linhas férreas Inglesa, Sorocabana e Central do Brasil, além de suas principais estações.

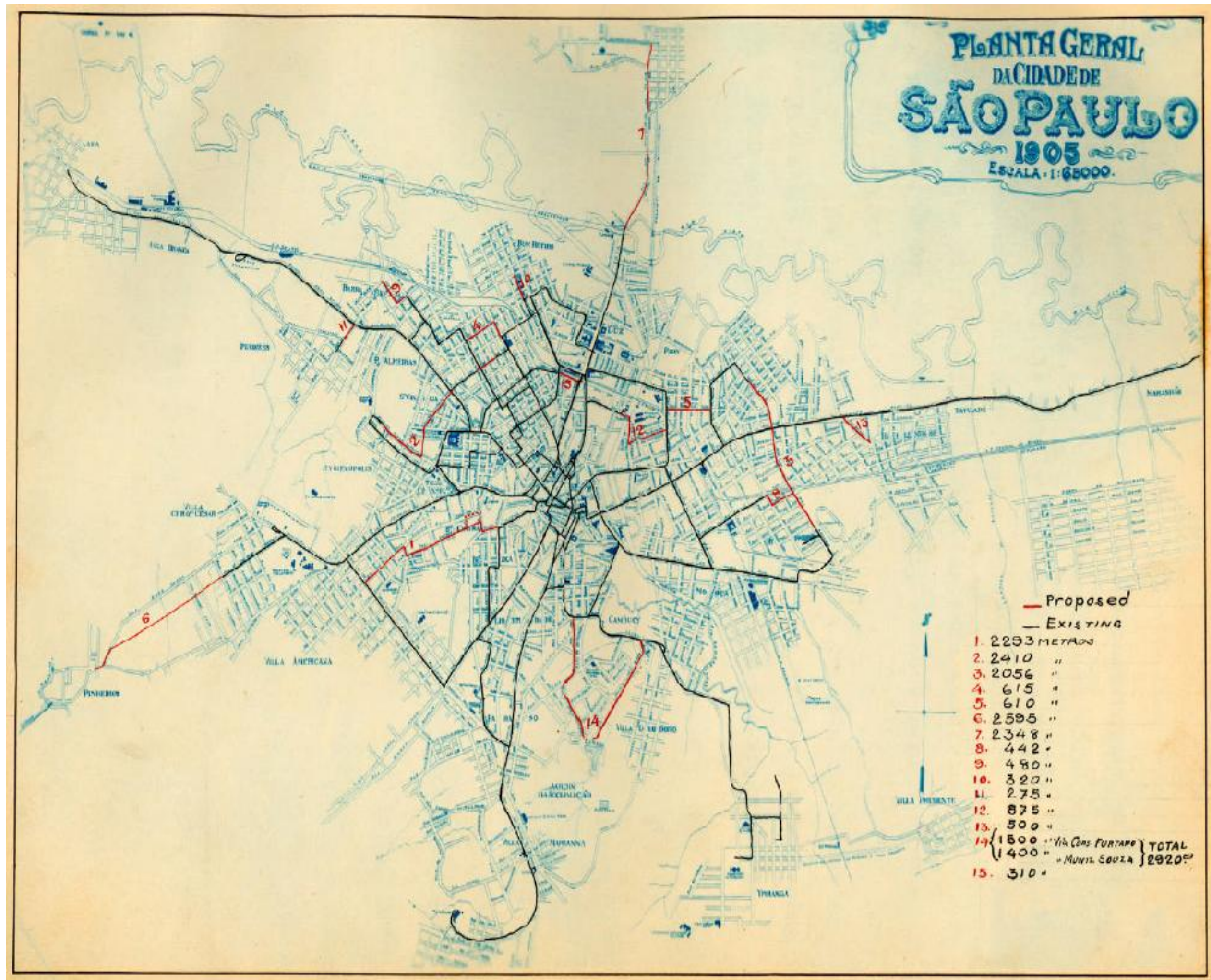


Figura 2 – Mapa Geral da Cidade de São Paulo – 1905 – constituído pela The São Paulo Railway, Light & Power Company – Linhas de Bonde.

(As linhas de bondes em funcionamento na cidade são representadas em preto, e as futuras, em vermelho)

Fonte: Acervo Fundação de Energia e Saneamento.

A expansão das ferrovias representou para São Paulo um grande sustentáculo para o seu alargamento urbanístico, como também para a formação de áreas às suas margens: as periferias. Além de enriquecer seus latifundiários-produtores, o café influenciava e promovia mudanças no cenário geral no qual estava inserido. O café e as ferrovias, que iniciam sua expansão a partir do final do século XIX para a região sudeste, transformaram a capital paulista num grande “[...] polo irradiador de novas vias de comunicação e centro comercial de todas as regiões do estado e de alguns vizinhos, pois, por ela tudo passava do interior do país para Santos e vice-versa” (CASTILHO, 2007, p. 20). Consoante Azevedo:

Dentro do Mundo Tropical, não conhecemos nenhum fenômeno agrícola comparável ao do café no Estado de São Paulo. Expandindo-se em suas terras com uma inaudita força de domínio, contribuiu poderosamente para transformar, em menos de um século, a sua paisagem geográfica, povoando-a, urbanizando-a, civilizando-a. (1958, p. 7)

O café encontra no Brasil um cenário propício para o seu vultoso desenvolvimento: um solo fértil para o cultivo, uma estrutura social baseada na escravidão, a possibilidade de grandes latifúndios e um foco no mercado consumidor externo. A cultura cafeeira projetou:

[...] o Brasil no capitalismo internacional, transformado no primeiro produtor de café do mundo. De fato, desde a década de 1830, o produto saltara para o primeiro lugar na balança comercial em lugar da cana e conferira ao Brasil outra imagem no quadro econômico mundial. Era o país da *coffea arábica*, do ouro negro, do “elixir dos trópicos”. (MARTINS, 2014, p. 73)

No que se refere à cidade de São Paulo, a cultura do café chega à região para substituir a produção de maior exportação no país, a cana-de-açúcar. Segundo Andrews:

[...] as fazendas de café¹⁰ de São Paulo empregavam quase 4 vezes mais escravos do que as de açúcar, e na década de 1860 a província praticamente deixou de exportar açúcar e passou a basear sua expansão agrícola inteiramente no café. (1998, p. 54-55)

Além disso, o clima propício e os férteis solos da região do oeste paulista, especificamente os do Vale do Paraíba¹¹ e de outras regiões do nordeste paulistano, eram elementos favoráveis para a constituição desses grandes territórios produtores.

Com um crescente mercado consumidor demandando o café paulista, a necessidade de mão de obra escrava também aumentava. O que significava dois grandes problemas aos cafeeiristas: o primeiro foi o fim do tráfico negreiro, que impedia a vinda de mais africanos para o Brasil e que foi, *a priori*, contornado com as transferências inter-regionais, a fim de complementar a força de trabalho, de escravizados negros de regiões como Minas Gerais, Rio de Janeiro, regiões norte e nordeste. Mas, segundo Martins (2014), mesmo essa solução traria uma segunda problemática: o encarecimento do valor de compra do escravizado.

No Brasil, o fim da escravidão e as reconfigurações sociais no pós-abolição tiveram também contornos regionais específicos. A instituição praticamente se “dissolveu” no nordeste, terminando ali mais cedo do que no centro-sul. Um deslocamento maciço de escravos das regiões nordestinas, com destino

¹⁰ Segundo Saia (2014) é no período compreendido entre os últimos anos do século XVIII e o ano de 1835 que surgem as fazendas de café como estabelecimento agrícola.

¹¹ “[...] extensão de terras que se inicia após o limite sul do Rio de Janeiro e avança pelo nordeste do Estado de São Paulo, definido pelo serpentear do Rio Paraíba, ladeado pela Serra do Mar e Serra da Mantiqueira, configurando um grande corredor de riquezas, o caminho do avanço cafeeiro.” (MARTINS, 2014, p. 74).

principalmente ao sudeste, com base no tráfico interno, foi responsável por mudanças profundas nas duas regiões. (MATTOS; RIOS, 2004, p. 5)

O tráfico interprovincial promoveu um enegrecimento em massa da demografia paulistana: “[...] em 1870, dos 32 mil habitantes de São Paulo, um terço era negro ou mulato” (ROLNIK, 2001, p. 15). Mesmo contando com essa massa trabalhadora trazida pelo tráfico interno, o sistema escravocrata no Brasil como um todo estava ruindo. As fugas e rebeliões coletivas dos negros das fazendas, como as citadas por Andrews (1998), obrigavam os fazendeiros a renderem-se à abolição, o que o autor chama de a Revolução dos Pretos¹². E isso significou o segundo grande problema que os produtores de café precisariam sanar: a falta de trabalhadores escravizados, ou seja, não assalariados.

Durante o último ano de existência da escravidão, 40 mil escravos foram libertados por seus senhores nas regiões cafeeiras do centro e do oeste de São Paulo, mais de 1/3 da população escrava total do Estado. (*Ibidem*, p. 73)

Em uma sociedade que tinha como base o trabalho escravo, quando a “história do trabalho é, sobretudo, a história do escravo” sendo “[...] ele o grande instrumento de trabalho” (COSTA, 2010, p. 14), cabia a estes as tarefas fundamentais que regiam todo o funcionamento de uma fazenda de café. Portanto, segundo Martins (2014), a abolição significaria uma falência iminente da economia cafeeira.

Consoante Costa (2010), ter a posse de escravizados conferia ao indivíduo um status diferenciado na sociedade. Ao analisar inventários de cafeicultores do oeste paulista, Moura vai evidenciar o grau de importância do negro escravizado como mão de obra, mas também como a riqueza de seus senhores a ponto de representarem, em muitos desses documentos, cerca de metade dos bens avaliados para a composição da documentação. O negro escravizado era, portanto, “a grande riqueza das fazendas de café” (MOURA, 2014, p. 24) em sentido lato, pois seu trabalho era utilizado não apenas nas atividades rurais. De acordo com

¹² O termo usado por Andrews (1998) para denominar a Abolição, “Revolução dos Pretos”, vai lhe conferir uma conotação de luta empreendida pelos movimentos populares e pelos levantes dos escravizados. Tirando, assim, o protagonismo do branco colonizador, materializado na figura da Princesa Isabel, ou dos grupos liberais brancos imbuídos de valores humanitários e progressistas, comumente propagados pela historiografia tradicional brasileira e devolvendo-o à população negra. No entanto, entender a abolição como revolucionária, ideia também evidenciada por Martins (2012), é reconhecer que mudanças estruturais aconteceram em nossa sociedade por intermédio dela, enquanto a economia e a política se mantiveram da mesma maneira e as relações sociais demoraram a se transformar. Sendo assim, imputar um status revolucionário à abolição é atribuir a ela um caráter que não teve. A abolição não revolucionou o Estado brasileiro.

Martins, uma opulenta fazenda de café dispunha de inúmeros serviços, desenvolvidos por escravizados, para sua manutenção como:

[...] pajens, copeiros, moços de cavalaria e da cozinha, criados para os homens e mucamas para as senhoras e ainda empregados voltados para as demais atividades fundamentais na vida da fazenda: tropeiros, peões, raladores de mandioca, lavadeiras, quitandeiras, derrubadores de mato, carreiros, condutores de liteiras ou banguzeiros, vaqueiros, pescadores, caçadores, cesteiros e estafetas. Luxuosas ou não, a autossuficiência na fazenda cafeeira era de rigor, devendo aparelhar-se para a total independência do mundo externo. Carpintaria, ferraria, selaria, alfaiataria, sapataria e teares domésticos – destinados à confecção de roupas para escravos –, compunham as instalações de oficinas voltadas para as demandas daquele universo rural. (MARTINS, 2014, p. 81)

Com a expansão do café se direcionando rumo às terras do oeste paulista a demanda por trabalhadores ou escravizados, nomenclatura que para o período é a mais adequada, torna-se crescente e faz dos cafezistas “uma classe profundamente desgostosa com a abolição, que golpeou a fundo seus interesses” (MOURA, 2014, p. 21). Diante dessa realidade favorecida por pressões externas e pelos movimentos negros brasileiros, os fazendeiros não poderiam mais contar com a mão de obra escravizada e deveriam contratar novos trabalhadores ou recontratar os antigos.

Os negros continuavam com todas as suas faculdades mentais e condições físicas para o trabalho, ou seja, aptos para desempenharem as funções que já realizavam, mas agora como assalariados. De acordo com Andrews (1998), os ex-escravizados não aceitavam condições de trabalho que os aproximassem novamente do sistema escravocrata, recebendo rações diárias e trabalho sem remuneração, por exemplo. A liberdade significava a distância daquilo que o trabalho representava para os ex-escravizados: o tronco, os suplícios, estupros, a desumanização, entre outras barbáries. O terror indizível da escravidão corrompeu o sentido do trabalho transformando-o de um elemento colaborativo na luta pela sobrevivência do homem para o resultado da opressão e exploração. Portanto, ele se torna desprezível e desonroso, principalmente quando tratamos das concepções constituídas pelo homem branco sobre o trabalho manual, como sendo dever do negro, conforme afirma Costa (2010).

Andrews (1998) e Costa (2010) se aproximam ao evidenciarem uma consciência crítica diante de qualquer atividade de trabalho que se associasse às relações degradantes constituídas no sistema escravocrata do ex-escravizado que, ao repelir tais posições, reafirmava sua liberdade. “A liberdade deveria necessariamente aparecer-lhe como promessa

de ausência de obrigações de trabalho” (COSTA, 2010, p. 15). Além da liberdade há outra dimensão que perpassa essa resistência às atividades que os ligassem à condição escrava, numa sociedade que *coisificava* o negro e o entendia como objeto de trabalho: o reconhecimento de sua condição humana.

Contudo, não houve uma recusa em exercer uma atividade produtiva, caso remunerada, afinal, muitos voltaram às fazendas nas quais trabalhavam para reassumir (não tão) antigos postos de trabalho. Engendraram tentativas de negociação e barganha com seus ex-senhores sobre as novas condições que deveriam reger as relações entre eles, mas já não foram aceitos, como mostrado por Andrews (1998) e Bernardo (1998). Mesmo assim, grupos negros ainda são constantemente associados às imagens de malandragem, vadiagem e como sendo “alienados, bêbados, imorais e de práticas bárbaras (dos sambas às capoeiras e feitiçarias)” (ROLNIK, 1997, p. 71), o que constitui um velho mito da historiografia brasileira que traz a representação de um negro desqualificado profissionalmente para entrar no mercado de trabalho livre. “O negro não era um débil mental ou deformado profissionalmente como insinuado pelo discurso oficial da elite da época e ainda reproduzido, amiúde, nas obras da intelectualidade moderna” (DOMINGUES, 2004, p. 93).

O recebimento de salário faria do ex-escravizado um trabalhador com poder de compra, um indivíduo que poderia se inserir na sociedade civilizada, tornando-se, assim, um cidadão. Ao negro, porém, não estava destinada qualquer aceitação de sua nova condição. A abolição, mesmo antes de ser decretada, contou com um planejamento prévio das elites e do governo que, de antemão, já se preparavam para as mudanças: “[...] a partir de 1869, nas Assembleias Legislativas de todo o país, começaram a ocorrer acalorados discursos que exaltavam a mão de obra europeia como ideal para substituir o trabalhador escravo e liberto” (BENTO, 2006, p. 30). Além disso, em “1871 e 1872 a Assembleia de São Paulo reservou fundos para subvencionar os custos dos fazendeiros que desejavam trazer imigrantes da Europa para trabalhar em suas fazendas” (ANDREWS, 1998, p. 97). Os novos trabalhadores do Brasil sem escravidão, portanto, seriam brancos, o que prova que a integração do liberto ou emancipado no mercado de trabalho e na sociedade brasileira como homem livre/cidadão não era prioridade. A formação do mercado de trabalho no Brasil, e em São Paulo, especificamente, tem no racismo seu elemento decisivo. A cor era um requisito e não apenas um fator.

O sistema escravocrata, mesmo depois de abolido, ainda deixou um legado de exclusão e marginalização aos negros, promovendo um universo ideológico de negação destes como seres humanos, um dos elementos base do sistema escravocrata brasileiro que deixou

marcas indelévels nos grupos negros. Indivíduos vistos pela sociedade como portadores de hábitos e costumes rudimentares e saberes incultos, que, conseqüentemente, nada teriam a contribuir para a formação sociocultural e histórica do país. Imagens produzidas dentro de uma conjuntura histórica que classificava os negros como incapazes de colaborar ou serem úteis para as novas relações de trabalho livre que se estabeleciam no Brasil. Sua representação era a seguinte:

[...] apático para o trabalho livre e acostumado à coação de um sistema irracional de produção, não pode fazer frente à concorrência representada pelo imigrante europeu, trabalhador este já afeito a uma atividade disciplinada, contrato de compra e venda e força de trabalho. (AZEVEDO, 1987, p. 21)

Dentro de uma sociedade que está historicamente enraizada na escravidão, tais representações contribuíram para a construção de estereótipos de grupos negros, perpetuados no período pós-abolição e institucionalizados, inclusive, por corporações públicas. Martins, ao pesquisar a instituição da guarda civil da cidade de São Paulo nas primeiras décadas da República (1889-1930), nos aponta a promoção da exclusão institucionalizada ao evidenciar uma circular, datada de 30 de dezembro de 1926, inscrita como reservada e que vinha comunicar aos interessados em adentrar na instituição os seus pré-requisitos, entre eles: “os guardas deveriam ser brancos, ter não menos de 1,75m de altura, bom comportamento moral e civil, saber ler e escrever [...] não ter defeito físico ou moléstia (MARTINS, 2012, p. 153, grifo nosso).

O Estado não lançou programas para inserir a massa de trabalhadores recém-libertos, mas antes defendeu uma ordem elitista e hegemônica que os excluía e relegava às posições mais subalternas da sociedade. Prestando serviços como carregadores, ensacadores e empregados domésticos, os grupos negros da cidade não eram dignos de representar o Estado, emprestando seus rostos a uma guarda moderna. A opinião pública nacional também era influenciada por manobras jornalísticas que classificavam os ex-escravizados como “(...) ‘primitivos trabalhadores’, e ainda os acusava de terem abandonado seus postos de trabalho; obrigando deliberadamente os fazendeiros a buscarem europeus” (ANDREWS, 1998, p. 100). Os negros, além de excluídos, foram responsabilizados por isso; mesmo assim não foram poucos os novos arranjos e modos de vida compostos em prol de sua sobrevivência.

Com a desarticulação progressiva do sistema escravocrata, havia uma nova massa de trabalhadores desejada pela elite nacional: os imigrantes europeus. Tratou-se de uma manobra

estratégica do governo brasileiro para europeizar, embranquecer e apagar a presença negra da sociedade brasileira, conforme salienta Santos (2003), já que os fazendeiros não precisariam de novos trabalhadores se optassem por recontratar os grupos de ex-escravizados/livres. Segundo Martins (2012), os cafeicultores desejavam retomar o controle sobre a força de trabalho alterada pela revolução da abolição¹³ como intitulada pelo autor e, dessa forma, constituiu-se um discurso que excluiu a força de trabalho do negro, apontando para o trabalhador ideal de um novo Brasil, uma nação progressista rumo ao desenvolvimento. Não havia nenhum outro interesse, o Brasil desejava os europeus:

A constituição de 1891 proibiu especificamente a imigração africana e asiática para o país, e os governos nacionais e estaduais transformaram a atração da imigração europeia para o Brasil em uma prioridade do desenvolvimento nacional. (ANDREWS, 1998, p. 91)

Consoante Munanga (2008), uma súbita equiparação legal entre negros e brancos não garantiu, definitivamente, igualdade de direitos e oportunidades aos grupos negros. Mesmo num Brasil sem escravidão manteve-se uma etiqueta, uma praxe escravocrata que buscava, ainda, subordinar e controlar uma população que já possuía algum direito civil, mas sofria com a imponência de uma ideologia do branqueamento, que tenciona as categorias de cor e de uma certa maneira configura um processo de racialização nas cidades, no universo urbano. Os imigrantes recém-chegados ao Brasil contavam com um crescente mercado de trabalho que mantinha, na presença europeia, além de um suposto sentido civilizatório e de cura para uma terra enegrecida, a permanência dos valores coloniais, conforme discute Santos (2003). A Europa representava a elite nacional, o desenvolvimento, o progresso, o luxo e as riquezas. E a cidade de São Paulo, especificamente, foi o estado que mais recebeu imigrantes europeus no país, sendo por vezes chamada de “cidade de desenraizados”, por empreender programas estatais que subsidiavam a vinda destes, como citam Martins (2012) e Moraes (1997) listando alguns elementos que faziam parte desse suporte, como: passagens, estadia, alimentação, documentação, entre outros.

Podemos observar, consoante Martins, que:

O Estado de São Paulo seria o mais bem-sucedido na tarefa liderada pelos cafeicultores de atrair a mão de obra imigrante. Entre 1887 e 1900 nele entraram 599.426 pessoas, que vinham principalmente da Europa. A cidade de São Paulo cresceu 3% entre 1872 e 1886, 8% entre 1886 e 1890 e 14%

¹³ Concepção já discutida em nota de rodapé de número 12 alocada na página 25.

entre 1890 e 1900. O processo migratório era tão intenso que, em 1920, a maioria absoluta da população da cidade de São Paulo era italiana. (2012, p. 26)

E Rolnik, por sua vez, declara:

O primeiro grande grupo estrangeiro a chegar, em fins do século 19, foi italiano: entre 1888 e 1900 passaram por São Paulo quase 900 mil imigrantes, dos quais 70% eram provenientes da Itália. [...] Entre 1908 e 1930 se instalaram em São Paulo cerca de 50 mil sírios e libaneses e 35 mil judeus, oriundos principalmente da Europa-oriental no pós-guerra, que se somaram a um grande número de europeus. (2001, p. 16)

De acordo com Andrews, no ano de 1884 o governo “reservou 400.000 mil réis para pagar os custos de viagem dos imigrantes que queriam se empregar na agricultura” (1998, p. 97), criou campanhas que promoviam o Brasil e sua crescente demanda de trabalhadores, além de incentivar a Sociedade Promotora da Imigração, instituição privada que promovia a imigração com o foco de atrair europeus para as fazendas de café paulistas, entre 1884 e 1895. E mesmo antes disso, no ano de 1850, é outorgada a Lei de Terras, que, conforme Rolnik, vai autorizar o governo a trazer colonos europeus para serem empregados em atividades agrícolas ou em trabalhos ligados à administração pública às custas do Tesouro Nacional. Com toda essa mobilização e incentivo, a população estrangeira já representava “a maioria da população de São Paulo – 55% dos moradores da cidade em 1893” (ROLNIK, 1997, p. 19). A força de trabalho imigrante auxiliou para que se expandisse extraordinariamente a cafeicultura e toda sua força econômica no país.

A sociedade paulistana constituiu um universo ideológico de trabalho, ordem e progresso que tinha no trabalhador europeu sua base, demonstrando a preferência étnico-racial da elite. “A cidade na virada do século já contava com uma população de 250 mil habitantes, dos quais mais de 150 mil eram estrangeiros” (ROLNIK, 2001, p. 16). Os europeus chegavam ao território nacional e em sua maioria eram direcionados para as fazendas de café do interior paulista. No entanto, os fazendeiros os esperavam com a mesma mentalidade escravocrata que mantinham acerca dos negros antes da abolição. A ideia era apenas a de que substituíam os ex-escravizados.

O objetivo nacional era suprir “as novas frentes agrícolas e industriais, com braços dóceis e baratos, [assim] o governo estadual iniciou sua atuação com uma política de subsídios para a promoção da imigração europeia para as plantações de café” (*Ibidem*, p. 38). Mas o dinâmico ritmo de trabalho, a disciplina e a cobrança de altas taxas para que os novos trabalhadores pudessem sobreviver dentro das fazendas foi provocando um descontentamento

nos imigrantes. A proposição de altas taxas como instrumento de regulação do trabalho não foi uma exceção destinada aos imigrantes: a greve negra de 1857 ocorrida em Salvador e narrada por Reis (1993) ilustra essa prática recorrente de exploração e é um exemplo da consciência política e econômica que permeava os trabalhadores negros de rua, escravizados ou libertos, sobre a importância de seus trabalhos para o funcionamento das cidades comerciais.

Em um enfrentamento da ordem imposta, os trabalhadores negros compuseram um forte e organizado movimento grevista, que parou o fluxo comercial da cidade por mais de uma semana, contra a instituição do pagamento de altas taxas para o trabalho nas ruas, o que objetivava declaradamente disciplinar e obter um maior controle sobre a presença negra no espaço público, porém, onerava os rendimentos e acabava por impedir os não pagantes de realizarem seus trabalhos. Para os imigrantes esses pagamentos significavam um endividamento tão grande que, segundo Andrews (1998), muitos não ganhavam nada com o trabalho. Assim como os negros de Salvador que se organizaram contra a exploração, os europeus nas fazendas de café também passaram a organizar paralisações e rebeliões em prol de melhores condições de trabalho e, em contrapartida, os fazendeiros passaram a enxergá-los com menos entusiasmo.

As relações entre fazendeiros e imigrantes foram sendo permeadas por constantes conflitos a ponto de o governo italiano¹⁴ tomar algumas medidas restritivas que objetivavam resguardar os cidadãos italianos da exploração nas fazendas brasileiras, notícia que chegava às suas autoridades. Uma dessas medidas foi citada por Andrews (1998), e trata-se de uma proibição instituída no ano de 1902, onde qualquer cidadão italiano estava proibido de concordar com o pagamento da viagem para o Brasil feita pelo governo brasileiro ou por particulares.

Além dos descontentamentos que estremeciam as relações de trabalho entre imigrantes e fazendeiros, o próprio café nos primeiros anos do século XX enfrenta uma grande crise que abalará, principalmente, o valor de compra. Como evidencia Martins, o ano de 1929, por exemplo, teve na supersafra a base para as alarmantes quedas nos preços de venda do café. Azevedo elenca o próprio esgotamento da cultura do produto como um dos fatores de sua decadência econômica. Técnicas agrícolas defeituosas são apontadas pelo autor como

¹⁴ Os italianos foram o maior contingente de imigrantes chegados à cidade de São Paulo. Autores como Moraes (1997), Santos (2003) e Andrews (1998), a partir da observação de censos e documentos oficiais de registros demográficos, evidenciam e propõem reflexões sobre esta grande imigração. Além das várias ações para trazerem os italianos ao país, um dos fatores que impulsionaram esta imigração, segundo Rolnik (1997), foi a crise econômica que assolou a Itália após o ano de 1870 e deixou milhares de cidadãos em situação de miserabilidade.

causadoras de uma terra que vai se tornando estéril, e que por isso demanda uma constante busca por espaços florestais ainda intactos.

Ao choque dos machados foram as matas sendo paulatinamente derrubadas e, em seguida, impiedosamente queimadas, para, em seu lugar, sucederem-se os extensos cafezais, com suas sedes de fazendas, suas “colônias” e seus núcleos urbanos (1958, p. 7)

Relações de trabalho desgastadas e o reverberar da crise cafeeira levaram muitos trabalhadores imigrantes a engrossar os movimentos de deslocamento em massa para os espaços urbanos, em busca de trabalho e de melhores condições de vida. A cidade de São Paulo passava a receber, então, uma grande massa migrante/imigrante das regiões rurais, além dos negros libertos, outrora escravizados domésticos ou de ganho¹⁵ que, de acordo com Rolnik, se misturavam diariamente à dinâmica da cidade por intermédio de seus ofícios, ou por aqueles que também estavam se fixando e oferecendo sua força de trabalho, o que vai promover um crescimento demográfico frenético.

Grande parte dos escravos libertos, especialmente nas regiões que apresentavam declínio da cultura do café, no Vale do Paraíba, tomaram o rumo das cidades e aí ofereceram sua força de trabalho, agora livre, concorrendo em desigualdade de condições com os brancos pobres e os imigrantes que aqui chegavam. (MARICATO, 1997, p. 19)

Havia uma massa demográfica ávida por trabalho, formada em sua maioria por imigrantes, ex-escravizados negros e seus descendentes. Assim como os cafeicultores evidenciavam sua preferência étnica para o trabalho assalariado, a indústria e o centro urbano vão, também, reafirmar um caráter excludente nas relações trabalhistas do Estado brasileiro, renunciando aos negros. Martins destaca as disputas que aconteciam entre estrangeiros e nacionais e que corporificavam as tensões étnicas, comuns na chamada cidade moderna: “Os imigrantes disputavam espaço com milhares de ex-escravos e pessoas pobres

¹⁵ “Chamados negros ou negras de ganho, e também de ganhadores ou ganhadeiras, esses homens e mulheres escravizados contratavam com seus senhores para entregar certa quantia diária ou semanal de dinheiro, e tudo que ultrapassasse esta quantia podiam embolsar. O escravo que trabalhasse muito e poupasse muito podia após cerca de nove longos anos comprar sua liberdade, e muitos assim o fizeram” (REIS, 2003, p. 45). Além disso, trabalhando no ambiente das ruas os escravizados “eram tidos como mais capazes de dar conta do desafio da fuga. As quitandeiras, exímias conhecedoras do labirinto urbano, eram potenciais fugitivas, com grande capacidade de deixar seus senhores no prejuízo” (ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 38). As realidades evidenciadas sobre os escravizados de ganho trazem uma visão diferente da comumente difundida como o “escravo infantilizado, tornado estúpido pela violência do ‘sistema’ e/ou diligente pela eloquência de um brado abolicionista, portanto incapaz de raciocínio complexo, apenas voltado para a busca de uma abstrata ‘liberdade’” (*Ibidem*), mas um escravizado articulado, subversivo e resistente.

que improvisavam estratégias de sobrevivências nas ‘franjas sociais’” (2012, p. 24). Mesmo livres, os negros não experimentam de uma igualdade de direitos e oportunidades:

[...] os ex-escravos negros teriam uma forma diferenciada de ver e sentir a cidade na medida em que sua participação na vida cotidiana era distinta dos imigrantes. O mercado de trabalho, por exemplo, estava totalmente ocupado pela mão de obra livre “civilizada” dos brancos, desde as indústrias até o pequeno comércio. Restava-lhes apenas o sub-emprego, os empregos temporários, as atividades recusadas pelos brancos, a marginalidade e as moradias mais precárias e indignas. [...] negro: de escravo ele passa a ser livre mas marginal, com uma cidadania precária mesmo em relação aos imigrantes pobres; sua alternativa é esquivar-se para modos informais de sobrevivência – como já ocorria antes da abolição. (MORAES, 2000, p. 31; 36)

O mercado de trabalho paulistano procurava, especificamente, trabalhadores brancos, o que favoreceu a integração dos imigrantes na formalidade, em detrimento de grupos negros relegados à informalidade em funções inferiorizadas. O crescente movimento demográfico rumo a São Paulo vai constituir uma demanda interna pelo consumo, o que começa a dar fôlego ao profícuo desenvolvimento industrial da cidade.

À medida que estes centros urbanos se industrializavam e ampliavam as oportunidades de emprego – principalmente em São Paulo – as disparidades entre o campo e as zonas urbanas se tornavam mais evidentes e claras, reforçando a tendência dos imigrantes em deslocarem-se para as cidades. (MORAES, 2000, p. 26)

Além da necessidade gerada pelo consumo interno, o investimento dos cafeicultores na produção industrial, a fim de expandir seus negócios, como aponta Mattos (1958), foi o elemento que subsidiou o desenvolvimento industrial na capital paulista, afinal, a automatização da produção de gêneros demandados pela produção cafeeira, como, sacos para o transporte do café, máquinas agrícolas que poderiam favorecer a diminuição da necessidade de mão de obra nas fazendas, peças automatizadas que acelerassem as locomotivas, entre outros, fizeram da indústria uma fornecedora de insumos para o campo.

Para Mattos (1958) o café foi um dos grandes responsáveis pelo povoamento de mais da metade do Estado de São Paulo:

[...] fazendo surgir cidades onde antes havia mata virgem, criando vias de comunicações e de transporte, elaborando, enfim, os próprios fundamentos da civilização material e espiritual de São Paulo, o café deslocou para o Sul do país toda a estrutura política, social e econômica, fixada de início no

Nordeste graças ao açúcar, mais tarde transferida para Minas Gerais graças à mineração, e com isso, tornou possível a formação do poderoso parque industrial de São Paulo. (*Ibidem*, p. 11)

O desenvolvimento urbanístico e industrial da cidade é chamado por Mattos, *a priori*, de: “extraordinário [devido ao] alcançado pela lavoura cafeeira em terras paulistas” (*Ibidem*, p. 5). Por isso São Paulo chegou a ser conhecida como “A capital do café” ou “A capital dos fazendeiros”.

Com seus grandes investimentos direcionados à capital paulista, a elite rural ou os barões do café¹⁶, passavam a enxergar a necessidade de tecer relações mais próximas com a cidade e, para isso, passaram a estabelecer residências urbanas, verdadeiros palacetes, extensão de suas propriedades rurais que reluziam a magnitude do poderio e riqueza provenientes do café. Moraes (2000) vai apontar, entre outros elementos, que esse período foi de um desenvolvimento urbanístico impulsionador de um processo de redefinição dos espaços sociais e urbanos, aliado ao desenvolvimento industrial que, consoante Mattos (1958), vai dar força a uma nova paisagem. A cidade vai provando de um crescimento em múltiplas direções.

A construção civil começa a apresentar um crescimento nunca visto em cidades brasileiras. Os prédios passavam a ter um perfil marcadamente urbano. O sistema comercial também foi se tornando mais eficiente e mais amplo, à medida que se estendiam os cabos submarinos, se fundavam casas importadoras e se ampliavam as operações bancárias. Certas trocas, que muitas vezes foram praticadas por escravos de ganho e forros, pelas ruas, transformaram-se. Abriam-se lojas de tecidos, confeitarias, mercearias e restaurantes. (BERNARDO, 1998, p. 22)

Mattos sintetiza a formação do parque industrial paulistano sob quatro fatores primordiais: “1) a expansão da lavoura cafeeira e as consequências que dela resultaram; 2) a imigração; 3) o desenvolvimento da lavoura algodoeira; 4) a situação geográfica de São Paulo, aliada às peculiaridades de sua população” (1958, p. 7). Nessa análise, o autor traz o algodão como um produto que também contribuiu para o desenvolvimento industrial na cidade, destoando-se de uma historiografia que comumente louva de maneira isolada o café, por vezes chamado de o Ouro Verde¹⁷ dos cafezistas.

¹⁶ Segundo Moura (2014) títulos de nobreza como o de Barão, por exemplo, eram outorgados a fazendeiros de café pelo governo imperial, já que suas lavouras assumiam progressivamente o status de ícone da balança de exportações e eram de grande importância para a economia brasileira, o que lhes conferia grande prestígio diante da sociedade.

¹⁷ Terminologia utilizada por Lemos (2014) na composição da Apresentação do Livro: *Fazendas de café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817 – 1915)*, de Carlos Eugênio Marcondes de Moura (org.).

Há outro fator que o autor não elenca nessa análise, mas a partir de nossa pesquisa incluímos como um dos elementos de grande importância para o desenvolvimento industrial em São Paulo: a estrada de ferro. Estas haviam sido construídas, definidas e consolidadas ainda no período de grande expansão do café e, portanto, a indústria desde seus primórdios já contava com a facilidade do transporte moderno que, como apontado por Santos (2010), exerce um papel fundamental no desenvolvimento econômico das regiões integrando-as ao território nacional. Além disso, Mattos (1958) cita outros fatores que se correlacionaram ao surto industrial: “1) a formação de um mercado de mão de obra; 2) a constituição da indispensável clientela; 3) a política tarifária do Governo nacional; 4) os conflitos internacionais, em particular a guerra de 1914-18” (*Ibidem*, p. 120).

1.2 Resistência à higienização: a necessidade de se manter existente e se propagar

Diante de uma cidade que se transformava num grande aglomerado urbano, os grupos das elites intelectuais e políticas passam a pensar seu espaço como um território que precisava ser modernizado, numa perspectiva europeia, e impulsionaram uma mudança radical de suas identidades. Idealizou-se um projeto urbano e identitário que estipulava uma nova ordem: a Cidade Moderna – uma Nova Londres:

A procura pela remodelação arquitetônica de São Paulo esteve relacionada à formulação de uma nova percepção do que deveria ser a cidade de São Paulo e seus lugares, à tentativa de eliminação de tradições inconvenientes e à marginalização dos indesejáveis. (SANTOS, 2003, p. 126)

Esse grande projeto não incluía os grupos negros em sua estrutura e espacialidade e, por isso, os imigrantes europeus eram tidos como ideal de branqueamento do território paulista. Segundo Rolnik: “A face urbana desse processo é uma espécie de projeto de ‘limpeza’ da cidade, baseado na construção de um modelo urbanístico” (1989, p. 6).

Os espaços que eram predominantemente negros passavam a ser ocupados pelos europeus, num movimento que na verdade deu corpo à “segregação urbana” marcada “por uma espécie de zoneamento social”. A cidade moderna consolidou o racismo, no entendimento de que as sociabilidades negras urbanas representavam um elemento crítico que precisava ser esfacelado e, por isso, vão acentuar e intensificar um processo segregacionista em linhas cartesianas, numa disciplina espacial que delegou o lugar de cada indivíduo ou população dentro do território e na sociedade. A presença negra nas regiões centralizadas da

cidade representava a não civilização: “[...] a população que ocupava o chamado ‘Centro Velho’ de São Paulo acabou por ser desalojada pelos chamados ‘trabalhos de melhoramentos da capital’” (*Ibidem*, p. 8). O chamado embelezamento não se encerrava na materialidade urbana ou em sua arquitetura, mas compreendia um embranquecimento. Exemplo flagrante de limpeza étnica, que se efetivou no centro da cidade de São Paulo – região que se queria polo de prestígio e poder, onde era o modo de ser e viver desses grupos que não se adequavam ao ideário de modernidade que se buscava.

As ações investidas em prol dos chamados melhoramentos da capital apontavam para um espaço territorial ordenado e destinado aos grupos elitistas¹⁸, constituindo uma nova forma de entender a cidade, que desde 1850 com a Lei de Terras passou a monetarizar os espaços, fazendo-os alcançar status de mercadoria. Para ser dono era necessário efetivamente comprar, o que alterava profundamente o acesso sobre a terra caracterizado pelo ocupar e/ou tomar para si.

As relações com a terra passaram a ser intensamente comerciais, tratava-se de “uma nova regra do jogo de apropriação do espaço geográfico da cidade” (ROLNIK, 1997, p. 16). Sendo assim, todos aqueles pobres nacionais – e em nosso caso especificamente os negros –, representavam os sujeitos indesejáveis, alvos de um processo de expulsão dos espaços de valorização da região metropolitana. O poder público vai instituir custos para determinadas áreas que estão fora das possibilidades dos mais pobres, o que vai forçar o deslocamento ou a desterritorialização destes para outras áreas à margem do centro.

Os negros paulistas estavam expostos às ações de exclusão social em nome dos melhoramentos urbanos, ou seja, grupos que eram encaradas pela sociedade como elementos impeditivos ao progresso e à moral pública, constituída por valores que negavam a cultura negra, como o individualismo e o isolamento, conforme evidencia Mattos (2008). Apesar de sua análise ter como foco a cidade de Salvador, se desprende de suas singularidades apontando caminhos para se pensar a amplitude dos processos de segregação do urbano e as transformações atreladas ao universo social nas diversas metrópoles. Mesmo com a importância dos braços negros para a construção da almejada metrópole, não cabia a estes usufruírem daquela atmosfera urbana.

[...] tão indispensáveis ao funcionamento de sua modernidade. Porém, a presença desses trabalhadores nas vias públicas de São Paulo, apesar de seu

¹⁸ Segundo Rolnik fazer parte desses grupos elitistas significava “(...) participar de um círculo de grandes proprietários rurais, ricos negociantes e banqueiros, aos quais se somavam profissionais liberais – sobretudo advogados, médicos e engenheiros –, vinculados a esse grupo por laços familiares ou empregatícios” (2001, p. 21).

valor, aparentemente também representava uma relação conflitante com essa mesma modernidade vinculada à especialização dos espaços, à constituição de um mercado de trabalho disciplinado e às alterações na composição étnica da população. (SANTOS, 2003, p. 139)

A cidade passaria, então, por um movimento de redefinição territorial e encontraria, nos grupos elitistas, seus interlocutores. O que significava pensar em todos os espaços que compunham o cenário daquele território, como as estruturas das casas, as propriedades e, também, as ruas. Rolnik percebe, em atas da Câmara Municipal e também na imprensa desse período, uma sociedade que se lança a regular e disciplinar um espaço que representava os grupos negros, o das ruas. Além de propalarem uma exclusão do negro no mercado de trabalho, regular o uso das ruas era outra maneira de combater esses grupos, que tinham no lugar do centro urbano uma oportunidade de ganhar seu sustento.

Quitandeiras, lavadeiras, carregadores, entre outros trabalhadores negros livres, ou mesmo durante a escravidão, tinham para as ruas múltiplos usos. Araújo, debruçado sobre a temática das cidades negras, narra uma cena cotidiana dos grandes centros, em que os negros eram protagonistas:

Todas as manhãs, quando o sol pouco apontava no horizonte, uma imensa legião de escravos se encaminhava para os chafarizes [...] Iam buscar água para as casas de seus senhores, já que ali não havia encanamento doméstico. (2006, p. 76)

Além disso, as negras se misturavam aos cenários urbanos

lavando roupas em chafarizes, rios e lagoas. Podiam ser tanto escravas domésticas como alugadas, e mesmo ao ganho, que buscavam e levavam trouxas de roupas para lavar. Em torno dessa ocupação e no cotidiano do trabalho, as lavadeiras negras produziram igualmente cenários originais da cultura urbana escrava. (*Ibidem*, p. 100)

As ruas representavam um espaço de maior mobilidade se comparado ao espaço rural das fazendas, onde os escravizados eram confinados e vigiados integralmente, ainda de acordo com Araújo. Encontrava-se nas ruas a possibilidade de se deslocar, misturar, ter contato com vários tipos e tecer relações, articulando-se para se esconder e se proteger, quando necessário, a fim de subverter a ordem. Reis (1993), olhando para o espaço urbano de Salvador no final do século XIX, vai evidenciar experiências que as ruas proporcionavam aos

ganhadores¹⁹, tais como: as práticas de ritualizações africanas no ambiente de trabalho, o desenvolvimento de modelos organizacionais que davam base à criação de estruturas de sobrevivência e resistência à escravidão, além de terem maior possibilidade de se socializarem e efetivarem uma ocupação negra do espaço urbano. No entanto, é preponderante salientar que a mobilidade física, proporcionada pelas funções comumente desempenhadas pelos escravizados na cidade, não se caracterizava como um sinônimo de maior brandura para a escravidão urbana.

A partir do olhar minucioso de Azevedo sobre as memórias negras em São Paulo, evidenciando ícones da cultura afro-brasileira como Geraldo Filme, é possível perceber as ruas da cidade paulistana como micro-Áfricas, ou seja, territórios que representam novas perspectivas de cidade, novas formas de sociabilidade e o desenvolvimento da cultura afro-paulista de maneira plural, e que são penetradas pelos fazeres e saberes do viver cotidiano dos grupos negros da cidade, Áfricas vivas na experiência social, o lugar onde africanos (as), afro-brasileiros (as), negros (as), são agentes da sua própria cultura e da sua história. São espaços onde se retoma os vínculos com a África, reafirmam-se relações e estabelecem-se referências. Tais espaços iriam representar, para as elites, uma desordem frente ao necessário bom trânsito nas vias urbanas da tão desejada cidade moderna. Além disso, o domínio étnico dos espaços urbanos suscitava medo de possíveis levantes, provavelmente, incontrolláveis pelas autoridades.

A rua ou o espaço público representava “o lugar da escravaria, e também da libertinagem e devassidão, imediatamente identificada com quem ali permanecesse” (ROLNIK, 1997, p. 34). Ela vai se configurar como o espaço que exerce um papel central na socialização e na construção da autonomia dos negros. As ruas pertenciam aos negros, eram espaços das diásporas urbanas, de reinvenções culturais micro-Áfricas, “experiências sociais dos grupos negros que teimaram em não acompanhar algo determinado por esta elite” (AZEVEDO, 2006, p. 31). Assim como a música de Geraldo Filme marca a história do samba da cidade de São Paulo, instaurando-se como instrumento de resistência, evidenciando micro-Áfricas, a insistente presença negra nas ruas era “um sinal de que nem tudo pode ser controlado” (*Ibidem*, p. 177).

Limpar, delimitar e redefinir o espaço público eram as primeiras funções do conjunto de leis urbanísticas sistematizadas que se configurou nos últimos anos do século XIX, o

¹⁹ Conforme cita Reis (1993), eram chamados ganhadores todos os negros (homens), escravizados ou livres, que se dedicavam ao trabalho remunerado de rua.

Código de Posturas da Câmara Municipal da Imperial Cidade de São Paulo²⁰. Apontando para a reorganização das posturas vigentes, propõe uma demarcação legal de espaços como as moradias operárias, cortiços e cubículos, onde, com “o saneamento e a higiene precários – não havia rede de esgoto ou água canalizada e tratada –, dejetos eram jogados em terrenos baldios e rios” (ARAÚJO *et al.*, 2006, p. 21). Tais moradias foram proibidas com base num discurso que evidenciava a necessidade “de um cenário limpo e ordenado que correspondia à respeitabilidade burguesa com a qual a elite do café se identificava” (ROLNIK, 1997, p. 37). A proibição dessas estruturas de moradia, contudo, tinha uma intencionalidade, uma conotação maior do que a de estética ou higiene, “tentava-se apagar o que havia de registros africanos nesses modos de viver na cidade” (AZEVEDO, 2006, p. 192). Ela representava o banimento dos pobres, os negros moradores, seus modos de viver e suas culturas que impregnavam uma região central da cidade que se queria valorizada e elitizada. Eram ações que reafirmavam velhos papéis sociais, outrora estabelecidos pelo sistema escravocrata e pela sociedade do café, estruturadas a partir da hierarquização social, nas quais “o espaço público foi redimensionado pela sociedade do café” (*Ibidem*, p. 34).

Mesmo tendo como objetivo declarado os melhoramentos da capital, a atuação do governo atingia uma grande parcela da sociedade, os pobres, o que poderia causar comoção ou interpretações errôneas. Criaram-se, portanto, outras justificativas para as ações de melhoramento que “foram quase sempre feitas em nome da higiene, da ordem pública e da modernização ao estilo europeu. Ou seja, em nome da civilização contra a barbárie encarada como contagiosa” (SANTOS, 2003, p. 133). Consoante Rolnik, os debates sanitaristas internacionais apontavam o crescimento das cidades, proporcionado pelo inchaço populacional, como o grande responsável pelo alastramento das doenças epidêmicas. Desse modo, a presença de grupos negros como habitantes do urbano era enxergada como ameaça à civilização idealizada, um elemento que corrompia e tornava suja a cidade.

Segundo Araújo *et al.* (2006), durante o trânsito do tráfico negreiro, o índice de mortalidade dos cativos por doenças infectocontagiosas era alarmante, o que no imaginário coletivo do período naturalizou o negro como o causador ou aquele que carregava doenças. A partir do final do século XIX, as cidades eram assoladas por uma grande variedade de epidemias que atingiam principalmente os escravizados urbanos, negros livres e trabalhadores pobres, como a tuberculose, a disenteria, a varíola, o tétano, a malária, a febre amarela, a

²⁰ Criado em 1875, revisto e ampliado em 1886, conforme Rolnik (1997).

coqueluche, a escarlatina, o sarampo, a gripe, as doenças venéreas, entre outras. Doenças que se proliferavam em sujeitos expostos a moradias problemáticas e insalubres, alimentação deficitária e jornadas de trabalho extenuantes.

Mesmo assim, o governo e as elites associavam tais doenças não às condições precárias vividas por tais sujeitos em sua luta diária pela sobrevivência, mas antes, culpabilizavam-nos. O combate às pragas se constituía, portanto, como missão às ações do projeto urbanístico municipal, que se dava pela expropriação de grupos negros e pobres dos territórios majoritariamente ocupados por eles.

A lista das doenças que atacavam a população negra urbana – não só escravos – é extensa. As chamadas febres intermitentes e perniciosas também provocavam muitas mortes. Essas eram as designações para formas de malária no século XIX. Até 1850, ocorreram grandes epidemias próximo às áreas urbanas. Cativos crioulos e homens livres pobres apareciam como os principais infectados. No caso da população negra livre, tal fato pode ser explicado pelas precárias condições de vida, destacadamente moradias e alimentação. Estabelecidos nas imediações da cidade, libertos e pobres livres viviam – muitas vezes – em improvisadas barracas construídas em áreas pantanosas, onde a proliferação de mosquitos e a contaminação grassavam. (*Ibidem*, p. 18)

No ano de 1894, o governo estadual criou o Código Sanitário e uma Diretoria de Higiene, as quais exerciam um papel policaresco de inspeção e controle. As ações públicas, na prática, atribuíam às populações miseráveis a culpa pelo descontrole sanitário no universo urbano de São Paulo. Rolnik, ao analisar pareceres de eminentes médicos e engenheiros fornecidos ao Conselho Superior de Saúde Pública do estado do Rio de Janeiro referentes ao ano de 1886, percebe relatos que descrevem tais populações moradoras das casas coletivas como portadoras de um baixo nível psicológico e moral. O que subsidiava as ações do poder público no que tange ao violento esvaziamento do centro da cidade, pela expropriação e o distanciamento das populações pobres.

Doença, imoralidade e pobreza se enredaram numa trama maldita de tal modo que as condições de moradia precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e doenças, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade. (ROLNIK, 1997, p. 41)

Além das ruas, as leis que faziam parte dos chamados: “Planos de Melhoramentos da Capital” também atingiam outros espaços, como as residências coletivas que eram a forma

majoritária de moradia das populações pobres, consequentemente, dos negros. Afirmando que essas moradias se configuravam como as únicas habitações possíveis aos pobres que habitavam no centro da cidade por conta de seus valores, Rolnik busca descrever um pouco mais do cotidiano e das realidades que cercavam esse modo de vida:

[...] tinha uma arquitetura que implicava um cotidiano em que, na maior parte do tempo, as atividades relacionadas com o morar aconteciam em um espaço semipúblico, intermediário entre o interior da casa e a rua – os pátios e quintais coletivos. Os quartos eram usados praticamente para dormir e guardar os “trastes”. Cozinhar, relaxar, conversar, brincar com as crianças, lavar pratos eram atividades desenvolvidas nos quintais. (*Ibidem*, p. 66)

Na citação, a autora nos traz o quintal como um elemento da espacialização da vida urbana social, mas, além disso, falar de quintal significa falar de um lugar-comum. Ele traz o universo da comunidade, o agrupamento, o encontro, a possibilidade de refazer. Nele é possível reconhecer vestígios de África no cotidiano dos negros de São Paulo e apontar para a capacidade negra de dialogar entre os tempos, a plasticidade de se mover, resistir, subverter de dentro para fora, numa verdadeira implosão da imagem que se queria, eurocêntrica, da cultura do espaço urbano.

Ele é mais um exemplo de que o universo das culturas africanas se refaz continuamente nas Américas, a partir de estruturas profundas das culturas que estão presentes nesses povos negros da cidade. O quintal vai proporcionar a preservação de valores, de práticas culturais e a recuperação da ideia de uma terra comunitária, invisibilizada no espaço urbano. Reverberando uma cultura que tem a capacidade de se reproduzir e não se deixa morrer, os quintais da cidade de São Paulo também podem ser considerados micro-Áfricas.

A urbe paulistana se formava nos moldes europeus (brancos) projetando uma espécie de modernidade incongruente e restrita, conjugada na introdução de uma visão de produção imobiliária nascida da livre associação entre higienização e capitalismo, entendendo que certos espaços ocupados por cortiços e habitações dos indesejáveis poderiam ter no terreno um valor comercial. Por meio da violência trazida pela incursão do poder policial sanitário, grupos negros foram empurrados para bairros distantes do centro da cidade, carentes de infraestrutura e recursos de locomoção para seus habitantes.

Ao mesmo tempo que a concentração de investimentos em “melhoramentos” e a legislação vai alinhando os territórios da riqueza, ela vai também delimitando aqueles onde deverá se instalar a pobreza. O movimento [...] é centrífugo [...] delimita as bordas da zona urbana ou mesmo a zona rural

como local destinado para os mais pobres. [...] a lógica de destinar as lonjuras para os pobres atravessou, incólume, o século 20. (ROLNIK, 2001, p. 22)

Contudo, esperava-se apagar a presença negra da cidade junto com suas experiências, memórias e vivências, ou seja, sanar dois problemas de uma só vez: pobres e/ou negros separados – doenças afastadas, um genocídio real.

1.3 Cidade partida em dicotomias raciais: Territórios brancos – Territórios negros

O processo de urbanização paulistano é revelador de um ideal de modernidade promotora da pobreza social, econômica e espacial e da divisão. Separando negros e pobres da elite demarcava-se mais do que um espaço geográfico, um território social. Erigia-se uma muralha chamada por alguns autores, como Rolnik, de invisível e que por isso não nos impede de ver claramente as diferenças entre eles. A partir da materialização da ausência, que pode ser incongruente teoricamente, mas real e percebida quando certas regiões não contam com infraestrutura básica para saúde, educação, trabalho e cultura e outras, sim; ou nas disparidades: “[...] carroça e caminhonete blindada, mansão e barraco, shopping center e barraca de camelô” (*Ibidem*, p. 10)

A segregação é uma das bases de nossa estrutura urbana e territorial. As elites, objetivando escapar do convívio, comum passam a centralizar-se em territórios que concentravam “valores imobiliários altos, o comércio mais elegante, as casas ricas, o consumo cultural da moda, a maior quantidade de investimentos públicos” (ROLNIK, 1997, p. 47). A cidade de São Paulo vai se constituindo a partir de uma topografia ou geografia urbana que prioriza a reafirmação das hierarquias sociais, afirma Rolnik. Constituem-se distintos lugares, aqueles ocupados ou designados para brancos e negros, um lugar social que tem a sua espacialidade muito bem demarcada:

O lugar natural do grupo branco dominante são moradias amplas, espaçosas, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes tipos de policiamento: desde os antigos feitores, capitães do mato, capangas, etc., até a polícia formalmente constituída. Desde a casa grande e do sobrado, aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente da senzala às favelas, cortiços, porões, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (cujos modelos são os guetos dos países

desenvolvidos) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço. (GONZALEZ, 1982, p. 15)

A cidade partida vai se compondo a partir de áreas elitizadas – planejadas, modernas –, áreas embranquecidas e as áreas populares marcadas pela extrema irregularidade – onde estão concentrados os grupos negros. A definição dos espaços de cada população separa e cria um universo particular ou uma geografia social própria para cada lugar. Pensando em centro e periferia, Rolnik evidencia-os respectivamente como espaços de dentro: “o comércio, as fábricas não incômodas e a moradia da elite”, e de fora: “a habitação popular e tudo que cheira mal, polui e contamina (matadouro, fábricas químicas, asilos de loucos, hospitais de isolamento etc.)” (1997, p. 48). Há uma fragmentação – divisão dos espaços, que objetiva o afastamento e/ou impedimento do encontro com o indesejável, o diferente, o perigoso – nesse caso, lê-se pobres e negros em prol de uma sociedade pseudossadia e civilizada.

As leis que foram criadas para regular o espaço urbano fundamentavam-se num discurso dominante propositor de um processo organizador de territórios limitados. Os territórios destinados às elites agregavam valor pelas crescentes obras que traziam às casas serviços de água, esgotos e gás e eram espaços exclusivos: “em alguns trechos a Prefeitura havia macadamizado ruas, calçado outras com paralelepípedos, e ainda outras ruas iriam receber em breve os primeiros experimentos de calçamento com capa asfáltica” (*Ibidem*, p. 112). Os investimentos nessas regiões deixavam nítidos quais eram os espaços destinados ao branco, a classe dominante, mas também definia todos os demais, ou o “resto”²¹ – aqueles que não contavam com obras de melhoramentos e não tinham valor comercial, olhando para a diversidade, dessa forma, de maneira hegemônica e segregada.

[...] vastas planícies eram predominantemente brancas e estrangeiras; nos bairros exclusivos do setor sudoeste, habitavam brancos, ricos e brasileiros. Nas bordas e atrás desse setor branco e rico, um novo território negro de São Paulo se formava no começo do século XX. (*Ibidem*, p. 74)

A dicotomia entre os territórios era evidente: os novos espaços que se abriam pela força pobre e negra traziam novos desafios, principalmente, a partir da falta de infraestrutura. As leis urbanas não aglutinavam qualquer área fora da extensão classificada como central, e que incluía os bairros de moradia das elites. Os serviços, como a distribuição de água, por

²¹ A palavra resto foi usada no intuito de refletir uma postura das elites do período em que se colocava em prática uma legislação urbanista focada num ideário excludente e hierarquizado.

exemplo, não chegavam a essas populações. Consoante Rolnik: “a política de preços encarecia a água para os pequenos consumidores, a ponto de torná-la quase proibitiva para alguns” (*Ibidem*, p. 131). Sendo assim, o grande indexador da valorização territorial eram as desigualdades que se constituíam pela ausência de infraestrutura e investimentos políticos nessas áreas, o que vai materializar a segregação e a exclusão dessas populações dentro do universo urbano, ocorrendo a divisão da cidade; a cidade partida.

Os assentamentos populares constituíam-se à margem da legalidade urbanística, sem planejamento arquitetônico e de engenharia, permitindo uma alta densidade demográfica. Os bairros nasciam ilegalmente, sem reconhecimento do poder público, e não eram entendidos como parte integrante da cidade oficial. Era outra cidade, a cidade clandestina. Popularizava-se a imagem dessas regiões como áreas de promiscuidade, sem regras ou leis, “berços ‘do vício e das enfermidades’ como ‘escolas’ do crime e da imoralidade” (SANTOS, 2003, p. 132). Ademais, “Tal zona correspondeu, em um primeiro momento, ao território negro na cidade” (*Ibidem*, p. 146).

Ao analisar a historiografia tecida sobre as cidades e seus processos de urbanização, Rolnik vai apontar para os silêncios e as invisibilidades promovidas por diversos trabalhos que se debruçam sobre a questão urbana compondo a historiografia brasileira, mas, de maneira copiosa, seguem neutros as questões étnicas estruturantes dessa dinâmica. A inexistência, de modo geral, dessa discussão e/ou recorte impulsiona um senso comum míope e fragmentado que considera parte da história em detrimento de outras.

Mesmo com um crescimento industrial crescente nas primeiras décadas do século XX, a cidade de São Paulo, em 1930, sofre uma grande crise econômica. *A priori*, o consumo mundial do principal produto de exportação agrícola do país entra em declínio juntamente com sua participação no mercado internacional. Indústrias eram fechadas com estoques cheios, outras arrochavam os salários de seus empregados. Na área rural, o êxodo foi iminente, em direção à cidade. Uma cidade que com suas regras preestabelecidas e seus espaços supervalorizados direcionou essa migração rural para a cidade construída para além dos parâmetros legais. Os solos iam sendo ocupados de maneiras disparatadas, sem planejamento, a partir de autoconstruções. O próprio prefeito Anhaia Mello, no ano de 1931, conforme aponta Rolnik, reconhece a cidade clandestina como um território que crescia de maneira muito maior do que a cidade oficial. E mesmo assim, as leis e os governantes ignoravam as demandas geradas e os cuidados necessários para com esses espaços.

[...] a cidade hoje é produto de milhões de ações individuais das gerações que nela investiram seus projetos. Longe de ser caótico, esse processo foi

diretamente influenciado por opções de política urbana, tomadas em períodos fundamentais de sua história. (ROLNIK, 2001, p. 10)

A década de 30, ainda, foi marcada pela composição do sonho nacional, progressista, no qual a raça ocupava um papel central nas tentativas de se formar e definir o Brasil como um *Estado-Nação*. Processo precedido por ações governamentais imbuídas pelo desejo de embranquecer o país, que incentivou e fomentou a chegada de centenas de imigrantes europeus para o Brasil, a partir do século XIX. E que promoveu uma transformação fenotípica e morfológica, alargada e fortificada nas primeiras décadas do século XX, principalmente durante a Era Vargas, quando se produziu um acelerado branqueamento epistemológico e cultural que em suas bases permanece até o tempo presente.

Essa hierarquização racial que dava sentido à idealização do Estado-nação brasileiro, vai se mostrar como um elemento demarcador destes territórios na cidade. São locais alvos de uma díade segregação: espacial e racial, e um mecanismo de obstrução do acesso de grupos negros aos bens sociais. A divisão territorial-urbana e social está nitidamente disposta nos territórios, nas regiões ou zonas que compõem a cidade, perfazendo uma periferia racializada.

No entanto, que território é esse, o da periferia? Terrenos irregulares, espaços criminalizados, rejeitados, ilegais, territórios desviantes? Explicitado em contrastes morfológicos? Diversidades? Setor urbano sem investimento governamental ou planejamento urbanístico? Perguntas, comumente afirmadas nas representações historicamente construídas por grupos hegemônicos de nossa sociedade. São jargões e estereótipos que constituíram uma imagem infecta do território pobre e negro da metrópole, que só dialoga com o centro e entende a periferia de maneira reducionista, como resultado de exclusão – negando toda e qualquer cultura desenvolvida nesse território.

Como desdobramento de nossas reflexões sobre a cidade – o espaço urbano –, sua demografia e suas culturas, entendemos que se faz preponderante adentrar nesse território tão maldito, temido e combatido, o das periferias.

1.4 Mantendo longe quem não se quer ver: a periferia urbana de São Paulo

Os territórios periféricos²² são comumente representados a partir da epistemologia hegemônica eurocêntrica – capitalista e elitista –, que os qualifica de maneira epidemiológica como espaços dispersores da violência, pobreza, mendicância, imoralidade, entre outros; espaços fechados, estáticos no tempo; uma área enferma, selvagem, conforme Santos (2003). Um exemplo, entre muitos, de produções que reafirmam essas concepções é encontrado em Caldeira, quando a autora procura constituir uma narrativa sobre os processos que impulsionaram massas populacionais a procurarem outros espaços distantes do centro para habitarem: “Em outras palavras, com o crescimento populacional e a queda da oferta de moradia, aos trabalhadores de baixa renda só restava ‘ir morar no mato’” (1984, p. 17). Expressão que mesmo colocada entre aspas pela própria autora, não exime de reafirmar os modos hegemônicos de se pensar a periferia, trazendo uma representação no mínimo inaceitável, de conotação extremamente enraizada num discurso inferiorizador. O próprio conceito de periferia, o qual estamos convencidos a propagar, tipifica o território e reafirma relações de poder, consoante Barros (2012), constituindo um esquema discursivo eurocêntrico – o eu e o outro, afinal quem decide onde é o centro ou a periferia?

Ambos os espaços são representações sociais que homogeneizam grupos completamente heterogêneos, ao disseminar estereótipos que marcam e diferenciam negativamente não apenas a localização geo-histórica, mas seus habitantes. Há uma proposição de identidade, são estigmas pelos quais a elite reconhece e identifica essas populações. Longe de tentar constituir um discurso otimista e ingênuo que superestima uma única dimensão, reconhecemos que as periferias da cidade de São Paulo contam com uma historicidade perpassada por ações segregacionistas, que objetivavam manter grupos negros e pobres sob controle num espaço determinado, evidenciando as desigualdades étnico-sociais na metrópole moderna, e que estes eram espaços com múltiplas deficiências que dificultavam a

²² Muito se tem produzido sobre os processos históricos, sociais e econômicos formadores das regiões periféricas, seus sujeitos e os movimentos de resistência cultural, engendrados a partir desta. Neste trabalho, entendeu-se a periferia para além da percepção comum forjada numa leitura de cidade constituída pelo desenvolvimento urbano ou migrada da geografia, do olhar hegemônico de que estas são lugares alocados às margens das cidades, desvalorizados pelos fluxos do capital, alvos de uma modernização seletiva, de exclusões sociais e distantes do centro, como também de uma estética de construções amontoadas, precárias, provisórias e inacabadas. Ou por intermédio de expressões, que “buscam” construir um conhecimento científico e que o definem como a materialização do sucesso da especulação imobiliária sobre a cidade, “o espaço do confinamento nos estreitos limites da falta de alternativa de vida” (MARTINS, 2001, p. 75). Aproximou-se, muito mais, de uma percepção que procurou atribuir novos sentidos a esses lugares, como contraposto à disciplina espacial e normatizadora a serviço das elites, ancoradas em memórias e culturas comunitárias – negras, de caráter aproximativo, criativas, subversivas e de urbanização desobediente.

sobrevivência. Mesmo assim, essas problemáticas não esgotam as possibilidades ou realidades das periferias, e não evidenciar outros elementos e fatores preponderantes para o entendimento da constituição desses territórios, que são comumente ignorados, significa também legitimar o discurso hegemônico consagrado.

Assim como revela Magnani (2009), ao olhar para a cidade como espaço de trocas simbólicas e materiais, para além do espaço da separação, da fragmentação, é preciso encontrar outras chaves interpretativas a fim de adentrar nas realidades e enxergar, também, o que há de interessante e positivo, para assim produzir um conhecimento novo sobre a cidade. Portanto, evidenciar a outra face das periferias que as constituem como organismos vivos, que se reinventam, ressignificam, subvertem a ordem imposta e resistem cotidianamente, é empenhar-se na busca de uma ancoragem interpretativa que nos aloca dentro de uma perspectiva decolonial²³. Buscando contribuir com a proposta de desobediência epistêmica sugerida por Mignolo (2003), que em essência vai desnaturalizando e desconstruindo processos de controle e manipulação produtores de uma classificação cultural que subalterniza outros saberes. O que nos leva a um exercício de pensamento que se dá a partir das dobras, fissuras, dos silêncios, com o objetivo de deflagrar resistências, subversões e a constituição de experiências extraocidentais ou extraeuropeias, como denomina Risério (1993), constituídas no território das periferias e na vida de seus habitantes. E é a partir dessa nova forma de pensar, a qual aponta para a emergência de novos lugares de enunciação, e para uma razão pós-ocidental produzida “nas e a partir das margens” (MIGNOLO, 2003, p. 30), entendida nesse trabalho como “uma máquina para descolonização intelectual” (*Ibidem*, p. 76), que se procurou constituir uma narrativa não inspirada em limitações.

Reafirmando relações de poder numa conjunção de saneamento, embelezamento, segregação socioterritorial e étnica, e imbuída das forças ideológicas da modernidade, a lógica urbana da metrópole constituiu-se como a realidade geradora das periferias. Forçadas ao deslocamento pelos processos de mercantilização territorial, a crescente industrialização, o processo de modernidade ocidental, as elites e o poder público, grupos negros demoveram-se

²³ Antonacci (2013) evidencia o conceito de decolonialidade como um fazer intelectual, um desafio epistemológico permanente, um saber que se constrói a partir de esquemas conceituais nativos. O que significa travar uma luta teórica e política na desconstrução de verdades consagradas, esvaziando-as como discurso, refutando-as e recontando as histórias para preservar patrimônios humano-culturais e históricos. Mais do que a tomada de consciência ou sua descolonização, a decolonialidade está comprometida com uma produção de saberes que busquem conhecimentos alojados nas dobras da racionalidade. Pensar essas dobras é reconhecer múltiplas formas de existência, resistências, subversões que nos apresentam experiências extraocidentais na composição do que é observado e não dito, dos entrelugares do sistema, do que não está posto como norma, mas se reproduz constantemente.

para os arrabaldes da cidade. Seus antigos territórios – *locus* enraizado em ancestralidades e experiências comunitárias – foram alvos de demolição, aculturação e apagamento de memórias. Procurou-se extinguir a presença e os rastros culturais formadores de uma territorialidade negra na urbe paulista, como foi o caso do Bexiga, conhecido popularmente como o tradicional bairro italiano da cidade, em detrimento das memórias de uma presença e cultura negras que compuseram e ainda compõem o lugar, conforme reafirma Castro (2008) ao denominá-lo afro-italiano. O autor evidencia a região como uma antiga localização de quilombos urbanos às margens do rio Saracura, onde atualmente se encontra a sede da escola de samba Vai-Vai, além de um forte movimento católico da Pastoral Afro na paróquia de Nossa Senhora de Achiropita até o tempo presente.

O processo de modernização se mostra muito menos ligado às mudanças estéticas do urbano, que a uma força ideológica excludente, classificadora, legalista, parcial e produtora de desmemória nos centros urbanos. Rolnik, ao analisar a formação do espaço urbano na metrópole, vai propor uma leitura de intersecções sobre esse processo, entre espaço urbano e raça, compreendendo esse distanciamento produzido entre os sujeitos periféricos e a elite, fundamentalmente, como uma segregação de conotação racial. Perspectiva essa que contribuiu preponderantemente com o campo de estudos sobre o urbano, as periferias e os sujeitos periféricos, e que orienta este trabalho.

Ao encontro das perspectivas que definem as periferias em relação a um centro, caracterizando-as como o território que se faz na ausência, sem as condições básicas para sobrevivência humana como saúde, educação, segurança, lazer e cultura, classificando-as como espaço marginal, materializa-se um processo de reterritorialização negra dado em rearranjos, ações promotoras de resistência contra a opressão e a marginalização, “um devir negro que estruturou e sustentou a comunidade mesmo nas situações mais extremas de confinamento, humilhação, segregação e miséria” (ROLNIK, 1989, p. 15). Apropriando-se dos territórios não apenas para moradia, mas como espaços de memória, reinventando-se, questionando paradigmas epistemológicos dominantes, ressignificando o seu modo de ser e estar no mundo, “é na periferia que a população negra, mesmo diante de situações desfavoráveis, encontra forças e organização social para promover a sociabilidade, a fim de enfrentar as mazelas do cotidiano” (OLIVEIRA, 2013, p. 65).

As periferias vão se constituir como territórios de resistência de grupos negros contra os extermínios físicos e culturais, reelaborando práticas culturais herdadas e continuidades ressignificadas a partir de injunções e negociações constantes. Abandonados pela legislação

urbana que não previa qualquer interferência legal na arquitetura dos espaços populares, muito menos investimento governamental que regulasse acerca dos padrões mínimos de urbanização, esses sujeitos precisaram encontrar novas possibilidades de viver, rearranjar espaços e produzir seu território. Trata-se de cartografias alternativas para os antigos territórios negros, outrora desterritorializados, mas que nunca pararam de se reproduzir, se reinventar e se realocar. Eles não são, estão sendo. Como dimensão simbólica desse esforço produtivo enraíza-se um sentimento de pertencimento e saberes negro-africanos que o permeiam e o fortificam.

Se olharmos para as periferias a partir de uma conclamação da ausência, também legitimaremos a ideologia dominante e hegemônica, um discurso que representa o colonizador, e estaríamos outorgando a estes a autoria dos processos de constituição desses territórios que subvertem a ordem fria do capitalismo, excludente e antidemocrático, propagador do individualismo como regra social. A modernidade ocidental da metrópole tem como característica a ausência do sentimento comunitário, o distanciamento pessoal, um comportamento padronizado dentro de organismos nervosos, cidades cosmopolitas. A cidade acaba se configurando como o lugar do desencontro, onde não se consegue estabelecer vínculos de sociabilidade.

A periferia nega essas regras a partir de situações cotidianas como a construção da casa familiar que se faz de maneira informal pelo próprio morador e vizinhos, as chamadas autoconstruções domingueiras²⁴. Caldeira (1984)²⁵ vê esse modo característico de se produzir casas na periferia a partir de elementos extremamente negativos, como o ritmo lento do

²⁴ Prática comum nas periferias onde, nos domingos, os donos das casas chamam seus colegas e vizinhos mais próximos para ajudar na constituição das fortificações da futura casa ou para “encher as lajes”. Geralmente finalizado com um churrasco ou feijoada, esse processo se fortificava na mobilização coletiva e gratuita em prol do auxílio mútuo.

²⁵ Em seu livro *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia a respeito do que pensam do poder e dos poderosos* (1984), a antropóloga Caldeira constituiu um discurso que enxerga os territórios periféricos a partir de uma lógica hegemônica capitalista. Foi possível observar em diversas passagens dessa produção o constante apontamento para a uniformidade e homogeneização de paisagens e realidades extremamente diversas, como na citação: “(...) casas construídas através de um processo de bricolagem que lhes confere um aspecto sempre precário”, ou “(...) falta de iluminação pública e asfalto, esgoto correndo a céu aberto – um cenário imediatamente identificável: trata-se do local de moradia das camadas mais pobres da população” (p. 26). Procurando adentrar em alguns bairros, a autora se “aproxima” de São Miguel Paulista – bairro periférico de São Paulo –, e busca analisar seus diversos elementos formadores, passando a evidenciar a instalação de uma indústria nitroquímica no bairro, no seguinte comentário: “Pode-se imaginar o que significou a instalação de uma indústria de tal porte num bairro praticamente adormecido” (p. 37), o que deflagra uma supervalorização das relações de produção, ou seja, o bairro passa a existir ou a “estar acordado, vivo” quando passa a ter signos capitalistas. Ele é a partir do que ele tem. Tem vida quando o trabalho industrial se faz presente, pois outros tipos de relações não lhe dão vida. Uma noção de desenvolvimento estritamente ligada ao capital. Além disso, reafirma uma definição de periferia como lugar afastado, carente e precário, justificando suas afirmações com fontes primárias – estudos estatísticos, sistemáticos e frios, encomendados por secretarias governamentais e legitimadoras do discurso dominante.

processo, a falta de dinheiro dos donos da construção, que os impede de continuar o projeto de maneira progressiva e finalizá-lo, e a não disponibilização de plantas autorizadas na prefeitura – e que, por isso, constituem-se na clandestinidade.

É evidente que não estamos deixando de pensar no caos que se instaura quando casas são alocadas em morros, barrancos, e não contam com materiais de qualidade em suas fortificações, uma em cima da outra, sem alicerces profundos, sofrendo com chuvas, deslizamentos, entre outros fatores naturais. No entanto, apropriar-se de tal discurso é se balizar numa perspectiva simplista que não dá conta de expressar os significados da autoconstrução e desconsidera o processo, o fazer e a engenhosidade empregados na obra. E o improviso criativo? Pelo contrário, tal visão antes busca um padrão e perde de vista as relações que se constituem numa produção comum que fortifica o sentimento colaborativo de comunidade. Antonacci (2013) aponta para um viver comunitário que nos revela a persistência das memórias, um valor ético e moral das sociedades africanas conformador de tudo que se dá a partir dele. Nisso, o trabalho comunitário é um reforçador dos sentidos profundos de pertencimento e do desenvolvimento de uma unidade participativa – na qual ninguém se sente sozinho e todos têm seu espaço dentro da comunidade e dela esperam solidariedade –, o que evidencia uma cultura que não se dobrou ao individualismo do sistema mercantil capitalista. Rolnik evidencia as relações que se constituem na experiência periférica, a partir das casas unifamiliares que compartilham quintais e representam a “presença de várias famílias na mesma edificação; quintais coletivos; uso misto das casas; familiares de diferentes sexos e idades compartilhando o mesmo cômodo” (ROLNIK, 1997, p. 185).

A promoção de um viver comum, a experiência da troca e a negação do individualismo são encontros permeados de africanidades. Mais do que indivíduos unidos por um bem comum, são verdadeiras formações de núcleos familiares aglutinadores de toda a comunidade.

Esses valores familiares permanecem resistindo à ideologia hegemônica, não se dissolveram e mantêm o equilíbrio das comunidades tradicionais que têm como suporte fundamental o grupo familiar. Um conceito que retrata uma experiência histórica, porque produz uma espécie de estrutura social de sustentação a partir de uma profunda base solidária entre os indivíduos. (AZEVEDO; SILVA, 2014, p. 18)

Como os autores Serrano e Waldman (2007) e Appiah (1997) nos evidenciam, são as famílias extensas um conceito permeado por princípios fundamentais da filosofia africana,

que se desdobrou enquanto experiência e não se dissolveu no outro lado do Atlântico. São verdadeiras redes de solidariedade tecidas dentro das comunidades e que produzem uma espécie de estrutura social, tal qual as comunidades tradicionais de África nas quais a família é o suporte fundamental, o eu comunitário tem uma base arraigada na solidariedade. Nisso se funda um sentimento de pertencimento e identidade no qual todos são membros de uma única família, o que significa perpetuar uma África teimosa, desobediente e que se nega a morrer diante de um sistema que anseia por domesticar e canibalizar.

Percebemos essas autoconstruções domingueiras, que envolvem cada indivíduo na comunidade, como os desdobramentos dessa filosofia africana na vida urbana dos negros e mestiços. É a antítese da tradição congelada, imagem constituída por uma ideologia colonialista, representando a capacidade elástica, plástica dessa tradição que não se quer isolada, intacta ou fechada, mas antes, materializa-se na experiência cotidiana concreta que caracterizamos como uma particularidade africana no mundo contemporâneo, sem perder de vista as transformações e ressignificações constituídas pelo ser histórico. É a vida comunitária constituída ou reinventada nas periferias paulistas.

O espaço urbano é perpassado pelos valores do capital que dão a ele um sentido de mercadoria, a terra é precificada. O valor do terreno é regulado pela significação imputada por um mercado imobiliário que tem uma perspectiva determinada pelo centro, a periferia é desvalorizada. Mas há um jeito de ver e entender a cidade que desobedece a tais padrões, e que Bonduki e Rolnik (1979), ao analisarem a formação e a estruturação dos loteamentos periféricos da cidade de Osasco, percebem como a constituição de um sentimento de pertencimento ao lugar que se dá numa relação existencial e afetiva com o território.

Há uma perspectiva vitalista do território em que se vive, apesar das dificuldades, é ali que se quer ficar, é ali que se constitui o lar. Não se comportam de maneira derrotista diante da pobreza ou das respectivas ausências, são reações e relações permeadas pelo vitalismo africano evidenciado por Glissant (2005), numa espécie de reencantamento com o mundo, porque ele é algo que sempre vale a pena. São valores civilizatórios das populações africanas que corrompem uma modernidade ocidental que vende ilusões.

Novas formulações e visões sobre o universo periférico têm sido constituídas e exploradas a partir de pesquisas que o percebem como organismo vivo, produtor de uma diversidade cultural intensa que ultrapassa e abala a noção padronizada de centro – periferia. Essa explosão cultural entendida como movimento de resistência e ação política de seus habitantes compõe novas linhas de pesquisa sobre os estudos culturais e a história social de grupos que sofreram historicamente de maneira sistemática as arbitrariedades do patriarcado,

do colonialismo e do capitalismo, ampliando as possibilidades de repensar passados para desvelar historiograficamente outras maneiras de ser e estar no mundo, além de buscar reconhecer identidades e culturas outrora sufocadas e invisibilizadas pelas epistemologias eurocêntricas ou epistemologias do norte, como Santos (2010) conceitua.

Forma-se um sentimento de pertencimento que se expressa em manifestações culturais, um movimento que traz a ideia de reconquista do território como espaço urbano e a superação do pensamento abissal. Um movimento de resistência cultural negra materializador dos processos de reterritorialização e propositos de um novo significado para o termo periferia. Culturas essas, entendidas por Risério (2007) como produtoras de símbolos manifestadores de identidades e que evidenciam uma periferia emergente, marcada por uma persistência da memória.

O universo periférico está enredado por significações africanas e afro-brasileiras, que se edificam e se fortalecem dentro das comunidades, que borram fronteiras e subvertem fragmentações socioespaciais, propondo outras formas de produção e apropriação do espaço urbano. Promovendo estratégias de luta e resistência, a periferia representa a subversão negra.

CAPÍTULO 2

ENTRE A AUSÊNCIA E A PRESENÇA NEGRA EM GUAIANASES

O bairro de Guaianases está localizado na região do extremo leste da cidade de São Paulo, e faz parte de seu território periférico. Denominado em seus primórdios como Lajeado, sua constituição é marcada pelas similitudes com outros territórios paulistanos, que de maneira geral são oriundos de povoamentos principiados pela instalação de igrejas católicas, seguidas da composição de vilarejos em seu entorno. Datada de 03 de maio do ano de 1861 a inauguração da Capela de Santa Cruz do Lajeado foi celebrada com uma missa e a benção do vigário da Paróquia de Arujá, João Cardoso de Menezes e Souza, ponto de partida oficial para uma tímida ocupação do território. Esse processo de ocupação é comumente representado em fontes diversas, como sites, *folders* e jornais do bairro que se propõem a escrever sobre a sua história de fundação. O que de modo geral faz acreditar que o bairro passa a ser habitado a partir de um único processo de ocupação, promovido por assentamento católico. Nisso, consequentemente, perdem-se de vista outros movimentos antecessores, como aquele identificado por Castilho (2007) ao evidenciar o ano de 1802, 59 anos antes do marco oficial de início do povoamento, quando esse território já era chamado de aldeia e utilizado como parada para o descanso de viajantes, ou como zona de passagem daqueles que seguiam em direção à região do Vale do Paraíba.

As histórias populares sobre o bairro e o seu próprio nome, Guaianases, implementado pela Lei nº 252 de 27 de Dezembro de 1948, também carregam tais marcas. Mesmo quando se refere aos primeiros habitantes da região, as comunidades indígenas dos Guaianás, trata-se de um falso elogio a eles. Quando se grafou Guaianases, a inclusão do “es” ignorou as dinâmicas sociais e os sentidos comunitários das culturas indígenas, já que Guaianás tem um sentido designativo de uma sociedade, e não apenas de uma somatória de pessoas²⁶. A palavra Guaianases traz a inflexão da catequese, da colonização, a europeização do Guarani, é um nome impregnado de eurocentrismo.

Além dos indígenas, os grupos negros também foram esquecidos, ignorados, invisibilizados da história da formação e desenvolvimento do bairro. Mesmo a cidade

²⁶ Para ver mais sobre as problemáticas que perpassam a grafia de nomes de comunidades indígenas consultar: Convenção para a grafia dos nomes tribais. *Revista de Antropologia*, São Paulo: USP, ano 2, número 2, 1954; e MELATTI, Julio Cezar. Como escrever palavras indígenas?. *Revista de Atualidades Indígenas*, Brasília: Funai, ano 3, n. 16, 1979, p. 9-15.

colocando em prática um processo de urbanização que expulsou os negros das regiões centrais e os empurrou para as margens, a partir do final do século XIX, a história de Guaianases monumentalizou as tradicionais famílias europeias, por vezes lembradas como desbravadoras e desenvolvedoras do lugar. São narrativas propagadas pela oralidade e em fontes diversas que constituem uma história sobre o bairro de Guaianases, desde sua criação e desenvolvimento urbanístico, e que reafirmam uma tendência historiográfica comum no Brasil, a partir das representações das histórias nacionais, louvando os grandes temas e ícones – sempre formados por heróis brancos –, associando civilização e desenvolvimento a essa presença. Uma nação pensada aos moldes europeus, que enxerga de forma desqualificada a participação dos sujeitos negros.

A partir de uma metodologia pautada em epistemologias emergentes²⁷, objetivando contribuir com a produção do deslocamento do olhar e da percepção, num movimento privilegiador de produções intelectuais que pensam a partir da experiência, da sensibilidade e da perspectiva de personagens obliterados pelo discurso dominante, passamos a problematizar a aparente presença hegemônica dos europeus e seus descendentes nos períodos de maior desenvolvimento urbanístico do bairro, entre 1930 e 1960, do lugar enunciador de super-representação da elite: os documentos oficiais ou, especificamente neste trabalho de investigação, a documentação cartorária. Nisso constituiu-se uma busca por pistas, argumentos ou incidências que nos auxiliem a compor uma presença negra em Guaianases, a partir das fontes primárias: os registros dos nascimentos oficializados no bairro.

Apesar de esses documentos revelarem objetivamente os nascimentos registrados naquele período, eles têm como escopo a comprovação dos fatos da vida social e, portanto, possibilitam ter contato com uma série de outras informações pertinentes à pesquisa, como a possibilidade de observar as experiências sociais dos indivíduos registrantes, no que tange a profissões e ofícios, nacionalidades, regionalidades, natimortos, correntes migratórias – evidenciando grupos negros no bairro num momento em que ele sofre um processo de intensa urbanização, promovido pela chegada de imigrantes representada em maior número por italianos, portugueses, espanhóis, japoneses e alemães e, em menor número, por búlgaros, lituanos, romenos etc, que partilham da invisibilização de sua presença nas representações da história do bairro.

A partir desses dados é possível traçar uma perspectiva dos processos de ocupação demográfica no período estudado e reafirmar como o ambicioso projeto de modernização de

²⁷ Conceito usado por Santos (2010).

São Paulo, constituído por ações urbanísticas e higienizadoras que buscavam o progresso, a transformação e o embelezamento da metrópole, influenciaram nos deslocamentos de grupos diversos, sobretudo o dos negros. Habitantes das regiões centrais atingidos por esses ideais eurocêntricos de embelezamento e modernização, ou aqueles que saem de outras regiões do Brasil em busca de melhores condições de vida oferecidas pela promessa paulista propagada pelo território nacional, promovida por “[...] discursos enaltecendo [que] descreviam São Paulo como uma locomotiva a puxar vagões vazios, que representavam os outros estados da nação” (MARTINS, 2012, p. 64), e que acabam se estabelecendo no bairro paulistano de Guaianases.

2.1 Indícios presentes nos Registros de Nascimento

Os registros de nascimento foram criados “[...] durante o Império, mas [seu] alcance só se ampliaria com o advento da República, [que] pretendia que o registro dos atos vitais concernentes à vida da população fosse de responsabilidade do Estado” (MATTOS; RIOS, 2004, p. 16). O então chefe do governo provisório, Getúlio Vargas, promulga, em 18 de fevereiro de 1931 o Decreto de nº 19.710, texto introdutório relativo à importância dos registros de nascimento para os cidadãos e para o Estado brasileiro:

Considerando que a personalidade civil do homem começa do nascimento com vida (Código Civil, art. 4º, 1ª parte);
 Considerando que quase todos os atos da vida pública ou privada, de cada indivíduo, dependem da verificação da personalidade civil do mesmo;
 Considerando que essa verificação, sobre interessar a cada um, em particular, consulta principalmente aos interesses do Estado, sob vários aspectos jurídicos, sociais e administrativos. (BRASIL, Decreto nº 19.710, de 18 de fevereiro de 1931)

Conforme citam Rios (2006) e Costa (2008), o incentivo e a conscientização dos brasileiros quanto à adesão dos registros de nascimento vêm conjugados às ações tomadas pela campanha de nacionalização empreendida no governo de Getúlio Vargas, além de objetivar averiguar estatisticamente os imigrantes aportados e populações que compunham o país. A preocupação em se constituir uma identidade nacional leva o governo a empreender ações que fomentavam e disseminavam o sentimento nacionalista, nesse caso, a necessidade de se tornarem cidadãos brasileiros. Fato que se dá de posse do documento legal da certidão

de nascimento, quando estariam aptos a fazer parte da vida pública e privada. Todo indivíduo não registrado civilmente também não é cidadão, não é brasileiro.

O texto do Decreto nº 19.710 também deixa evidente o interesse estatal que, conjugado ao nacionalismo, vai se fundir num mesmo discurso. Os registros de nascimento se faziam necessários não apenas aos indivíduos, mas também para o Estado brasileiro. Nisso o governo vai forjando um ideário de comunidade nacional ou nação brasileira que tem na certidão de nascimento uma demarcação ideológica que vai simbolizar, entre outras questões, um marco para a visibilidade social.

O registro civil foi regulamentado no Brasil a partir do Decreto de nº 5.604 no dia 25 de Abril de 1874, e designava três assentos específicos que deveriam ser registrados civilmente: óbitos, casamentos e nascimentos. Declarou-se como universal e indispensável a criação dos Institutos de Registro Civil das pessoas naturais, o que inclui nas agendas das cidades brasileiras a urgência em se criar ofícios de registro civil ou, como são popularmente conhecidos, cartórios de registro civil.

O ofício de registro civil e tabelionato de notas do distrito de Guaianases, Cartório do bairro, foi fundado em 30 de dezembro do ano de 1929. Até hoje lhe são comuns as seguintes atribuições e atividades: emissões de notas, atestados de óbitos, certidões de casamentos e os registros de nascimento – documento que tratamos de modo específico neste capítulo.

Objetivando evidenciar os sujeitos negros, perceber determinada estrutura populacional e práticas sociais no processo de constituição demográfica que foi se instaurando no bairro, escolhemos analisar os registros de nascimento datados entre 1930 e 1960 – recorte temporal da pesquisa. Para tanto, dada a exiguidade de tempo para realização da pesquisa e seu foco, como também diante do volume acumulado de registros durante 30 anos, optou-se por examinar essa documentação por amostragem em um espaçamento de 5 em 5 anos, o que vai nos revelar a dinâmica desse processo registratório na região pesquisada.

Os livros oficiais em que se encontram grafados tais registros ainda estão em constante atualização no cartório, recebendo informações diariamente. Sendo assim, todos são originais, alguns encapados com material durável, outros mais desgastados e com folhas soltas. O ambiente não tem controle de temperatura e iluminação, e a documentação se mantém em estante modular para livre acesso dos funcionários, o que contribui para o desgaste do material, perdas ou corrupção de dados, além do extravio de dados tão importantes para a memória do bairro de Guaianases.

Assim como os nascidos, seus progenitores e avós, essa documentação evidencia personagens de grande importância para se pensar o crescimento demográfico e os sujeitos do

bairro naquele tempo-espço, as parteiras. Os registros em geral apontam nascimentos feitos em domicílios, o que marca a presença daquelas que são as principais responsáveis pelos nascimentos num bairro que passa a contar com hospitais somente a partir da década de 1990. Além disso, ainda trazem informações como: profissões/ocupações, a cidade de nascimento e/ou nacionalidade dos progenitores, as nacionalidades dos avós maternos e paternos, entre outros, e a cor.

Mattos e Rios (2004) trabalhando com documentos oficiais, entre eles, registros de nascimento no período específico do pós-abolição (1889), e propondo um diálogo com a historiografia pertinente, apontam para as dificuldades em se pensar o elemento cor nestes documentos. As autoras chegam a falar de um respectivo “sumiço do registro da cor” nesse período, motivado pela dimensão simbólica que a cor promovia naquele período histórico.

Muller (2010), ao evidenciar dados sobre a origem racial de candidatos a concursos de professores adjuntos no magistério público do Rio de Janeiro, no período da Primeira República, também analisa registros de nascimento das primeiras décadas do século XX, cruzando-os com outras fontes na proposição de um recorte racial, para discutir o processo de branqueamento do magistério do Rio de Janeiro. Sua pesquisa também lhe permitiu versar sobre as formas de classificação racial dos brasileiros nesse período.

Mattos e Rios (2004) e Muller (2010) igualmente apontam para as dificuldades em se perceber o item cor nos documentos oficiais, especificamente, nos registros de nascimento. Ao analisar 1.048 requerimentos para a inscrição em concursos públicos de professores adjuntos, entre os anos de 1911 e 1931, Muller observou que o item “cor” dos registros dos candidatos não era preenchido em sua totalidade. Além disso, a autora evidencia o papel protagonista ocupado pelos escrivães na constituição dessa documentação cartorária, ou seja, dependia deles constar ou não tais dados. Dentro do mesmo cartório havia registros em que constavam a cor e outros não. “Na realidade, cada cartório possuía um modelo específico de certidão, ou seja, o formulário não era padronizado como o é atualmente” (MULLER, 2010, p. 40).

Há um consenso entre Mattos e Rios (2004) e Muller (2010), ao trabalharem com essa documentação como fonte de pesquisa, sobre a não padronização em sua feitura. O que nos traz uma realidade paradoxal diante de decretos federais que já se faziam presentes desde o ano de 1874 estipulando, com rigor de detalhes, como deveriam constituir-se os assentos de nascimento no estado brasileiro – Decreto nº 5.604, de 25 de Abril desse ano. Por algum motivo os cartórios de registros civis não seguiam os decretos do Governo Federal, como explicita o documento a seguir:

Nº.... - Aos....dias do mez de.....do anno de.....,neste.....Districto de Paz da Parochia de....Municipio de Provincia.....de..... compareceu no meu cartorio F..... e em presença das testemunhas abaixo nomeadas e assignadas apresentou-me uma criança do sexo..... e declarou: - Que (seguir-se-hão as declarações indicadas nos artigos 51 a 55, conforme as circunstâncias especiaes relativas à criança apresentada e às pessoas que têm de ser contempladas nas mesmas declarações). - Do que para constar lavrei este termo em que commigo assignam o declarante e as testemunhas (nome, profissão e morada de cada uma). - Eu F..... Escrivão de Paz, escrevi.

F..... (O Escrivão.)

F..... (O declarante.)

N. B. - Poderão também assignar o termo, caso esteja presentes: o padrinho da criança, si esta já fôr baptizada; e a pessoa de que trata o final do art. 50.

No caso da 2ª parte do art. 48, em vez de «compareceu no meu cartório F....., e em presença das testemunhas, etc.» dir-se-há: «compareceu no meu cartório F....., Inspector do quartirão, e declarou: - Que no dia.....do mez lhe foi apresentada, em sua casa (ou na casa onde foi chamado), uma criança do sexo;.....; - Que (seguir-se-hão as demais declarações).»

Neste caso, si os pais estiverem presentes, poderão também assignar o termo. Si tiver havido a prorrogação de prazo de que trata o dito art. 48, far-se-há menção desta circunstância.

No caso do art. 49 se dirá: «compareceu F..... e perante as duas testemunhas F..... e F..... declarou (seguir-se-hão as declarações). (BRASIL, Decreto nº 5.604, Modelo nº 2, de 25 de março de 1874)

Seguindo tal publicação nos foi possível perceber a existência de um padrão estipulado com detalhes, no entanto, não obedecido. Percebeu-se também que decretos que versam sobre os registros de nascimento no século XIX e nas primeiras décadas do século XX não trazem em seu *corpus textual*, de maneira específica, a obrigatoriedade da declaração de “cor”. O que nos permite fazer uma leitura de que os cartórios não se viam obrigados a compor seus assentos com um elemento que não se tinha como obrigatório por lei.

O primeiro decreto que traz de maneira direta e específica a obrigatoriedade da “cor” no assento do registro de nascimento foi o de nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928, que traz o seguinte:

[...] 1º, o dia, mez, anno e lugar do nascimento e, a hora certa, sendo possível determiná-la, ou aproximada;

2º, o sexo e a cor do recém-nascido; [...]. (BRASIL, Art. 68, Decreto nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928, grifo nosso)

O referido decreto federal imputa ao ofício de registros a declaração da cor do nascido como parte do assento dos registros de nascimento do Estado brasileiro. Uma classificação nada peculiar, que aponta para um pragmático pensamento racial hegemônico difundido por

intelectuais que pensavam a identidade brasileira no final do século XIX até meados das primeiras décadas do século XX, de forma latente.

Todos os registros de nascimento do cartório de Guaianases datados entre 1930 e 1960 trazem em seus assentos a designação da cor do recém-nascido, o que entendemos como o cumprimento do decreto citado acima. O quesito cor é um dos elementos que nos auxiliam a evidenciar a presença de grupos negros no bairro e no período estudado, logo é possível perceber as famílias de crianças designadas pretas e pardas dentro do tempo-espço da pesquisa.

A designação da cor só foi suprimida dessa documentação a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, devido à interpretação sobre a determinação legal do artigo 5º que declara igualdade a todos os indivíduos perante a lei e que, portanto, entendeu-se como não obrigatória a inclusão da raça/cor no documento.

Outro dado, extremamente importante, encontrado nos documentos compostos no período estudado é que registrar um nascimento demandava recursos. O registro gratuito só era possível, em caráter de exceção, para indivíduos que se fizessem reconhecer “pobres”, a partir de evidências, geralmente, subjetivas e conseqüentemente humilhantes para o declarante, o que inibia a prática. Nesse sentido, Santos (2003) nos traz uma análise feita pelo Dr. Rubião Meira, Diretor do Anuário Demográfico, que ao analisar os nascimentos entre os habitantes da capital paulista no ano de 1907, saudou a predominância de progenitores de outras nacionalidades com que se deparou.

Associando essa supremacia quantitativa estrangeira nos registros de nascimento aos passos que o país dava a favor do progresso, o diretor se valia de um discurso hegemônico popularizado no final do século XIX por intelectuais da elite nacional que idealizavam uma identidade europeia e branca para o Estado brasileiro. O que o diretor deixa de levar em conta, nesse período, é o caráter pecuniário que envolve os registros de nascimento. Os índices quantitativos representam muito menos o crescimento demográfico de uma população em detrimento de outras e muito mais indivíduos que tinham condições financeiras para despendar os valores exigidos.

O Decreto de nº 9.886 de 07 de março de 1888 estabeleceu algumas regras para o registro civil no país, entre elas a de que o registro do nascimento de uma criança deveria ocorrer no prazo máximo de 3 dias do seu nascimento, para que não incorresse em multa para os progenitores, citada no artigo 53. No entanto, em caráter de exceção, o prazo poderia ser estendido caso os mesmos morassem longe do cartório da região, entre outros fatores. Sendo assim, a distância entre as moradias dos indivíduos em relação ao cartório de registros

existente na cidade ou no bairro também contribuía para que muitos nascimentos não fossem declarados nos dias que o seguiam. Nisso a população menos abastada, que não podia pagar os valores exigidos caso precisassem pagar as multas pelo atraso do registro do recém-nascido, ficava excluída desse processo de identificação federal obrigatório.

O Registro Civil das pessoas naturais está em vigência obrigatória desde 1º de janeiro de 1889²⁸, mas é o próprio governo brasileiro que passa a perceber que grande parte da população não registra os nascimentos dos filhos por diversos motivos, como citado no Decreto nº 19.710 de 18 de Fevereiro de 1931:

[...] a negligência, a miserabilidade, a ignorância, e o preconceito de crenças religiosas; e a incúria e displicência no cumprimento dos deveres da parte das autoridades, às quais incumbe, por forças das próprias funções propagar entre as populações incultas e iletradas a necessidade e as vantagens do cumprimento das disposições legais; [...] (BRASIL, Decreto nº 19.710, de 18 de fevereiro de 1931)

Ao apontar a miserabilidade da população como um dos motivos que impediam o ato registrador em massa, o governo afirma que as cobranças do cartório promovem exclusões, e, desse modo, são lançados decretos como o de nº 19.710 de 18 de fevereiro de 1931, que ratificava a obrigatoriedade do registro de nascimento, porém retirava a multa por um período específico, neste caso até 31 de dezembro de 1932, para todos os nascimentos ocorridos no território nacional desde 1º de janeiro de 1889 que ainda não estivessem devidamente registrados até a data estipulada pelo decreto.

Outros decretos no decorrer dos anos determinavam a gratuidade dos registros tardios de nascimentos e também do primeiro registro, com prazos determinados, como o Decreto 1.116 de 24 de fevereiro de 1939, o Decreto 765 de 14 de março de 1949, entre outros. O Decreto de nº 9.534 de 10 de dezembro de 1997 determina efetivamente a gratuidade universal dos registros de nascimento no território nacional.

Os excluídos do processo de registro são classificados como “incultos e iletrados”, o que nos faz observar uma associação hegemônica entre ser culto e saber ler em português, o que, conseqüentemente, atingia grupos negros e pobres.

Outro dado apontado pelo Decreto de nº 19.710, de 18 de fevereiro de 1931, era o casamento feito somente na igreja por noivos que não possuíam os registros de nascimento.

²⁸ Para maiores detalhes consulte: Decreto nº 10.044, de 22 de setembro de 1988. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-publicacaooriginal-52347-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Sem os devidos registros, o casal não poderia oficializar legalmente a união no cartório civil, visto que a certidão de nascimento era o documento obrigatório para comprovação das idades dos noivos. Por conta disso, seus futuros filhos também não seriam registrados para não serem classificados como filhos ilegítimos²⁹, situação que trazia ao indivíduo estranheza social.

Buscamos, na presente dissertação, ler os registros de nascimento identificando os discursos constituidores de tais documentos oficiais e procurando sinais das experiências dos indivíduos envolvidos ou excluídos em dinâmicas políticas. Além de buscar por evidências, tentamos rastrear traços da experiência cotidiana que nos ajudassem a compor a presença dos sujeitos de nossa pesquisa: os grupos negros de Guaianases.

2.2 1930 - Os registros de nascimento e a cor num bairro ainda rural

Em observação ao Decreto federal de nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928, a partir do artigo 68, os registros de nascimento do bairro de Guaianases do ano de 1930 trazem em seus assentos algumas informações relevantes à pesquisa, como a cor dos nascentes:

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Branços	53	85,48%
Pardos	07	11,29%
S/Cor	02	3,23%
Total	62	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Num total de 62 nascimentos registrados no cartório de Guaianases deste ano, apenas 7 foram de crianças registradas como “pardas”³⁰. Dessa forma, os grupos populacionais negros nesse ano estavam representados em cerca de 11,29% dos registros de nascimento do período. Além disso, 3,23% dos registros foram transcritos sem conter a cor dos nascidos (s/cor), uma quantidade bastante diminuta. No entanto, outras ausências foram percebidas durante a análise dos registros do ano de 1930: cerca de 40% dos documentos analisados não continham em seus assentos os nomes dos pais, dos avós, ou o nome do próprio recém-

²⁹ Os filhos eram considerados legítimos quando nascidos de indivíduos que houvessem contraído matrimônio legalmente, perante o registro civil, como citado no Parágrafo único do Artigo 54 do Decreto Federal de nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928.

³⁰ Consideramos como populações negras ou grupos negros, para este trabalho de investigação, todos aqueles designados: pardos, morenos, mulatos e pretos. Essa designação corresponde ao modo como os institutos de pesquisa, os programas governamentais e os movimentos negros entendem a demografia da sociedade brasileira.

nascido. Uma não padronização pode responder por esses recorrentes lapsos e/ou ausências, visto que ao ler cada assento percebemos letras em estilos diferentes, estrutura textual diferenciada, maneiras diferentes de grafar o mesmo tipo de documento na mesma página, entre outros. Entendeu-se que cada funcionário cunhava o ato registrador à sua maneira.

Mattos e Rios, analisando registros de nascimento do ano de 1889 realizados em Paraíba do Sul, no Rio de Janeiro, mais especificamente na região da antiga Freguesia de Cebolas, também perceberam nos assentos procedimentos singulares. No geral, os registros eram heterogêneos e traziam uma diversidade de informações baseada na experiência individual de cada escrivão com o registrante. As autoras ainda citam um exemplo muito esclarecedor desse tipo de prática registradora, que é o caso de um senhor de nome José e o escrivão, do citado cartório, que além de transcrever as informações requeridas pelo ofício de registros de nascimento identificou outros dados não oficiais, como: “[...] não apenas reconheceu ali sua paternidade, como sua relação com a mãe da criança, os outros filhos que tinha com ela até o momento, suas idades e seu desejo de casar-se” (MATTOS; RIOS, 2004, p. 14).

Mesmo 41 anos mais tarde, os assentos dos registros de nascimento ainda demonstram certa autonomia na composição textual dos escrivães. É claro que o caso trazido por Mattos e Rios expressa uma escrita que extrapola o objetivo oficial, porém nos documentos que analisamos para esta pesquisa a falta de se seguir um padrão registrador reflete, igualmente, lapsos e ausências de dados. Diante de uma prática característica, que se demonstra seguida de conceitos individuais, questionamo-nos sobre qual era a real influência do oficial nas respostas e/ou informações dadas pelos responsáveis pelo registro do nascido durante a composição dos assentos.

Compreendemos que esses documentos podem refletir uma postura individual ou institucional, inclusive na designação da cor do nascido, no que tange à instituição de um ideal de nação baseado na europeização não apenas de costumes e valores, mas da própria raça/cor. O que pode se constituir como uma possível interpretação da completa ausência de registros de nascidos pretos e uma quantidade diminuta de pardos nesse ano e a pouca representação nos anos que seguem. Outra ausência comum, e que passou a constituir regra, foram os registros de nascentes com apenas o primeiro nome. Todos os registros de nascimento do ano de 1930 apresentam recém-nascidos sem os seus respectivos sobrenomes.

Em observação ao Decreto federal de nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928 no Art. 67: “No caso de ter a criança nascido morta ou de ter morrido na ocasião do parto, será, não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito”, esse

ano nos apresenta cerca de 6,45% de natimortos do número total de nascimentos registrados. Para este tipo de registro a cor foi ignorada, o que não nos permitiu, por exemplo, perceber a incidência mortuária em determinadas populações.

Outro dado importante com relação aos nascimentos e que nos permite pensar a dinâmica social cotidiana do bairro no período estudado, foi a quantidade de partos ocorridos em domicílio. Do total de 62 nascimentos registrados 21, ou seja, 33,88% foram registrados como ocorridos em domicílio, o que apresenta à pesquisa outro sujeito social deste tempo-espaço: as parteiras. Santos, no último capítulo de sua obra *Serviços de negros – Na cadência de Modas Indígenas e Africanas* (2003), trata das diversas ocupações desenvolvidas pelos habitantes da Pauliceia, entre 1890 e 1915, no sentido de que certas ocupações promoviam permanências culturais e identitárias, além de permitir a sobrevivência dos mesmos. Averiguamos, por tais registros, que ser parteira não significava necessariamente ter um ofício, ganhar um ordenado ou ter lucro com a prática predominantemente feminina. Entretanto, num bairro em que serviços de saúde pública são instalados a partir da década de 1990, contar com essas profissionais era necessariamente uma prática que garantia a sobrevivência social.

Devido a outros dados que os registros trazem sobre os ofícios dos progenitores, percebeu-se que a prática de se fazer partos não conferia à mulher o reconhecimento de um ofício. Mesmo com 33,88% de nascimentos – obviamente, apenas contando os que foram registrados –, tendo acontecido em residências, o ofício de parteira ou qualquer outro ofício praticado por mulheres foi obliterado desses documentos.

Com relação aos ofícios dos pais, foram encontrados 49 registros que citam os seguintes dados:

OFÍCIOS – REGISTROS		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
<i>Chauffeurs</i>	1	2,04%
Comerciantes	1	2,04%
Ferrovários	2	4,08%
Funcionários Públicos	5	10,20%
Jardineiros	1	2,04%
Jornaleiros	1	2,04%
Lavradores	9	18,37%
Mecânicos	3	6,12%
Militar	1	2,04%

Negociantes	1	2,04%
Operários	16	32,65%
Pedreiros	3	6,12%
Proprietários	4	8,16%
Total	48	100,00%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Os ofícios de maior concentração demográfica são os de lavradores³¹, com 18,37%, e os de operários, representando 32,65% do total de ofícios registrados. Uma das leituras possíveis para essa maior concentração de sujeitos operários num bairro que, no período de 1930, não contava com indústrias, estaria relacionada às possibilidades de moradia barata diante de um território que ainda se estruturava urbanamente. O processo de produção/trabalho atribuía aos bairros que se estruturavam nas bordas do mapa paulistano a função de se fazer habitar o operário e/ou trabalhador do centro (CARRIL, 2013). Guaianases assume a função de bairro dormitório, onde operários mantinham habitações e suas famílias, mas buscavam sustento – trabalho – nas regiões centrais. A substancial presença de lavradores nos apresenta outra perspectiva concomitante à citada acima: um bairro de características rurais.

Apesar de a raça/cor dos progenitores não constar nos registros, observamos que os homens/pais dos recém-nascidos classificados como “pardos” apresentaram-se como: 6 operários e 1 ferroviário, sendo todos eles oriundos da capital paulista.

As mulheres/mães, além de terem seus ofícios obliterados dos registros de nascimento, também eram classificadas como “Mãe solteira”, quando não haviam contraído matrimônio legalmente, e o recém-nascido seguia classificado como “Filho ilegítimo”. Encontramos 2 registros com esse perfil, perfazendo 3,22% do total. A classificação como mãe solteira não é apenas uma junção de palavras que dá a essa condição feminina um status de estado civil, mas carrega em si a força simbólica de representação que relega o filho e a mãe/mulher à estranheza da sociedade tradicional desse período. Os registros de nascimento, documentos oficiais do Estado brasileiro, vão trazer em seus assentos no período estudado enunciações de uma sociedade patriarcal.

³¹ Os indivíduos classificados como lavradores eram aqueles trabalhadores agrícolas que tinham suas próprias plantações e trabalhavam nelas, ou nas de outrem, conforme cita Rios (1990).

As nacionalidades dos progenitores (pai e/ou mãe) também fazem parte desses documentos. No ano de 1930 os registros apresentaram 101 casos de progenitores com suas respectivas nacionalidades.

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Italianos	8	7,48%
Espanhóis	2	1,87%
Búlgaros	2	1,87%
Lituanos	2	1,87%
Portugueses	2	1,87%
Brasileiros (paulistas)	85	79,44%
Total	101	100,00%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Nesse caso, os brasileiros, especificamente paulistas, foram o maior número de progenitores que registraram seus filhos no cartório do bairro, perfazendo 79,44% do total, apontando para um bairro que nesse período conta com uma presença bastante substancial de brasileiros paulistas com relação a outras nacionalidades apresentadas. Mesmo assim, mostrou-se de extrema importância perceber algumas nacionalidades outrora invisibilizadas nas representações das histórias do bairro de Guaianases, como: búlgaros e lituanos.

2.3 1935 – Nacionalidade e cor

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Brancos	63	82,89%
Pardos	07	9,21%
Pretos	05	6,58%
S/Cor	01	1,32%
Total	76	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Neste ano de 1935, começa a aparecer no assento a classificação de cor Preta, sobre a qual foram encontrados 5 registros perfazendo um total de 6,58%. Entendendo os grupos populacionais negros como pretos e pardos, estes representam cerca de 15,79% dos nascimentos registrados, o que, comparado ao ano anterior, significa 19,35% a mais de registros de nascimento de negros. Nesta perspectiva comparativa com o ano de 1930, anteriormente analisado, é possível apontar aumentos e diminuições quantitativas no todo e sobre cada classificação. A quantidade de pardos, por exemplo, se manteve, porém aumentou em percentual, representando em 1935, 11,29% do total. Com relação aos registros sem cor definida, diminuíram tanto em quantidade, como em percentual total, passando a representar no todo cerca de 1,32%. Os nascimentos registrados como ocorridos em domicílio no ano de 1935 passam a representar 26,32% dos partos, uma diminuição percentual em comparação com o ano anterior. Além disso, nenhum natimorto foi registrado nesse ano.

Com relação aos ofícios dos progenitores as mulheres/mães continuam tendo seus ofícios obliterados dos registros, ratificando o ano anterior. Mães solteiras ou filhos ilegítimos não aparecem nesses registros. Outro dado que nos chamou a atenção foi a quantidade de registros que declaravam os ofícios dos pais/homens. No total foram apenas 3 declarações, sendo elas:

OFÍCIOS – REGISTROS		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Militar	1	33,33%
Lavrador	2	66,66%
Total	3	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Informações que no ano anterior apareciam em grande quantidade, neste ano apresentaram-se de maneira frágil, nos fazendo questionar o porquê de tal situação. Surgiram apenas três casos de identificação de ofícios de progenitores. Além disso, nenhum desses indivíduos foi registrante de nascidos classificados como pretos ou pardos. Uma das possíveis leituras desse número diminuto de reconhecimento de ofícios seria mais uma vez uma não padronização nos assentos dos registros de nascimento, o que ocasionaria tais lacunas nesses documentos. Percebeu-se, durante a análise dos livros, escrivães que ao se referirem à data de nascimento a declaravam como “anteontem” ou “hontem”, o que é mais um exemplo dessa prática despadronizada.

Com relação às nacionalidades dos progenitores, o ano de 1935 apresentou os seguintes numerários:

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Italianos	2	1,39%
Espanhóis	2	1,39%
Portugueses	5	3,47%
Brasileiros (paulistas)	135	93,75%
Total	144	100,00%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Representando quase que uma totalidade dos registros, os brasileiros paulistanos perfizeram cerca de 93,75% dos progenitores. Além disso, em 1935, a nacionalidade dos avós, de maneira tímida, começou a aparecer nos registros. Em 6 casos, especificamente, suas nacionalidades eram diferentes das nacionalidades dos filhos (pai ou mãe do nascente), sendo elas: 1 francês; 4 italianos e 1 espanhol. Dado que nos chamou a atenção, por representar famílias de imigrantes perpetuados em gerações já naturalizadas no país.

2.4 1940 – Cor, profissões e expectativas

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Brancos	71	78,03%
Pardos	08	8,79%
Pretos	07	7,69%
Morenos	05	5,49%
Total	91	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Neste ano, os registros de brancos aumentaram em número, mas percentualmente passaram a representar uma parcela menor da população nascida, 78,03%, se comparada aos anos anteriores. Consequentemente, os grupos de negros perfazem um total de 21,97% dos

registros analisados no ano de 1940. O que nos chamou a atenção no quesito raça/cor é a inclusão, a partir desse período, de outro adjetivo, o Moreno, que também compõe os grupos populacionais negros.

Os registros com ausências de nomes, dados dos progenitores, ou mesmo a cor passam a não mais existir. Percebeu-se, nesse sentido, um esforço em tornar o assento mais padronizado, visto que os textos passam a ser muito mais semelhantes entre si. No geral, começam citando as mesmas informações e procuram conter a mesma quantidade de linhas, pontos e vírgulas, entre outros elementos. Mesmo assim, se afiguram apenas como uma tentativa, pois com relação aos nascimentos em domicílio, encontramos apenas um caso registrado nesse ano. O que nos leva a interpretar como uma supressão de informação que o cartório ou o escrivão consideravam não relevantes, já que o bairro de Guaianases no ano de 1940 ainda não contava com hospitais e serviços de saúde pública. Essa lógica na qual se procura condicionar os elementos constituidores dos registros de nascimento desse ano caracterizou uma materialização do que chamamos de tentativa de instituir uma padronização dos assentos nesse cartório.

A profissão da mãe/mulher passa a constar em todos os registros como “Doméstica do lar”. Esses documentos passam a reconhecer legalmente uma função social ou o lugar social da mulher, o que ratifica o discurso paternalista da sociedade brasileira que imputa à mulher/mãe a gestão do trinômio “Filho-Marido-Casa”. Dentro de uma sociedade que pauta suas relações sociais na fortificação de um conjunto de valores de hierarquização dos gêneros, a mulher é colocada de maneira extremamente violenta nos papéis de submissão ao homem. E é no universo de composição do gênero feminino que Gonçalves (2006) nos chama atenção para a mulher negra que enfrenta uma condição de dupla inferioridade, não apenas por ser mulher, mas por ser mulher e negra, ainda no tempo presente.

A imagem social da mulher negra foi construída a partir do despertencimento de si mesma, quando o senhor/homem era o dono do seu corpo, entendendo-o como uma peça que podia ser tocada, moldada e apropriada por ele. Além disso, a mulher era vista como reprodutora – mãe de filhos, não só pelos homens, mas pelas instituições eclesiásticas. Em sua narrativa, Gonçalves (2006) nos traz uma reflexão sobre a construção desse lugar social em que a mulher negra é para o trabalho e para saciar desejos, um símbolo de servilismo, de voz ausente, nunca representada como sujeito.

Nesse sistema patriarcal, sexista e racista que o Brasil dissemina, a mulher é desumanizada a partir de uma relação naturalizada de dependência do elemento masculino, no qual ela é a branca donzela e indefesa ou a negra abnegada, submissa, hiperssexualizada, entre

outros adjetivos negativadores da sua condição. Ou, como apontado por Gonzalez (1983), a mulata que no espaço público tem como obrigação entreter, agradar, dar prazer e divertir, numa permanência da ideologia colonial, aquela que enche os olhos dos senhores e aguça seus desejos sexuais.

Há uma supremacia branca reguladora das relações sociais marcada por permanências de um sistema escravocrata, a mulher negra está exposta a elementos e situações que a condicionam a negar suas necessidades emocionais. Hooks (1995) apresenta, no ensaio intitulado “Vivendo de Amor”, uma profunda reflexão sobre essa condição de negação que coloca a mulher negra num alto nível de fragilidade, vulnerabilidade e instabilidade emocional. O racismo, o capitalismo e o patriarcado, entendidos como formas de dominação, imputam a essa mulher inferiorizada uma mentalidade colonizada, na qual ela passa a enxergar em seu corpo, nos traços e cabelos o seu próprio inimigo. A mulher negra precisa sobreviver emocionalmente. Despertencida de si e de seu corpo, essa mulher negra massacrada tem seu universo social e íntimo adentrado por Hooks (2005) em seu outro ensaio sob o título de “Alisando nosso cabelo”, texto que nos ajuda a compreender em qual sistema de opressão está inserida essa mulher no Brasil: aquele que fere grupos negros e, de maneira profunda, a mulher negra.

Outra autora que nos ajuda a consolidar essa perspectiva negro-feminina – passado-presente, que extrapola uma figura de mulher subalterna rompendo as barreiras de um não-lugar imposto pela hegemonia paternalista da nossa sociedade, é Cristiane Sobral (2014). A partir da poética trazida em seu livro *Só por hoje vou deixar meu cabelo em paz* cria um lugar de enunciação e subversão contra as permanências machistas de uma sociedade estrategicamente embranquecida que ainda regulam o viver da mulher negra no Brasil:

[...] Não sou bicho de estimação
Meus dentes brancos não desperdiçam risos fúteis
Meus quadris largos não servem apenas para gingar
Meus seios fartos talvez não sejam destinados a amamentar
[...]
Não sou o anjo negro consolador.³² (SOBRAL, 2014, p. 37)

Punhos sangrando
Seios jorrando
Sexo brotando
Pra servir de comida
[...]
Escrava de estimação

³² Fragmentos do poema “Ancestralidade na Alma”.

Seu corpo como o chão
 Suas pernas como encosto do patrão.³³ (SOBRAL, 2014, p. 43)

Alguns homens sonham com meu corpo
 Entre os seus lençóis
 Desejam desesperadamente
 Consumir meu sexo
 Mas não suportariam meu banzo
 Meu clamor
 Não aguentariam vestir a minha pele negra
 Nem por um segundo
 Eles poderiam tomar posse de tudo que sou
 E até germinar ali os seus filhos
 Mas sairiam sem olhar pra trás
 Esses homens devorariam o meu corpo
 Com ardor
 Como lobos sugariam o meu interior
 Até secar meu ventre
 Impunes voltariam para os seus lares
 Sem o menor pudor
 [...]
 Não sou produto com desconto
 Esqueçam as ofertas.³⁴ (SOBRAL, 2014, p. 63)

A poética de Sobral potencializa um constructo discursivo que nos traz uma voz negra feminina insubmissa, insubordinada, apontando para os “escurecimentos necessários”, negando as condições hegemonicamente impostas à mulher negra, desde a escravidão, de objeto a ser consumido pelo homem e questionando essas relações de desigualdade outrora traçadas e perpetuadas até os nossos dias.

E é dentro desse universo de inferiorização permanente da mulher que Oliveira (2013) vai observar a cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro a partir de dados trazidos pelo censo do IBGE³⁵ do ano de 2000, e nisso perceber a super-representação da mulher no setor de atividade do trabalho doméstico. Essa atividade, que traz em seu cerne permanências do sistema escravocrata, e ainda enxerga uma mulher que é socializada para o cuidar da casa, dos filhos, do marido, ou a mulher negra que é liberta para continuar cuidando, de outras casas, de outros filhos e de outros maridos.

A imagem privada da mulher negra é construída e naturalizada socialmente como a da doméstica, o que para Gonzalez significa a reafirmação de um dos lugares estipulados para ela no período escravocrata, a serviçal, a mucama: “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a

³³ Fragmentos do poema “Paradoxo”.

³⁴ Fragmentos do poema “Black Friday”.

³⁵ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, órgão responsável pelo censo demográfico anual no Brasil.

mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (1983, p. 230). A mãe preta é outra figura desse universo colonial que se perpetuou e que está acorrentada ao núcleo familiar da elite branca, quando é ela quem cuidava dos filhos das mulheres brancas, desde o amamentar e até a fase adulta. Telles (2013) recompõe essa condição da empregada doméstica ao descrever as contingências enfrentadas por ex-escravas que se dedicavam a esse tipo de trabalho como profissão, e aborda, ainda, alguns aspectos da luta cotidiana dessas mulheres contra as estratégias de dominação dos patrões, que reafirmavam os valores burgueses escravocratas como o assédio moral, a violência sexual, os pagamentos compostos de ínfimos valores e as extensas horas de trabalho.

No pós-abolição, o serviço doméstico realizado por muitas mulheres negras transformou-as em arrimos de família num período em que os grupos populacionais negros sofriam com a exclusão no mercado de trabalho, consoante Andrews (1998). Mesmo diante desses elementos de opressão, essas mulheres compunham arranjos sociais e estratégias de sobrevivência que lhes permitiam resistir às condições impostas e promoverem, paulatinamente, mudanças sociais, como cita Telles (2013).

Com relação à classificação de “mãe solteira”, aparecem apenas 3 casos, perfazendo um total de 3,30% dos documentos. E o que, mais uma vez, nos chama a atenção nesse caso é o fato de que mesmo as ditas “mães solteiras”, ou seja, que não tinham a figura do homem provedor ao lado, também têm seus ofícios registrados como “Domésticas do lar”, o que nos levanta a questão de: Como essas mulheres se sustentavam? Como sobreviviam? A imagem da família tradicional explícita como padrão social brasileiro nos registros de nascimento dos anos analisados deixa lacunas que são combatidas com classificações imbuídas de preconceitos sociais, mas que se perdiam em si mesmas.

As profissões do pai/homem, como nos outros anos, constam em cerca de 64,84% dos registros, nos seguintes ofícios:

OFÍCIOS – REGISTROS		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Carteiros	2	3,39%
Cirurgiões-dentistas	1	1,69%
Comerciários	3	5,08%
Despachantes	1	1,69%

Ferrovíários	5	8,47%
Funcionários Públicos	4	6,78%
Laboristas	1	1,69%
Lavradores	21	35,59%
Mecânicos	1	1,69%
Militares	3	5,08%
Motoristas	2	3,39%
Oleiros	1	1,69%
Operários	10	16,95%
Pedreiros	3	5,08%
Professores Públicos	1	1,69%
Total	59	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Assim como no ano de 1930, os ofícios que mais aparecem são os de operário e lavrador, reafirmando um caráter rural e dormitório do bairro ainda no ano de 1940. No entanto, é possível perceber um movimento urbanístico que se instaura na região a partir dos ofícios inéditos que passam a aparecer nos registros, e que tendem a responder a demandas de territórios em expansão, como os de: cirurgião-dentista, professor público, carteiro e despachante.

No que tange aos pais de recém-nascidos que compõem os grupos populacionais negros, foram encontrados os seguintes ofícios: 2 militares, 7 operários, 1 comerciante, 4 lavradores, 1 funcionário público e 3 não declarados.

Com relação às nacionalidades dos progenitores, surgiram os seguintes dados:

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Romenos	2	1,16%
Armênios	2	1,16%
Uruguaios	1	0,58%
Argentinos	3	1,16%
Japoneses	2	1,16%
Alemães	1	0,58%
Portugueses	2	1,16%
Espanhóis	3	1,73%

Italianos	1	0,58%
Brasileiros	157	90,23%
Total	174	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

No ano de 1940, foi possível verificar a presença de outras nacionalidades que também partilham da invisibilidade nas representações da história do bairro de Guaianases, como os armênios, uruguaio e argentinos. Além disso, a partir desse ano, foi possível perceber correntes migratórias para o bairro. De todos os brasileiros citados, as regiões discriminadas são:

Regionalidade – progenitores (pai e/ou mãe)		
Região	Quantidade	Porcentagem
MG	2	1,27%
PE	1	0,64%
RJ	2	1,27%
BA	2	1,27%
CE	1	0,64%
SP	149	94,90%
Total	157	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Em nossa leitura, o aparecimento de migrantes nos registros foi reconhecido como a materialização das ações do ofício registrador em criar um corpo padrão ao documento, que passa a ser mais descritivo em suas colocações. Mesmo assim, traz à pesquisa a percepção da mobilidade da composição humana do bairro durante os anos estudados. Além dos paulistas e imigrantes que chegaram à cidade em todos os anos, os migrantes também se faziam presentes naquela realidade.

Um caso que nos chamou a atenção nos registros foi o de um espanhol que se casou com uma portuguesa na cidade de Ribeirão Preto, interior de São Paulo, deslocando-se para o bairro de Guaianases, zona leste da capital de São Paulo, e registra o nascimento de seu respectivo filho no cartório do bairro. Além de ser perceptível o casamento entre diferentes nacionalidades, é possível destacar movimentos regionais. Indivíduos de outros países, estados ou mesmo regiões mais próximas passavam a compor o quadro demográfico do bairro.

2.5 1945 – Cor, migrações e ofícios

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Branços	140	82,35%
Pardos	18	10,59%
Pretos	10	5,88%
Amarelos	02	1,18%
Total	170	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Em comparação com os anos anteriores, todos os números aumentaram proporcionalmente. O adjetivo de cor Morena, utilizado no ano de 1940, desaparece no ano de 1945; nenhum registro faz uso dessa nomenclatura. Diferente dos anos anteriores, contudo, é a presença de japoneses, que apareciam como brancos, e nesse ano são designados como “Amarelos”. Os grupos populacionais negros perfazem um total de 16,47%, ou seja, 28 registros.

Natimortos e nascimentos em domicílio inexisteram nos registros desse ano.

Os ofícios femininos continuaram numa reafirmação do estigma da mulher cuidadora, 100% dos registros trazem-nas como “Doméstica do lar”. Além disso, foram registrados 3 casos de “mães solteiras”, perfazendo um total de 1,76% dos nascimentos registrados naquele ano.

Com relação às profissões dos pais/homens apresentaram-se as seguintes:

OFÍCIOS – REGISTROS 1945		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Ascensoristas	1	0,61%
Carvoeiros	2	1,22%
Comerciantes	1	0,61%
Comerciários	10	6,10%
Corretores	1	0,61%
Eletricistas	2	1,22%
Encanadores	1	0,61%
Ferreiros	1	0,61%
Ferrovários	17	10,36%

Funcionários Públicos	4	2,44%
Gráficos	1	0,61%
Jornaleiros	1	0,61%
Lavradores	69	42,07%
Maquinistas	1	0,61%
Marceneiros	2	1,22%
Mecânicos	4	2,44%
Metalúrgicos	1	0,61%
Militares	2	1,22%
Motoristas	5	3,05%
Negociantes	1	0,61%
Operários	22	13,41%
Panificadores	1	0,61%
Pedreiros	7	4,27%
Pintores	1	0,61%
Poceiros	1	0,61%
Polidores	1	0,61%
Professores	1	0,61%
Rodoviários	1	0,61%
Sapateiros	1	0,61%
Serradores	1	0,61%
Total	164	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

É possível perceber mais profissões ligadas à urbanização do bairro como as de corretor, jornalista e rodoviário, por exemplo. Mesmo assim, o número de lavradores e operários ainda é majoritário entre a população estudada.

No que tange aos pais de recém-nascidos que compõem os grupos negros nesse ano, foram encontrados os seguintes ofícios: 2 covoqueiros, 11 lavradores, 5 operários, 1 comerciante, 1 pedreiro, 1 maquinista, 1 poceiro, 3 ferroviários, 2 funcionários públicos e 1 não declarado.

Os dados relativos às nacionalidades dos progenitores nos trazem as seguintes informações:

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Yugoslavia	2	0,59%
Japoneses	8	2,38%
Alemães	6	1,78%
Portugueses	9	2,68%
Espanhóis	12	3,58%
Brasileiros	299	88,99%
Total	336	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Diferente dos outros anos, em 1945 não se registrou nenhum nascido de pai ou mãe italianos, nacionalidade bem representada *a priori*. Além disso, a presença dos nacionais nos registros desse ano continua a apontar para crescentes correntes migratórias das mais variadas regiões do território nacional:

Regionalidade – progenitores (pai e/ou mãe)		
Região	Quantidade	Porcentagem
AL	3	1,00%
BA	4	1,34%
CE	1	0,33%
INTERIOR DE SP	12	4,01%
MG	31	10,37%
PR	6	2,01%
RJ	13	4,35%
SP	229	76,59%
Total	299	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Assim como nos outros anos, os paulistas estão super-representados no período, mas outra informação que chamou a atenção é o crescimento percentual da presença de mineiros. Os migrantes passavam a compor de maneira crescente a população do bairro.

Um dos registros analisados do ano de 1945 nos trouxe uma curiosidade com relação ao casamento de nacionalidade mista, do matrimônio de brasileiro com portuguesa, onde o filho recém-nascido foi declarado no registro de nascimento como preto. Com uma mãe

portuguesa, uma das possíveis leituras é que o pai – declarante do nascimento – era preto e, conseqüentemente, declarou seu filho a partir de seu pertencimento étnico-racial.

Os registros do ano de 1945 igualmente trouxeram um outro elemento inédito se comparado aos anos anteriores, que é a classificação dos declarantes quanto a ser analfabeto ou não. Essa outra categoria que passa a compor os registros nos aponta para uma mentalidade sobre a condição de cidadania e de dimensão cultural marcada pela segregação e exclusão social. Buscando captar uma amostra de quais eram as expressões que compõem o imaginário popular coletivo quando se pensa no sujeito analfabeto, Galvão e Pierro questionaram sistematicamente cerca de 250 alfabetizadores pertencentes ao programa Brasil Alfabetizado no ano de 2004 (MEC/Universidade Federal de Pernambuco/Prefeitura das cidades do Recife e de Igarassu-PE) sobre quais seriam suas definições para o sujeito analfabeto e obtiveram algumas respostas como: “Incapaz, incompleto, dependente, perdido, manobrado, cego, coitado, sofredor, despreparado, isolado, alienado, massa amorfa, aquém da sociedade, desinformado, fome, pobreza, classe dominada, exclusão [...]” (2012, p. 9).

A palavra analfabeto traz consigo, até o tempo presente, sentidos e significados extremamente negativos. Para além do sujeito que não sabe ler e escrever constituiu-se um discurso social que o aloca numa condição de desumanizado, destituído de direitos – quando desde a primeira Constituição republicana de 1891 foram proibidos de votar, como se fossem inocentes facilmente enganáveis, incapazes de participar efetivamente da vida política do país, numa supervalorização do que lhe falta e da total invisibilização de seu universo cultural oralizado. Universo este que, dentro do movimento humanista, impregnou o pensamento e a ética tradicional africana, do qual fala Appiah (1997), que não considera o mundo escrito como o mundo da sabedoria, mas antes percebe a escrita como a reprodução de um conhecimento parcial. O autor ainda aponta para a necessidade de reconhecer a antiguidade dos saberes oralizados, de seus ecossistemas, de toda a capacidade que eles possuem de trazer uma memória viva e de produzir um prolongamento cultural. O que nos traz uma emergência em se pensar outras possibilidades de produção dos saberes, de interpretações que dão sentido de existência ao mundo.

Galvão e Pierro, ao buscarem perceber como se situava o discurso sobre o analfabeto nos diversos períodos históricos, entendendo-o como construção social, nos chamam a atenção para a década de 1930 quando o mesmo alocava-se “entre a dependência e o bom senso; entre a incapacidade e a perspicácia; entre a incompetência e a dignidade; entre a miséria e o conhecimento; entre a servilidade e a inteligência” (2012, p. 39) e enxergava o analfabetismo, e conseqüentemente o analfabeto, não como problemas sociais, mas

especificamente – e o que é bem diferente –, como um problema para a sociedade. É somente nas primeiras décadas do século XX que intelectuais passam a popularizar uma representação do analfabetismo como “vergonha nacional” (*Ibidem*, p. 29), a culpa pelo atraso da nação. Os autores evidenciam, ainda, discursos que, formulados por intelectuais higienistas e sanitaristas, louvavam tais condições como “calamidade pública e comparada à guerra, à peste, a cataclismos, a uma praga. [...] O analfabeto é visto, nesse quadro, como cego, surdo e irracional.” (*Ibidem*, p. 41). Rocha, ao analisar discursos de meados do século XIX e início do XX, compostos pelo médico Miguel Couto, autor de livros sobre a temática da educação e saúde que flertava com ideais eugenistas, vai identificar e reafirmar a construção de um lugar simbólico para o analfabeto numa sociedade amoldada por um eurocentrismo leitor e universalista.

O analfabeto é como um microcéfalo, de visão psíquica estreita, porque, embora veja claro, a enorme massa das nações escriptas lhe escapa; pelos ouvidos passam palavras e idéias como se não passassem; o seu campo de apercepção é uma linha, a inteligência o vácuo; não raciocina, não entende, não prevê, não imagina, não cria. (COUTO, 1923, *apud* ROCHA, 1995, p. 80)

E é nesse universo de supervalorização do ser letrado em detrimento do sujeito analfabeto que se produziu o que Glissant (2005) vai chamar de a canibalização que o Ocidente impôs ao mundo, promovendo uma roedura das culturas. Construiu-se um senso de modernidade a partir de um olhar eurocêntrico que não reconheceu a dimensão da experiência social e procurou produzir um esvaziamento do ser não leitor, o analfabeto, que é também o homem comum constituidor de processos conceituais ligados a histórias, conjunturas e historicidades locais. É nesse permanente contexto social de desqualificação do sujeito não leitor que 14 registros vão identificar progenitores analfabetos, sendo destes 12 homens e 2 mulheres. Sobre a maioria quantitativa masculina expressa, entendeu-se que se deu por serem os pais/homens o grupo que está de maneira majoritária representado no número de declarantes.

2.6 1950 – Profissões e os valores exigidos pelo Registro

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Branços	320	76,19%
Pardos	71	16,91%
Pretos	29	6,90%
Total	420	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

O ano de 1950 nos traz um aumento progressivo dos registros de nascimento no bairro, como também o aumento do número de recém-nascidos declarados pretos ou pardos. Nesse ano, somando 100 nascimentos registrados, os grupos negros perfazem um total de 23,81% das declarações, o maior índice entre os anos analisados.

Com relação aos ofícios dos progenitores, encontrou-se uma exceção: entre todas as mulheres/mães identificadas como “Domésticas – do lar”, aparece uma única mulher/mãe solteira com filho ilegítimo que tem seu ofício declarado como operária. Essa mulher tem seu filho declarado como branco e é de origem pernambucana. Não há nenhum vestígio entre os documentos que nos explique tal exceção, entretanto entendemos como um provável reflexo da luta das mulheres por autonomia e reconhecimento por papéis sociais desempenhados para além do doméstico e um prenúncio de um futuro reconhecimento dos ofícios femininos nos próximos documentos. Como os registros eram feitos por mais de um escrivão, entendemos que, de alguma maneira, naquele momento o funcionário foi levado a registrar tal caso. Mesmo assim, não se tornou ainda uma regra nesse ano. Todos os outros registros reafirmam as informações de anos anteriores.

Os registros de mães solteiras com filhos ilegítimos, que no último ano desapareceram dos documentos, nesse ano voltam com 9 casos, perfazendo um total de 2,14% da população registrada. No entanto, os registros de nascimento em casa continuam, assim como nos anos de 1940 e 1945, zerados.

O índice de analfabetos continua sendo registrado, apresentando cerca de 34 homens/pais declarantes e 12 casos de mulheres/mães declarantes. O aumento de casos de mulheres declarantes denota uma mudança na prática de registrar comumente usada nos anos anteriores. A mulher, de maneira crescente, começa também a registrar seus filhos nascidos, mesmo sendo casadas e não tendo filhos classificados como ilegítimos.

Outro dado muito importante e inédito são os selos de autenticidade que passam a constar nas páginas do livro de registros de nascimento. Apesar dos registros de nascimento serem cobrados em todos os anos que analisamos, é somente a partir do ano de 1950 que aparecem selos com valores. Pelo 1º registro, cobra-se Cr\$ 20,00 (cruzeiros).

Outra peculiaridade encontrada nos registros desse ano foi o 1º registro de uma criança adotada por um casal de nacionais paulistas, e esta foi identificada como preta.

Nos registros dos ofícios dos homens/pais, encontrou-se o seguinte:

OFÍCIOS – REGISTROS 1950		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Aeroviários	1	0,26%
Aposentados	1	0,26%
Artistas	1	0,26%
Aux. de Agrimensor	1	0,26%
Aux. de balcão	1	0,26%
Barbeiros	1	0,26%
Carpinteiros	7	1,81%
Carvoeiros	1	0,26%
Comerciantes	1	0,26%
Comerciários	29	7,47%
Eletricistas	3	0,77%
Encanadores	6	1,55%
Escriturários	1	0,26%
Ferreiros	4	1,03%
Ferrovários	6	1,55%
Funcionários da Light	1	0,26%
Funcionários Públicos	13	3,35%
Fundidores	3	0,77%
Funileiros	3	0,77%
Industriários	8	2,06%
Jardineiros	1	0,26%
Ladrilheiros	1	0,26%
Laminadores	1	0,26%
Lavradores	69	17,78%
Maquinistas	1	0,26%

Marceneiros	1	0,26%
Mecânicos	10	2,58%
Militares	9	2,32%
Motoristas	9	2,32%
Oleiros	11	2,84%
Operários	110	28,35%
Padeiros	1	0,26%
Pedreiros	49	12,63%
Pintores	2	0,52%
Pranchadores	1	0,26%
Proprietários	1	0,26%
Salsicheiros	1	0,26%
Sapateiros	9	2,32%
Serralheiros	1	0,26%
Soldadores	1	0,26%
Tecelões	5	1,29%
Topógrafos	1	0,26%
Torneiros mecânico	1	0,26%
Trabalhadores	1	0,26%
Vidreiros	2	0,52%
Total	388	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Os ofícios do ano de 1950 demonstram uma perspectiva de crescimento demográfico no bairro, juntamente com o processo de urbanização, que é percebido diante do aparecimento de profissões ligadas às necessidades diretas de um bairro que cresce estruturalmente. Mesmo com os ofícios de lavrador e operário representando, como nos outros anos, a maioria dessa população registrante, outros ofícios chamam a atenção como, por exemplo, os de pedreiro, que nesse ano representam cerca de 12,63% da população estudada. Além disso, outras funções peculiares foram citadas, como: salsicheiro, artista, funcionário da light, entre outras. Um dado bastante interessante é a descrição de um dos ofícios como funcionário da Light³⁶, já

³⁶ Grupo Light, criado em Toronto, no Canadá, após aglutinar outras empresas do ramo elétrico constituiu monopólio no setor de energia elétrica no país. Para saber mais visitar o site do Centro da Memória da Eletricidade no Brasil, em: <http://www.memoriadaeletricidade.com.br/default.asp?pag=14&codTit1=44330&pagina=destaques/linha/1898-1929&menu=376&iEmpresa=Menu#44330>.

que nenhum outro ofício possui a declaração da empresa para a qual se trabalha ou se presta serviço, diferente desse caso, onde a Light teve majoritária representatividade durante as primeiras décadas do século XX no setor de energia elétrica na cidade de São Paulo.

No que se refere aos pais de recém-nascidos que compõem os grupos populacionais negros nesse ano, encontrou-se os seguintes ofícios: 2 tecelões, 3 sapateiros, 5 comerciários, 3 militares, 1 maquinista, 1 pintor, 3 oleiros, 1 ferroviário, 1 vidreiro, 1 eletricitista, 1 encanador, 5 funcionários públicos, 1 laminador, 2 mecânicos, 1 auxiliar de balcão, 6 não declarados, 1 fundidor, 16 pedreiros, 13 lavradores, 1 industrial e 32 operários.

Com relação à nacionalidade dos progenitores os registros de nascimento desse ano expressam os seguintes dados:

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Alemã	3	0,36%
Brasileira	782	94,67%
Espanhola	4	0,48%
Italiana	1	0,12%
Japonesa	12	1,45%
Letônia	1	0,12%
Lituana	4	0,48%
Portuguesa	10	1,21%
Romena	5	0,61%
Yugoslávia	4	0,48%
Total	826	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Mais uma vez é possível perceber a super-representação dos nacionais, perfazendo um total de 94,67% da população analisada. Ademais, como no ano anterior, essa presença aponta para um fluxo migratório crescente em direção ao bairro, das mais variadas regiões do território nacional:

Regionalidade – progenitores (pai e/ou mãe)		
Região	Quantidade	Porcentagem
AL	20	2,56%
BA	18	2,30%

CE	7	0,90%
INTERIOR DE SP	7	0,90%
MG	174	22,25%
PR	6	0,77%
RJ	23	2,94%
SP	496	63,43%
RN	1	0,13%
PE	17	2,17%
SE	9	1,15%
PB	4	0,51%
Total	782	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Assim como nos outros anos, a presença paulista é majoritária, seguida pelos mineiros, que representam cerca de 22,25% dos progenitores.

2.7 1955 – Profissões e migrações

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Branços	451	66,72%
Pardos	168	24,85%
Pretos	57	8,43%
Total	676	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Com um total entre brancos, pardos e pretos de 676 nascimentos registrados, os grupos populacionais negros em 1955 representam 33,28% dos registros realizados, o que demonstra um aumento significativo da procura dessa população em registrar nascidos.

Dando continuidade à invisibilidade do ofício feminino, ancorado na classificação hegemônica “Domésticas – do lar”, todos os assentos expõem tal informação. Diferente do ano anterior, no qual encontramos uma exceção de declaração do ofício de uma única mulher, no ano de 1955 o provável reconhecimento esperado ainda não acontece.

Os registros de mães solteiras com filhos ilegítimos nesse ano apresentam-se com o maior número de todos os anos, 34 casos, perfazendo um percentual de 5,03% dos

nascimentos registrados. Esse ano nos traz um argumento inédito em relação aos outros anos analisados, que é a classificação “Pais solteiros – filho ilegítimo”. Nos outros documentos, a classificação resumia-se em expor a situação da mãe que não contraiu o casamento e que, portanto, assumia o nascimento da criança sozinha. Já neste ano, os assentos nos trazem dados de um grupo de pais e mães que não contraíram o casamento, mas com a figura do pai como aquele que assume a paternidade no documento. Foram registrados, dessa maneira, 87 casos, ou seja, 12,87% dos nascidos naquele ano eram de progenitores solteiros, considerados, portanto, filhos ilegítimos.

Assim como os nascimentos, os casamentos/matrimônios só poderiam ser registrados mediante pagamento, fato que perdura até o tempo presente. Sendo assim, muitos casais passavam a morar juntos, como marido e mulher, sem regularizar judicialmente seu estado civil. E quando geravam filhos, estes eram registrados como ilegítimos, ou seja, frutos de uma união não oficializada.

Entre os homens/pais o índice de analfabetismo cresce, constando 67 casos, ou seja, 9,91%. Com relação às mulheres/mães foram declaradas 9 analfabetas, cerca de 1,33%.

Assim como no ano anterior, os selos de autenticidade continuam sendo colados nas páginas do livro de registros. No entanto, foi possível perceber um aumento no ano de 1950, quando o assento era realizado por Cr\$ 20,00 (cruzeiros), e no ano de 1955, quando passa a custar Cr\$ 21,10 (cruzeiros).

Com relação aos registros de ofícios, assim como os números de nascimento, eles aumentam, e os assentos apresentam uma quantidade e diversidade de ofícios masculinos característica de um território em franco crescimento:

OFÍCIOS – REGISTROS 1955		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Agricultores	1	0,17%
Ajudantes de caminhão	2	0,34%
Ajudantes de motorista	2	0,34%
Ajudantes de vendedor	1	0,17%
Ajustadores	1	0,17%
Alfaiates	1	0,17%
Aposentados	1	0,17%
Armadores	1	0,17%

Auxiliares de escritório	2	0,34%
Auxiliares de maquinista	1	0,17%
Bancários	2	0,34%
Barbeiros	3	0,52%
Cantoneiros	1	0,17%
Carpinteiros	10	1,72%
Carroceiros	1	0,17%
Carteiros	1	0,17%
Cacimbeiros	1	0,17%
Chaveiros	1	0,17%
Cobreadores	1	0,17%
Cobreadores de Ônibus	1	0,17%
Comerciantes	31	5,33%
Comerciários	7	1,20%
Confeiteiros	1	0,17%
Conferentes	1	0,17%
Contadores	1	0,17%
Corretores	1	0,17%
Dentistas	2	0,34%
Eletricistas	6	1,03%
Encanadores	5	0,86%
Ensacadores	1	0,17%
Escriturários	1	0,17%
Estampadores	1	0,17%
Faxineiros	1	0,17%
Ferreiros	4	0,69%
Ferrovários	11	1,89%
Funcionários Públicos	37	6,36%
Fundidores	2	0,34%
Guardas Cíveis	3	0,52%
Empresário	1	0,17%
Industriários	14	2,41%
Jornaleiros	1	0,17%
Lavradores	44	7,56%
Lubrificadores	1	0,17%

Maquinistas	2	0,34%
Marceneiros	1	0,17%
Mecânicos	11	1,89%
Metalúrgicos	1	0,17%
Militares	19	3,26%
Motoristas	22	3,78%
Oleiros	55	9,45%
Operários	144	24,74%
Padeiros	4	0,69%
Pedintes	1	0,17%
Pedreiros	47	8,08%
Pintores	6	1,03%
Planadores	1	0,17%
Policiais	1	0,17%
Polidores	1	0,17%
Pranchadores	1	0,17%
Radiotécnicos	2	0,34%
Raspadores	1	0,17%
Sapateiros	15	2,58%
Securitários	1	0,17%
Serralheiros	3	0,52%
Serventes de Pedreiro	15	2,58%
Soldadores	1	0,17%
Tapeceiros	1	0,17%
Tecelões	4	0,69%
Técnicos de Laboratório	1	0,17%
Tintureiros	4	0,69%
Tipógrafos	1	0,17%
Toldeiros	1	0,17%
Vendedores Ambulante	1	0,17%
Vidreiros	1	0,17%
Zeladores	1	0,17%
Total	582	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Neste ano, os pais de recém-nascidos que compõem os grupos populacionais negros, apresentaram os seguintes ofícios: 1 serralheiro, 3 funcionários públicos, 1 policial, 4 oleiros, 2 comerciantes, 1 ferreiro, 2 eletricitas, 1 cantoneiro, 1 auxiliar de maquinista, 2 carpinteiros, 2 motoristas, 2 mecânicos, 2 militares, 5 lavradores, 1 ferroviário, 1 padeiro, 1 encanador, 1 tintureiro, 2 sapateiros, 1 cobrador de ônibus, 15 pedreiros, 44 não declarados, 1 pedinte, 2 industriários e 127 operários.

Os ofícios que seguem representados nos anos que já foram analisados nos trazem dados extremamente significativos. Mesmo que esses dados sejam insuficientes para qualquer colocação mais definitiva, representam pistas que nos permitem perceber as populações negras em ocupações para além das comumente associadas pela historiografia tradicional, como pedreiros e outras funções de mão de obra autônoma ou trabalho braçal. Apesar dos registros não trazerem declaradamente a raça/cor dos pais/homens é a partir da associação com a declaração de cor dos nascentes que podemos perceber a presença difusa das populações negras entre ferroviários, comerciantes, e, especificamente, a grande incidência na classe operária.

Esses dados nos remetem a pensar uma classe trabalhadora negra que se constitui no pós-escravidão, mas que normalmente é invisibilizada por uma historiografia que naturaliza uma representação branca-europeia/imigrante da classe operária no Brasil. Santos também problematiza essas produções historiográficas que fomentaram um silenciamento da presença dos nacionais despossuídos dentro das classes trabalhadoras ao reafirmar uma ideologia que os associava à inferiorização e desqualificação, isto é, ao despreparo para o trabalho civilizado; em contrapartida, foram responsáveis por representar os brancos e imigrantes como: “[...] supostamente ‘qualificados’ por serem relacionados ao modelo de civilização e desenvolvimento que se desejava seguir” (SANTOS, 2003, p. 41).

O embranquecimento no Brasil não se dá apenas pelas manobras que objetivavam o clareamento epidérmico da população, mas se materializa em diversos segmentos sociais. Há uma dinâmica social, econômica e política, um *modus operandi* que busca definitivamente acabar com a presença negra, legitimando o modelo de trabalhador ideal para o crescimento de uma nação aos moldes europeus. Assim como afirma Mattos (2008) ao analisar os processos de exclusão social no mundo do trabalho urbano, engendrados pelo poder público contra negros africanos no estado da Bahia, onde se notam medidas deliberadamente discriminatórias que enxergavam os grupos negros como elementos impeditivos ao progresso e representantes da deturpação moral, é possível compreendermos uma ideologia elitista nacional que faz a manutenção de sua dominação a partir de estratégias que encerravam os

negros em lugares sociais específicos ou em não-lugares. Segundo o autor, as formas de controle social sobre os negros que se constituíam, inclusive, legalmente, tinham como foco manter essa dominação branca que se sentia ameaçada pelo fim da escravidão.

Moraes (1997) vai problematizar uma São Paulo outrora conhecida como centro da produção cafeeira, que passa a ser compreendida como polo da industrialização e da organização da classe operária, indo ao encontro da imagem hegemônica propalada, numa afirmação da forma desvirtuada e falseada de se construir uma compreensão coletiva de um operariado terminantemente italiano. O que nega qualquer participação de grupos negros em trabalhos ditos civilizados, que compreendia ofícios ligados às indústrias e pequenos comércios.

Numa leitura dos dados elaborada pelo censo acerca da distribuição das atividades por nacionalidade em São Paulo do ano de 1893, que compõe um quadro de ocupações comuns entre os pertencentes à parcela nacional pobre, Santos vai apontar para serviços domésticos e braçais, aqueles desvinculados dos setores vistos como os mais dinâmicos da economia, que acomodavam essas populações. E nisso, a imagem do negro servil e que traz permanências do sistema escravocrata é perpetuada, “[...] pela maneira como eram por vezes denominadas algumas dessas ocupações: os chamados ‘serviços de negro’” (SANTOS, 2003, p. 163).

Aos grupos negros associavam-se os trabalhos mais desvalorizados, aqueles, como afirma Moraes (1997), rejeitados até mesmo pelos imigrantes pobres “[...] por causa do tipo de serviço considerado pesado, grosseiro, sujo e mal remunerado” (SANTOS, 2003, p. 163). E nisso reafirmavam-se os estereótipos sobre esses trabalhadores, pessoas “[...] geralmente apontadas como brutas, feias, perigosas, ignorantes, possuindo uma maneira de viver bárbara, expressa por suas vestimentas e comportamentos, assim como pela desqualificação dessas atividades (*Ibidem*).

Apesar da maciça presença de imigrantes italianos identificada por Moraes (1997) e Santos (2003), e de nos remetermos a uma cidade como São Paulo que, a partir do começo do século XX, assumia diversas formas europeias, inclusive renunciando aos negros e assumindo o posto da cidade que mais recebeu imigrantes no Brasil, torna-se preponderante reconhecer a presença negra nos ofícios associados ao desenvolvimento, progresso e industrialização do país e da cidade paulistana, como a classe operária.

Tal reconhecimento significa não apenas evidenciar a participação desses grupos em funções que desempenharam um papel protagonista no setor econômico da sociedade brasileira, mas também significa ir de encontro a uma historiografia que constituiu uma imagem fossilizada desses grupos e que ainda permeia o imaginário coletivo, na qual os

negros são tidos como despreparados, incapazes e como elementos negadores da modernidade idealizada para a nação brasileira, afinal, um dos elementos que saltam desses documentos são os negros operários. De modo geral, os grupos negros eram demandados pela elite para servir, em sentido lato, mas não para usufruir do que a urbe paulistana oferecia.

Ancorados nos autores há pouco citados, que nos ajudam a referenciar teoricamente tais reflexões, percebemos contradições e tensões dentro de uma historiografia que traz relações e representações sociais por lentes embranquecidas ou que se querem brancas, sendo possível identificar essas memórias negras do trabalho operário que foram ocultadas nos registros de nascimento.

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Alemã	1	0,076%
Brasileira	1.285	97,64%
Espanhola	1	0,076%
Italiana	2	0,15%
Japonesa	11	0,84%
Estadunidense	1	0,076%
Lituana	3	0,23%
Portuguesa	10	0,76%
Romena	1	0,076%
Yugoslávia	1	0,076%
Total	1.316	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

No ano de 1955, os nacionais representam cerca de 97,64% da população analisada, o que significa quase que a totalidade. E como nos últimos anos analisados, os números são constituídos por populações de várias regiões do Brasil.

Regionalidade – progenitores (pai e/ou mãe)		
Região	Quantidade	Porcentagem
AL	30	2,33%
AM	01	0,08%
BA	57	4,44%
CE	11	0,86%

ES	02	0,16%
GO	01	0,08%
MG	309	24,05%
MT	02	0,16%
PA	01	0,08%
PB	15	1,17%
PE	76	5,91%
PI	10	0,78%
PR	05	0,39%
RJ	33	2,57%
RN	02	0,16%
RS	06	0,47%
SC	01	0,08%
SE	28	2,18%
SP	695	54,09%
Total	1285	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Este ano traz um representativo aumento do percentual de migrantes, se comparado ao anterior. Eles representam cerca de 45,91%, dentro da população brasileira habitante no bairro e que registrou nascimentos no ano de 1955. De maneira sintomática os números nos permitem perceber um bairro que vai se urbanizando e se constituindo com a migração regional, na qual a maior representatividade é dada pelos deslocamentos das populações advindas do Brasil nordeste e central, respectivamente 17,75% e 24,05%, num total de 41,80%.

Tais movimentos migratórios, apontados em maior incidência pelos registros, se mostram como elementos determinantes no que entendemos como um processo de re-negrecimento da metrópole paulistana, que foi deliberadamente embranquecida a partir do final do século XIX. São culturas, saberes e práticas, trocas e associações promovidas por “brasileiros negros e mestiços de negros do nordeste e do Brasil central. Com eles, as práticas rítmicas e festivais herdados reanimaram o centro da metrópole” (AZEVEDO, 2014, p. 9). São populações que se reestabelecem, dando forma a novos territórios culturais e sociais e trazendo consigo memórias constituídas a partir de signos civilizatórios da cultura negra, produzindo narrativas deslocadas da história universalista, de acordo com Azevedo.

2.8 1960 – Cor, profissões e as taxas para o registro

Raça/Cor	Quantidade	Porcentagem
Branços	334	48,83%
Pardos	300	43,86%
Pretos	50	7,31%
Total	684	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Com um total de 684 nascimentos registrados, os grupos negros no ano de 1960 representam 51,17% dos registros realizados.

Durante todos os anos analisados, foi possível perceber um número crescente dos registros dos nascimentos dos grupos populacionais negros do bairro, mas é primeira vez em que predominam nos documentos. Autores como Rios (2006) e Costa (2008), ao analisarem alguns registros de nascimento dos primeiros anos subsequentes à abolição, também se depararam com uma grande procura por parte de grupos negros pelo registro de seus filhos. Sobre tal evento, indicam uma busca em massa dos libertos ou de grupos negros pela regularização junto ao Estado brasileiro de suas vidas familiares. Havia, portanto, uma necessidade social que movia a busca pelo registro. Mesmo que esta pesquisa se situe há cerca de 6 décadas depois, os Decretos citados durante este capítulo ratificam essa mesma necessidade da população.

No entanto, foi interessante perceber que é só no ano de 1960 que os registros de nascimento dos grupos negros aumentam significativamente. Sendo assim, o motivo levantado por esses autores, nesse caso, não é o único motivador dessa procura, o que nos leva a questionar sobre quais seriam as motivações para que essas populações passassem a procurar de maneira crescente esse serviço? Quais elementos estariam diretamente ligados aos aumentos, impressionantes, dos índices apresentados no ano de 1960?

Diferente dos outros anos, com exceção do ano de 1955 – quando se identificou uma mulher como operária – encontraram-se três mulheres registrantes de nascidos brancos e uma de nascido pardo, apresentadas como: telefonista, proprietária, secretária e vendedora, respectivamente. Mesmo com a maioria dos registros ainda identificando as mulheres como “Domésticas – do lar”, já é possível perceber uma tímida mudança dentro do padrão paternalista e machista exposto nos anos anteriores.

Nesse ano, os registros não apresentam mulheres com a classificação de mãe solteira, no entanto é possível identificá-las quando o texto oficial traz o pai como ignorado, e nesse caso, foram encontrados 20 documentos, perfazendo um total de 2,92%. Além disso, os filhos ilegítimos também não apareceram nesse ano, bem como desapareceu a classificação de analfabetos.

Outro dado preponderante é o das mães registrantes. Diferente de todos os outros anos analisados, nos quais os responsáveis por registrar eram, em sua maioria, os pais ou outros homens da família, identificamos cerca de 100 registros que trazem a mulher/mãe como registrante. Consequentemente, os ofícios desses pais/homens que eram comuns em outros registros, passam a ser suprimidos nesses documentos.

Os selos de autenticidade continuam sendo colados nas páginas do livro de registros de nascimento, com os valores cobrados pelo ato registrador e o fornecimento do documento, a certidão de nascimento. No entanto, foi possível perceber, mais uma vez, o aumento dos valores. Os assentos realizados em 1950 tinham como cobrança o valor de Cr\$ 20,00 (cruzeiros), no ano de 1955 pagava-se Cr\$ 21,10 (cruzeiros) e no ano de 1960 passou a cobrar da população Cr\$ 50,00 (cruzeiros).

Para verificar qual era a representatividade do pagamento desses valores obrigatórios para a efetivação do registro de nascimento na vida dos cidadãos e/ou trabalhadores brasileiros desse período, tomamos como base os valores dos salários mínimos respectivos:

Salários Mínimos³⁷		
Data	Fundamento Legal	Valor
01/12/1943	Dec.-Lei 5.977/43	Cr\$ 380,00
04/7/1954	Dec. 35.450/54	Cr\$ 2.400,00
01/1/1959	Dec. 45.106-A/58	Cr\$ 6.000,00

A priori, somos levados a acreditar que os valores cobrados representavam percentagens irrisórias. Em 1950, o valor do pagamento pelo registro equivalia a 5,26% do salário mínimo; em 1955, a 0,88% e em 1960, a 0,83%. É importante não perder de vista, entretanto, o contexto econômico e social no qual as populações estavam inseridas nesse período. Cada família ou indivíduo precisava arcar com outras despesas para sobrevivência,

³⁷ Dados compilados a partir de: PAIM, Paulo. *Salário Mínimo: uma história de luta*. Brasília: Secretaria Especial de Editoração e Publicações – SEEP, 2005. Disponível em: <http://www.senadorpaim.com.br/uploads/downloads/arquivos/7b710bd59ea9d6a926eafe7a9f2b1634.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2015.

como: moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte, entre outros e, tendo estipulado o valor mínimo pelo qual os cidadãos brasileiros deveriam se basear para vender sua força de trabalho, constituindo uma relação de troca, autores como Telles (2013) e Santos (2003) nos apontam para a massa populacional negra que era excluída do trabalho formal, então agraciado por esse marco regulatório. O que significa afirmar que essas populações não tinham seu poder de compra ou aquisitivo regulados pelo salário mínimo, que deveria ser um determinante da boa condição de vida familiar, no que se refere às necessidades arroladas anteriormente.

Sendo assim, pensando nas condições de acesso ao registro, entendemos que a obrigatoriedade de pagamento dos valores estipulados representava a exclusão daqueles que se valiam de relações informais de trabalho. Estes, em sua maioria eram negros, como reafirmado pelos dados apresentados em resposta ao Decreto de nº 19.710 de 18 de fevereiro de 1931, que ratificavam a obrigatoriedade do registro de nascimento, mas retiravam a multa, que era cobrada por registros realizados em atraso, por um período específico, neste caso até 31 de dezembro de 1932.

Todos os nascimentos ocorridos no território nacional desde 2 de janeiro de 1889 até a data estipulada pelo Decreto poderiam ser feitos nos cartórios gratuitamente. A exemplo do livro de registros do ano de 1930, que apresentou uma nulidade de pretos e a mínima representação de pardos, o ano de 1932, abrangido pelo Decreto que regulava a gratuidade, nos traz uma dimensão que contrasta com os números apresentados pelos registros comuns dos outros anos:

Nome	Raça/Cor	Nascimento	Cidade de Nascimento
Maria Aparecida	Preta	31/05/1926	São Paulo
Sem nome	Preta	25/05/1902	Lima Duarte – MG
Nazira	Branca	XX/XX/1899	São Paulo
Cecília Vieira	Preta	25/12/1926	São Paulo
José Henrique	Preta	02/08/1902	Formoso – SP

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Portanto, em resposta ao Decreto n.19.710/31, registrou-se no ano de 1932:

Registros		
Branços	01	20%
Pardos	00	00
Pretos	04	80%
S/Cor	00	00
Total	05	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Essa tabela permite perceber que de 5 registros, em resposta ao Decreto que instituiu a gratuidade para registros de nascimentos acontecidos em anos anteriores, 80% são de pessoas “pretas” e apenas 20% são de pessoas declaradas “brancas”. Ou seja, quando se tem a gratuidade ou a exclusão da multa, os grupos negros de Guaianases se fazem mais presentes. Por conseguinte, há uma presença omitida e os registros de nascimento se constituem como elementos desses grupos populacionais nesse período.

Os ofícios trazidos nos documentos desse ano reafirmam o desenvolvimento urbanístico que reverbera pelo bairro:

OFÍCIOS – REGISTROS 1960		
Ofícios	Quantidade	Porcentagem
Aeroviário	1	0,18%
Agricultor	3	0,54%
Ajudante de caminhão	3	0,54%
Ajustador	1	0,18%
Alfaiate	2	0,36%
Ambulantes	2	0,36%
Armador	1	0,18%
Carpinteiro	4	0,72%
Carregador	1	0,18%
Comerciário	23	4,14%
Confeiteiro	1	0,18%
Cozinheiro	1	0,18%
Eletricista	10	1,80%
Encanador	2	0,36%

Estampador	1	0,18%
Estivador	1	0,18%
Ferramenteiro	1	0,18%
Ferreiro	1	0,18%
Ferroviário	3	0,54%
Forneiro	1	0,18%
Funcionário da CMTC	2	0,36%
Funcionário Público	17	3,06%
Fundidor	1	0,18%
Funileiro	1	0,18%
Galvanizador	1	0,18%
Garçom	1	0,18%
Guarda Civil	5	0,90%
Impressor	1	0,18%
Industriário	1	0,18%
Lavrador	20	3,60%
Lenhador	1	0,18%
Limpador	1	0,18%
Maquinista	1	0,18%
Marceneiro	11	1,98%
Mecânico	10	1,80%
Metalúrgico	15	2,70%
Militar	10	1,80%
Motorista	8	1,44%
Oficial de farmácia	1	0,18%
Oleiro	34	6,11%
Operário	292	52,52%
Padeiro	1	0,18%
Pedreiro	28	5,03%
Pintor	5	0,90%
Proprietário	1	0,18%
Sapateiro	3	0,54%
Secretaria	1	0,18%
Serralheiro	9	1,62%
Soldador	1	0,18%

Tapeceiro	1	0,18%
Tecelão	2	0,36%
Telefonista	1	0,18%
Testador	1	0,18%
Tipografo	1	0,18%
Tratorista	1	0,18%
Vendedor	1	0,18%
Vendedora	1	0,18%
Vidreiro	1	0,18%
Total	556	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Os progenitores de recém-nascidos que compõem os grupos populacionais negros foram identificados com os seguintes ofícios: 2 comerciários, 1 pintor, 1 construtor, 1 padeiro, 2 carpinteiros, 1 galvanizador, 1 militar, 1 motorista, 3 mecânicos, 4 oleiros, 1 soldador, 20 pedreiros, 1 funcionário da CMTC, 6 funcionários públicos, 1 carregador, 5 lavradores, 1 agricultor, 1 industriário, 1 balconista, 2 eletricitas e 192 operários do total de registros desse ano.

Os ofícios identificados nesse ano reafirmam essa classe trabalhadora, em especial, os negros operários que durante todos os anos analisados apresentaram-se numericamente em crescimento.

Nacionalidades – progenitores (pai e/ou mãe)		
Nacionalidade	Quantidade	Porcentagem
Brasileira	906	96,38%
Espanhola	6	0,64%
Italiana	4	0,42%
Japonesa	12	1,28%
Portuguesa	10	1,06%
Polonesa	2	0,21%
Total	940	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Assim como nos outros anos analisados, a população nacional se apresenta percentualmente maior que a de imigrantes. Nesse ano, especificamente, representam cerca de 96,38% do total da população analisada. Essa super-representação é dividida nas seguintes regionalidades:

Regionalidade – progenitores (pai e/ou mãe)		
Região	Quantidade	%
AL	50	5,52%
AM	01	0,11%
BA	90	9,93%
CE	25	2,76%
ES	02	0,22%
MG	212	23,40%
MT	01	0,11%
PA	04	0,44%
PB	30	3,31%
PE	95	10,48%
PI	05	0,55%
PR	10	1,10%
RJ	25	2,76%
RN	07	0,77%
RS	02	0,22%
RE	02	0,22%
SE	25	2,76%
SP	320	35,32%
Total	906	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Os movimentos migratórios se apresentam em franco crescimento, se comparados aos outros anos analisados, nos quais a região central é representada por MG, com 23,40% e pelo nordeste – Pernambuco com 10,48% e Bahia com 9,93%. Além dos paulistas representando cerca de 35,32% da população analisada. Percentuais expressivos que provam como o bairro vai se constituindo demograficamente diante de uma realidade de intensa urbanização. Em 1960, o número de imigrantes é o menor de todos os anos, o que nos faz reafirmar que nem

tudo era italiano³⁸ em São Paulo e, nesse caso, especialmente no bairro paulistano de Guaianases.

2.9 Compilação de dados

A partir da análise dos livros de registros de nascimento do Cartório do bairro de Guaianases datados de 1930 a 1960, observamos 2.179 nascimentos, dos quais 65,72% do total foram declarados brancos, 0,09% amarelos, 0,14% raça/cor não declarada e 34,05% proveniente dos grupos negros, ou seja, 26,57% pardos, 0,23% morenos, 7,25% pretos.

A leitura dessa documentação não teve o objetivo de levantamento censitário ou de compor uma amostra estatística, mas antes nos possibilitou traçar uma perspectiva da presença dos grupos populacionais negros no bairro, durante o recorte temporal. Os registros de nascimento enunciam características sociais, e alguns elementos que saltam dos documentos nos permitiram reconhecer algumas experiências do cotidiano, modos de sobrevivência, tensões sociais, constituição familiar, correntes migratórias, personagens invisíveis nas representações da história do bairro, como os imigrantes de nacionalidades pouco representativas na história da cidade de São Paulo, entre outros, percebendo assim um processo lato de apropriação e constituição do território. Os registros foram analisados por amostragem, de 5 em 5 anos como segue:

	1930		1935		1940		1945		1950		1955		1960	
Branços	53	85,48%	63	82,89%	71	78,03%	140	82,35%	320	76,19%	451	66,72%	334	48,83%
Pardos	07	11,29%	07	9,21%	08	8,79%	18	10,59%	71	16,91%	168	24,85%	300	43,86%
Pretos			05	6,58%	07	7,69%	10	5,88%	29	6,90%	57	8,43%	50	7,31%
Morenos					05	5,49%								
Amarelos							02	1,18%						
S/Cor	02	3,23%	01	1,32%										
Total	62	100%	76	100%	91	100%	170	100%	420	100%	676	100%	684	100%

(Os números, os percentuais e os totais apresentados foram calculados por mim a partir dos dados contidos nos livros de registros de nascimento do cartório do bairro de Guaianases)

Buscando traçar uma relação reflexiva, e não reprodutiva, com os documentos analisados, percebemos os grupos negros representados de maneira crescente. Mesmo assim, numa perspectiva mais detalhada, ano a ano, constatou-se que no ano de 1930 o número de

³⁸ Expressão usada pelo autor Carlos José em seu livro *Nem tudo era italiano*.

registros de pardos é ínfimo e o de pretos é nulo. No ano seguinte (1935), os pardos diminuem e os pretos passam a aparecer mesmo que de maneira reduzida, uma lógica que vai seguir de forma explícita até 1950.

O fator que nos chamou a atenção é a presença escassa dos pretos nos documentos, se comparada a dos pardos, por exemplo. Especificamente no último ano analisado, 1960, os pretos representam 7,31% da população estudada, enquanto os pardos representam 43,86%, o que se dá, significativamente, em menor proporção nos outros anos. Uma das leituras possíveis desses índices, tão carregados de sentidos e significados, nos remete às conotações de que a ação de declarar-se a outrem como preto era também associar-se ao período escravocrata, quando entendemos que as elites dominantes constituíram ideologicamente e propalaram a imagem do preto numa condição naturalizada de escravo, objeto de uso para o trabalho, dentro de um ciclo histórico de exploração extrema e de exclusão dessas populações.

Segundo Mattos (2004), no pós-emancipação, as definições da raça/cor constituem-se como vias de acesso, ou seja, estão ligadas à qualidade e ao lugar social que o indivíduo pode ocupar na sociedade. Além disso, a cor era uma marca que causava suspeição. Portanto, reconhecer a negritude do cidadão era também encerrá-lo numa condição inescapável aos olhos da sociedade. Dentro dessa realidade, é possível perceber o grande número de nascentes declarados como pardos, se comparado aos pretos, ou seja, a condição racial que se entendia aproximar o indivíduo da população dominante, o branco.

Sobre essa questão, Munanga (2008) descortina em suas reflexões o processo de formação da identidade brasileira que se pautou necessariamente em estratégias eugenistas, para promover uma imagem idealizada de nação, e essa imagem era branca. Nisso, o preto é o elemento mais distante do ideal, mas o pardo ou mestiço é tido como a raça transitória, aquele que mais se aproxima do branco ou “que está quase lá”. Num biologismo extremo, o pardo é a raça transitória, rumo à redenção – limpeza étnico-cultural na cadeia evolutiva humana. Nas primeiras décadas do século XX, o Brasil passa e se reafirmar como um país de identidade mestiça, o que era uma tentativa de desassociar a progressiva república de seu tórrido passado escravagista. Dentro dessa perspectiva que toma força na República, política e intelectualmente, torna-se comum não se reconhecer como preto. Mesmo diante de uma pigmentação – traços fenotípicos – e cultura que não querem calar, assumir-se pardo significava embranquecer-se, ou seja, institucionalizar o desejo de adentrar numa outra condição. Ser pardo não era uma opção, mas uma forma de continuar, resistir e sobreviver.

A ocupação populacional do bairro e sua intensa urbanização estiveram relacionadas com a crescente expansão demográfica da cidade de São Paulo, seus fluxos imigratórios e

migratórios demarcados na identificação dos progenitores nos documentos, assim como as ações higienizadoras em prol dos projetos urbanizadores da cidade que procuravam assegurar a posição hierárquica das elites paulistanas. São os migrantes e paulistanos a maior representação de registrantes. Informação que vai de encontro às histórias propagadas como formadoras do bairro, privilegiadoras de uma onda desenvolvimentista imigrante-europeia-branca. Ainda assim, é importante salientar que de maneira nevrálgica a composição de migrantes é marcada por nordestinos e mineiros, o que também evidencia grande presença de grupos negros.

Percebendo as populações que habitavam o bairro nesse período, conseguimos captar a composição do cenário social, o que torna mais visível a difusa presença do sujeito negro em Guaianases. Evidenciar a presença negra no bairro significa propor a partilha dos espaços e territórios hegemônicos, e, ainda, reconhecer múltiplas histórias em detrimento de uma postura universalista /colonialista, que se propunha a cancelar todas as outras.

Dentro do universo das populações negras tornou-se preponderante assumir outros recortes, especificamente o de gênero. Os registros reafirmam a negação da mulher como sujeito social ou mulher trabalhadora, sendo a ela associados papéis de submissão e servidão, ainda mais no que se refere à mulher negra, acumuladora de dupla carga de preconceitos e exclusão.

A cobrança para o registro de nascimento configurou-se, durante a análise, como um dos elementos que nos ajudou a refletir sobre os índices diminutos dos primeiros anos analisados. Quando os valores eram anulados por Decretos em prol da regularização de todos os nascimentos ocorridos em território nacional, percebeu-se uma crescente adesão das populações negras. Uma das leituras possíveis sobre os resultados da análise desses documentos, tendo como foco esse grupo, é a de que os registros de nascimento podem ser compreendidos como uma peça reveladora dos processos de exclusão.

Sobretudo, compreendeu-se que as memórias e a presença negra no bairro de Guaianases são difíceis de serem capturadas na sua totalidade em função das problemáticas levantadas durante a pesquisa, como os valores cobrados para o registro de nascimento, entre outras, por exemplo. Isso significa que pensar esses registros de nascimento demonstrou-se uma maneira de conseguir adentrar nas narrativas dos grupos negros habitantes do bairro de Guaianases.

CAPÍTULO 3

RASTROS, MEMÓRIAS E HISTÓRIAS: UM GUAIANASES NEGRO

Com um projeto de modernidade que se lançava sobre o território urbano da cidade, São Paulo, segundo Lapa (2008), exigia submissão, controle social, político e cultural dos espaços. Devido a isso, a cada grupo populacional era conferido um lugar, ou não-lugar específico. Expulsos das regiões centrais, grupos negros foram distanciados e confinados às margens da cidade. Compondo uma dessas regiões, como ponto de chegada e fixação estava Guaianases, bairro que testemunhou, entre as décadas de 1930 e 1960, um grande crescimento demográfico negro, como se concluiu a partir da análise dos registros de nascimento desse período, empreendida no capítulo 2 deste trabalho de investigação. Além disso, mesmo com nítidas manifestações culturais negras que permaneceram e ainda perpassam o dia a dia dos guaianenses, o sujeito negro não ocupa nenhum papel nas representações popularizadas do bairro.

Uma história que se sobrepõe de maneira hegemônica e que se perde em lacunas, vazios e deixa de auscultar, quando se fortifica em terrenos movediços e frágeis, a constituição de lugares de memória e representações como marcos oficiais que não permitem perceber movimentos humanos que os antecedem, cristalizando-se no temor de serem questionados, desacreditados, ou títulos e nomes derivados de uma mentalidade enraizada numa suposta supremacia que estrangula, ignora e se sobrepõe a outras culturas. Tomamos como referência Benjamin (1989) e Chartier (1990) a fim de compreender a construção do universo de significados contidos em representações objetivando compor um olhar investigador na busca pelo que escapa ou pelo indesejável; e ainda Certeau (1982), quando procuramos entender o processo de constituição da história como produtora de um discurso sobre o real. Fazendo-se necessário, portanto, perceber o lugar da fala, os limites do discurso sobre o que é dizível e o que está interdito, a partir de uma prática interrogatória das fontes e documentos. Para isso, selecionamos um material escrito – *folder* – produzido por alguns moradores e a partir de questionamentos, como: Qual era a linguagem utilizada? Sobre quais argumentos ponderavam? Quais eram os elementos trazidos à narrativa? Quem era o idealizador ou escritor?, notou-se indicativos de como se foi entronando uma perspectiva parcial, lacunar e ideológica sobre a história do bairro.

Observando passos cotidianos de andarilhos da cidade Certeau (1998) percebe a criação de significados que transbordam e conformam as relações com os caminhos do

urbano. Toda espacialização é palco das interações entre sujeito e lugar, e nos permite diversas interpretações. O que nos leva a pensar as ruas como um lugar de discursos, e questionar quais discursos bradam pelas ruas de Guaianases. Para tanto, delimitou-se o olhar nas ruas centrais da região, procurando apreender o que ficou impresso em suas denominações, os personagens louvados e as reminiscências. Ademais, nos permitimos também andar por espaços como a Igreja matriz e o cemitério central, a fim de perceber quais são as memórias que ficaram cristalizadas, apagadas ou esquecidas nesse constructo.

Empreendendo um movimento que busca pensar o bairro a partir dos sujeitos racializados nele, e que tem o intuito de contribuir para o reconhecimento de uma memória negra na história de Guaianases, já que a presença e cultura desses grupos não ocupa qualquer espaço de tempo em suas histórias, escolheu-se seguir pistas deixadas por Antonacci (2009) quando ele entende a história oral como uma ferramenta que faz possível ouvir e sentir latências alocadas nas dobras de uma mentalidade forjada em permanências coloniais. Tal pensamento procura colocar em xeque o oficialismo da história tradicional, os grupos detentores do poder da escrita e decidir o que é considerado histórico ou não. Em um contato fomentado por uma oralidade que não só transmite conhecimento e significações, mas cria significados reverberando experiências cheias de sentidos para a forte presença negra no bairro, reafirmou-se a necessidade de produzir, no suporte material, um trabalho que vá na contramão do que está posto. Para tanto, foram utilizadas entrevistas pautadas na história oral de vida a fim de rastrear e apreender (re)significações, incorporações, resistências e permanências das culturas negras nos modos de pensar, ser, cultivar, saber, trabalhar, construir, se relacionar, e viver desses grupos no bairro de Guaianases. Como constituíam relações sociais e culturais? Como organizavam seus espaços e territórios? Como sobreviviam, se divertiam? Como propagavam suas culturas, deixavam suas marcas? Como sentiam e expressavam suas negritudes? Estes foram alguns dos questionamentos norteadores do processo de articulação dessas memórias que reconhecemos e reivindicamos insurgentes, resistentes, são outras histórias, o lado negro da história de Guaianases.

3.1. Rastros negros no bairro

No final do século XIX, especificamente no ano de 1875, a instituição da igreja católica reafirma sua posição no bairro com a fundação de mais uma paróquia, a igreja de

Santa Quitéria³⁹, que acompanhou um paulatino aumento populacional impulsionado pela chegada de um dos grandes ícones do progresso: as estradas de ferro. Em 6 de novembro do mesmo ano, os trilhos chegam ao bairro, instalados pela linha de Estradas de Ferro do Norte, fundando a estação Lajeado.

Procurando compreender a influência dos trilhos na estruturação territorial da cidade de São Paulo entre os anos de 1867 e 1930, Kako (2013) evidencia o movimento de expansão ferroviária a partir da representação direta do progresso material, da reestruturação da ocupação do espaço urbano, da maior eficiência nas comunicações terrestres e nos deslocamentos de cargas ou passageiros que passam a contar com um maior dinamismo, o que, segundo Lapa, fez com que a chegada das estradas de ferro às cidades afetasse de maneira visceral a vida urbana. Desde as necessidades que demandavam para sua instalação, como o amplo espaço físico, força de trabalho qualificada, funcionários para manutenção e funcionamento, além de trazer maior mobilidade, visibilidade e valorização para suas áreas mais próximas,

até o trânsito não lhe ficou indiferente, pois já a 19 de maio de 1873 a Câmara propunha artigos de posturas que disciplinavam o trânsito em larga área a partir da Estação, agora ponto de referência, dinamizando a experiência que já se acumulava, para indicar as direções e as ruas que desde as diferentes entradas da cidade, passando pelo seu centro, levavam ou traziam o fluxo de passageiros e cargas para e da estação. (2008, p. 25)

E para o Lajeado não foi diferente, os trilhos exerceram uma inquestionável influência urbana, geográfica e econômica, além de orientar a divisão e hierarquização do território. A estrada de ferro chega e desconecta a vida social, cria dois espaços distintos. O conjunto de terrenos mais próximos da estação de trem passa a ser chamado de Lajeado Novo, e o entorno da Igreja Santa Quitéria, o Lajeado Velho, (cf. Castilho, 2007).

³⁹ Azevedo (1958) ao traçar estudos geográficos sobre bairros da cidade de São Paulo, inclusive Guaianases, cita de maneira folclórica o que ele vai chamar de lenda constituída em torno do nome da Paróquia de Santa Quitéria. Quitéria teria sido o nome de uma escravizada negra que, fugida de uma das fazendas da região administrada pela instituição religiosa dos padres Carmelitas, foi duramente sacrificada ao ser recapturada por seus senhores. Mesmo sendo uma história sem comprovações documentais, a lenda nos traz uma construção do imaginário popular da região, que, nesse caso, coloca em relevo uma memória da presença negra no período escravocrata.

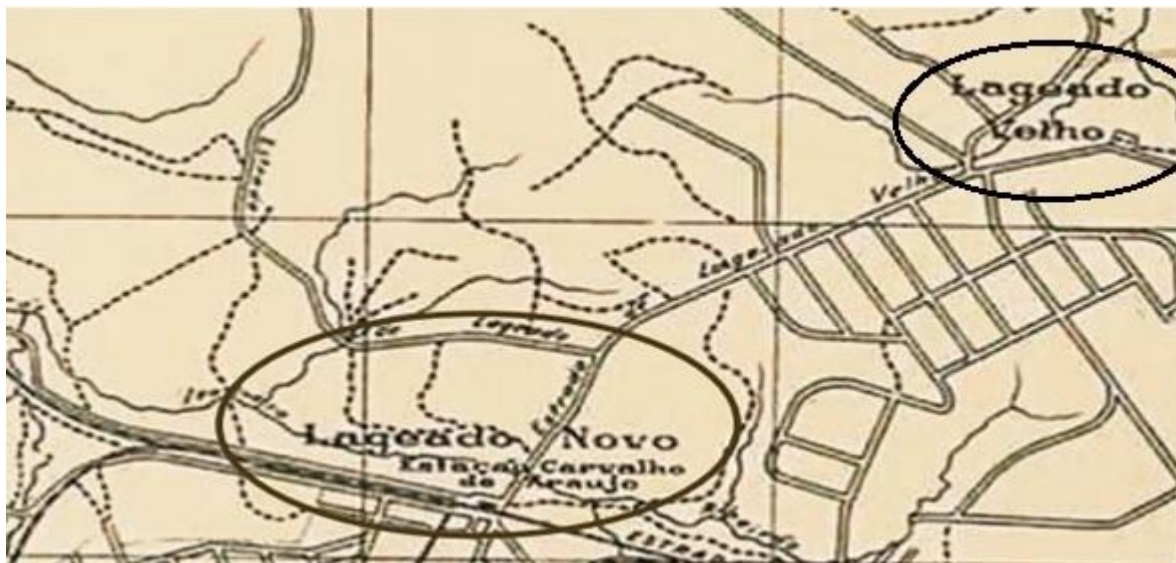


Figura 3 – Mapa que demonstra como Lajeado ficou dividido após a chegada da estrada de ferro⁴⁰

A classificação de um único lajeado em velho e novo proporcionou uma dicotomização do território: o espaço ultrapassado – esquecido e aquele que representava o futuro – o progresso. Os trilhos chegaram carregados da carga simbólica do moderno, que influenciou e proporcionou rearranjos espaciais, e uma consequente mudança da relação dos indivíduos com o bairro. Lajeado novo passou a contar com ruas e comércios mais organizados, fácil acesso à estação de trem e, consequentemente, às regiões centrais da cidade de São Paulo. Lajeado velho era composto por ruas de terra batida e charretes puxadas por animais, e situava-se na área mais afastada do trem, de acordo com dados de Castilho (2007) e Azevedo (1958). Compunha-se a experiência da desigualdade, evidenciada numa subjetividade produzida pela proximidade com o trem ou o distanciamento dele. Havia um contraste que se fazia elementar na construção daquela sociabilidade, no tecer das relações entre os habitantes das duas microrregiões. As distâncias vão se constituindo de maneira crescente, mais do que ideológica, e mostravam-se aparentes na estrutura territorial e urbana entre os dois territórios.

Os trilhos também proporcionaram um aumento dos limites, até então fixados numa ruralidade de subsistência e microcomércios. Conforme Castilho (2007), as ferrovias representavam o principal eixo da expansão urbana das cidades e das regiões nas quais se instalasse, além de desempenhar um papel fundamental para a formação das regiões periféricas. Assim sendo, o esperado isolamento das periferias foi desafiado quando seus

⁴⁰ Na figura, percebe-se o nome da estação de trem como Carvalho de Araújo e isso acontece porque o mapa foi composto na década de 30, quando a estação do Lajeado é renomeada em homenagem ao diretor da Central do Brasil. Ademais, no ano de 1948, a estação foi renomeada, mais uma vez, passando a chamar-se Guaianases.

habitantes passam a transitar com mais facilidade pelos diversos lugares, e os habitantes de outras regiões têm maior acesso às periferias. Entre os períodos de 1919 e 1945 surgiram três ramais de bondes que saíam da estação de trem com destino a regiões mais distantes, no entanto pertencentes ao bairro como: Fazenda Santa Etelvina – decorado com flores pelos imigrantes alemães que seguiam para esse núcleo teutônico; o chamado Passagem Funda, onde, segundo Castilho (2007), corria um bonde de passageiros com pequenos vagões de cargas como lenha, tijolos, pedras, carvão, entre outros materiais; e o da Pedreira – usado para o transporte de pedra britada.

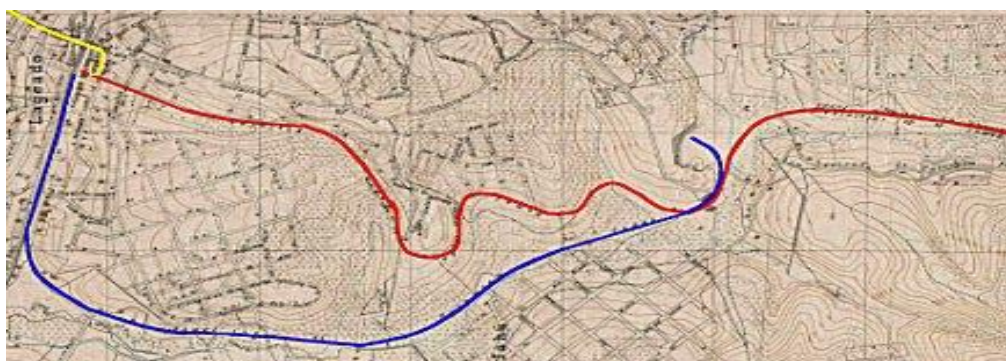


Figura 4 – Mapa feito a partir do sistema Sara-Brasil⁴¹ (1930), no qual a linha azul evidencia o percurso do ramal da Pedreira; em vermelho, a linha do bonde da Fazenda Santa Etelvina e, em amarelo, a da Passagem Funda

Acompanhando a onda de progresso facilitada pelas ferrovias, no dia 30 de dezembro de 1929, Lajeado Velho e Lajeado Novo passam, oficialmente, à condição de distritos e é a partir da década de 1930, recorte temporal desta pesquisa, que o bairro sofre um adensamento urbano populacional, conforme observa Reis (2012).

⁴¹ Sara-Brasil foi um trabalho pioneiro desenvolvido durante as décadas de 1930 pela sociedade anônima homônima – sediada em Roma na Itália –, que iniciou um levantamento cadastral da cidade de São Paulo por meio de aerofotogrametria gerando mapas, fotocartas e estereogramas. Para aprofundar-se nesta questão consultar: EMÍDIO, Teresa; PASSOS, Maria Lúcia Perrone. *Desenhando São Paulo: mapas e literatura (1877-1954)*. São Paulo: Senac, 2009.

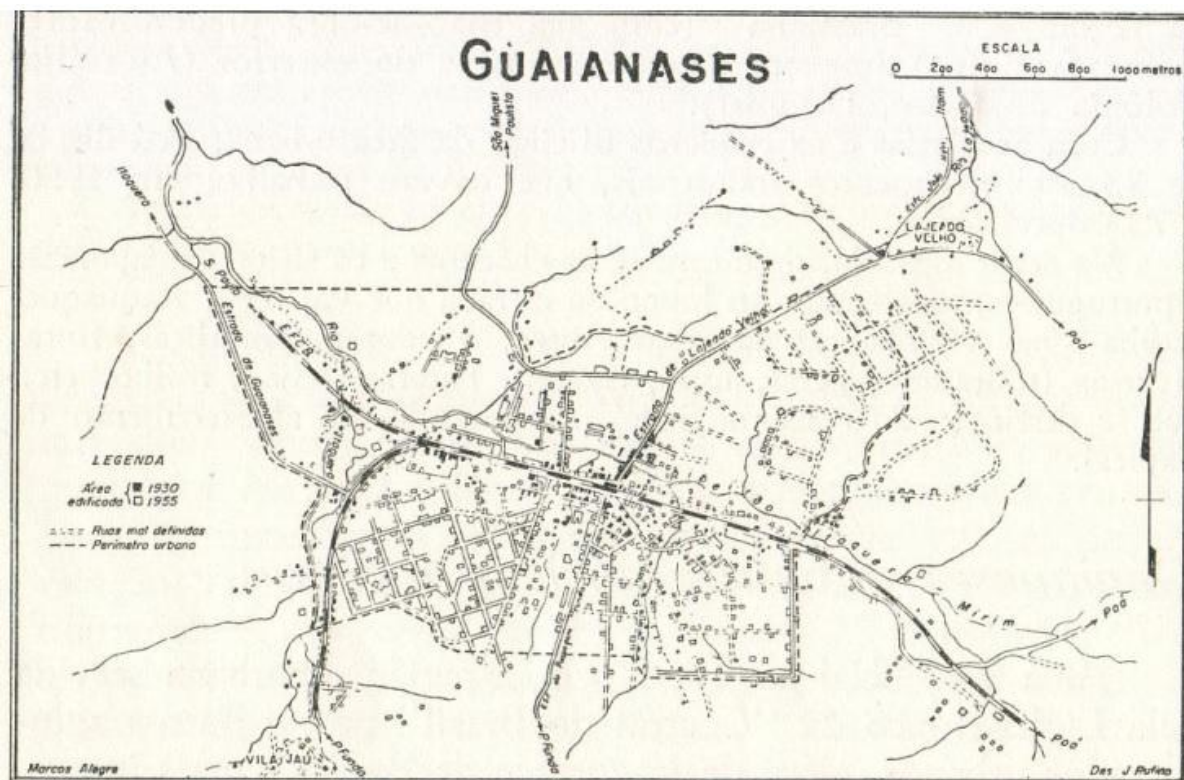


Figura 5 – Mapa que expressa o crescimento da área urbana do bairro de Guaianases entre o período de 1930 e 1955, evidenciando a divisão provocada pela ferrovia

Os territórios periféricos como Lajeado, que passara a ser chamado de Guaianases a partir do ano de 1948, cresciam, tendo as linhas ferroviárias como veias transportadoras de uma diversidade populacional para a região, que se organizava numa nítida relação com as realidades que se sobrepunham à cidade de São Paulo, como observa Azevedo (1958). Nisso, o crescimento demográfico era impulsionado pelo fluxo crescente da chegada de imigrantes que, advindos das zonas rurais para a capital paulista em busca de novos postos de trabalho, procuravam as regiões periféricas para a fixação de moradias, o que se dava, consoante Castilho (2007), pela disponibilidade de terrenos menos valorizados se comparados às regiões centrais. Além disso, o levantamento e análise dos registros de nascimento ocorridos no bairro, empreendido no 2º capítulo desta dissertação, também traz um dado bastante significativo: a presença crescente de grupos negros a partir do ano de 1930, conformada por movimentos migratórios das regiões centrais da cidade, como se concluiu pelas reflexões propostas no 1º capítulo e que colaboraram para o referido adensamento, como também de outros estados como Minas Gerais, Rio de Janeiro e da região nordeste do país.

Mesmo com os registros de nascimento expondo um bairro compartilhado demograficamente, a história popularizada entre os habitantes ainda é a que se encontra representada em fontes produzidas por personalidades regionais, compostas por imagens que

alocam os imigrantes na posição de protagonistas de um processo de desbravamento num território inóspito, marcado por matagais e morros, sem infraestrutura ou qualquer benefício governamental, como salienta Castilho (2007). Uma dessas fontes é um *folder* de 3 folhas – frente e verso – colorido, e que foi distribuído para a comunidade em geral no dia 03 de maio de 2007, na ocasião da comemoração do aniversário de 146 anos do bairro, idealizado pela dirigente regional de educação daquele período, a senhora Mara Gianetti⁴², atual subprefeita de Guaianases (2015).

No *folder*⁴³ composto pelo poema que também o nomeia, intitulado: “Guaianases Nossa Terra”, as antigas famílias imigrantes do bairro são representadas como motivadoras do seu desenvolvimento:

Da Adega do Teixeira.
 [...] Da Chácara dos Radianes e seus vinhos.
 Dos Depósitos 22, São João, Vargas, Diório e Garotão.
 [...] Do Zé Turco e Carlito, pioneiros mascates.
 Do Correio, do seu João e Dona Didita,
 Das vendas do Lulu, do Nucho e do Jacó.
 Das Lojas do Nicola, Toninho e Nelson Diório.
 Do Jamil, do Valdir, do Renato, do Joaquim e do Edgar.
 Da Buggy Calçados, dos Postos Marak, Esso e Jóia.
 Das farmácias do Bim, do Paulo e do Seu João,
 Das Drogarias Salvador e Drogalis.
 [...] Dos Armazéns do Seu Ditinho, [...] Bozo, Antônio Camargo e Milton Sinnes.
 Das tinturarias do seu Antônio, do Marcos e do Chindi.
 [...] e Casa de móveis São João,
 [...] Do Padre José Maria. [...] Das pedreiras e das olarias.

No trecho transcrito, é possível verificar a exaltação da imagem de um imigrante provedor, dono dos meios de produção, de comércios e serviços, uma vez que todos os

⁴² A família Gianetti é oriunda da Itália e está presente no bairro desde o início do século XX, dedicando-se às olarias, conforme declara Maria Ângela “Mara” Gianetti, em depoimento cedido ao documentário sobre o bairro de Guaianases, parte integrante da série de documentários intitulada: *História dos Bairros de São Paulo*, copatrocinado pela prefeitura de São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura, nos anos de 2007/2008. Além disso, essa presença é corroborada em documentos cartorários, como os registros de nascimento, onde se encontrou alguns nascimentos datados a partir do ano de 1930 com esse sobrenome nos progenitores, declarantes e nos nascentes, como também nos autos de um Orçamento de Partilha (documento que observa as regularidades dos bens de pessoa falecida e declara seus valores para os herdeiros ou sócios, e faz parte das fases procedimentais de um Inventário), datado do início do século XX, localizado nas pastas de processos disponíveis no Cartório de Guaianases junto aos registros de nascimento. Trata-se de um arquivo vivo, no qual Miguel Gianetti era citado como sócio nas terras denominadas Sítios dos Ávilas, situadas em Lajeado e pertencentes à Família D’Ávila.

⁴³ Para ter um contato com a análise pormenorizada deste, consultar: AZEVEDO, Amailton Magno; SILVA, Sheila Alice Gomes da. Discursos e Narrativas sobre o passado: O bairro paulistano de Guaianases em representações no tempo presente. *Cadernos do Tempo Presente*, Universidade Federal de Sergipe, v. 1, 2015, p. 85-97.

sobrenomes elencados são de famílias europeias habitantes do bairro, o que colabora para a composição de um lugar enunciator de privilégio, numa cena que direciona o olhar às experiências sociais desses sujeitos. Há, portanto, um reconhecimento hegemônico na história do bairro, perpassado por ideais nacionalistas propositores de uma identidade embranquecida que de modo violento ignorava, desconhecia e segregava grupos não caucasianos, sobretudo, os negros. O que corrobora com o apontamento de Munanga (2008) em relação ao processo de concepção da identidade brasileira sobre pilares eugenistas, na aspiração de uma nação limpa, civilizada e branca. Ademais, o *folder* acaba propondo uma conexão com o colonizador através dessas nações que ali estavam e celebra isso a partir das representações popularizadas. Há uma propagação da memória universalista produtora da invisibilização da presença e da cultura negra, que de certa maneira ameaçava aquela representação de civilização e sustentava um embranquecimento da história e da cultura de um Guaianases que se quer branco, um Guaianases europeu.

Debruçada sobre as representações simbólicas presentes nas ruas de São Paulo a partir do século XIX, Frehse (2005) as apreende como espaços envoltos de significados. Para além da posição que vai sendo ocupada por estas na virada deste século, de um espaço essencialmente de circulação, ela vai revelar ritmos, sociabilidades, personagens e memórias. Dentro dessa perspectiva, Dias aponta para a nomenclatura das ruas como um dos elementos reveladores da mentalidade local e de quais memórias desejou-se perenizar no respectivo território. Centrado nas ruas do município de Maringá, no estado do Paraná, o autor percebe nomenclaturas que seguem uma “recorrente forma de reprodução e perpetuação da chamada história oficial, baseada no culto à genealogia da nação e edificação do Estado nacional, assim como aos fatos e personagens correspondentes” (DIAS, 2000, p. 103) e outras que nessa linha ainda buscam um entrelaçamento de suas experiências locais, suas histórias e personagens, constituindo uma relação da história local com a história oficial.

Olhando para a experiência viária de Guaianases, foram encontradas ruas como a Capitão Pucci (grifo nosso) e a Prof. Cosme Deodato Thadeo, vias de ligação com outros bairros, que evidenciam duas famílias italianas comprometidas com o ramo industrial oleiro, sendo que o autor do poema “Guaianases Nossa Terra” pertence à última família citada. A rua Luiz Mateus⁴⁴, que coloca em relevo a memória de uma família formada por uma espanhola e

⁴⁴ Esposo da espanhola Manglória Matheus, o português Luiz Matheus embarca em Buenos Aires em direção ao Brasil no ano de 1912. Adentrando à cidade de São Paulo, ele fixa moradia no bairro de Guaianases, onde arrenda a Pedreira Vicente Matheus e se lança no processo de produção de guias e paralelepípedos. Além da pedreira, a família Matheus também se envolveu com o ramo de armazéns de secos e molhados. Para mais detalhes, consultar Spaggiari (2015).

um português, que se ocupou da instalação e desenvolvimento da pedreira Vicente Mateus, nomenclatura, também, de um dos ramais de bondes que saíam da estação de trem do bairro, entre os anos de 1919 e 1945; a rua Evaldo Calabrez (grifo nosso), local em que se encontra o Cartório de registro civil do bairro, de família italiana dedicada ao ramo comercial de secos e molhados, e via que é a porta de entrada para o bairro dos municípios vizinhos; a rua Salvador Gianetti⁴⁵, que circunda a estação de trem, as quais comprovam a edificação de uma memória italiana/europeia pungente que reverbera nos caminhos de Guaianases. Mais do que intitular, as referidas nomenclaturas são elementos definidores de uma forma específica de apropriação do espaço e, além disso, fazem do bairro um território demarcado, acabando por imortalizar personagens, mas também certas famílias e suas histórias na vida social da localidade. Todo esse movimento em prol da perpetuação de uma memória branca e europeia deixa revelar esse espaço como palco de disputa de poder, advinda de uma elite local que perpetua a sua presença, suas memórias no território e na história em detrimento de outras experiências compartilhadoras desse tempo-espaço, acima de tudo, dos grupos negros habitantes de Guaianases.

Ainda sobre a Rua Salvador Gianetti, é possível evidenciar a Paróquia São Benedito, estrategicamente situada junto à porta de entrada do bairro, e que comunica sob qual fé e/ou instituição ecumênica se submeteu esse território. Fundada oficialmente no ano de 1940, a igreja foi construída num terreno doado pelos proprietários, o senhor Benedicto Leite de Ávilla e sua esposa, dona Antônia Cardoso Leite, imigrantes portugueses, à Mitra Archidiocesana de São Paulo no ano de 1932, que valia cerca de quinhentos mil réis, conforme escritura de doação registrada no Cartório Masagão de São Paulo. Esse episódio conferiu grande prestígio ao doador, uma vez que o mesmo é, por vezes, rememorado como o real motivo pela escolha de seu homônimo padroeiro, São Benedito⁴⁶. E essa é uma questão que nos chama a atenção, especialmente quando em busca de uma chave interpretativa enquanto possibilidade de entender esse processo de nomeação, dialogamos com Holanda (1995), que percebe no brasileiro uma acentuada afetividade, sinalizada dentro da religião e dos ritos católicos conformados no Brasil numa prática cordial, mais humanizada, carinhosa, propositora de maior intensidade, intimidade. Para o autor, o brasileiro propõe um relacionamento de familiarização com as divindades, facilmente observado pelo exemplo citado por ele sobre Santa Teresa de Lisieux, chamada no país de Santa Teresinha.

⁴⁵ Sobre a família Gianetti, conferir nota de rodapé nº 42.

⁴⁶ Informação captada em conversa informal com a atual secretaria da paróquia, a Sra. Joana (nome fictício), em 15 de setembro de 2015, e também com Roger, funcionário administrativo, responsável pela organização da história da instituição no bairro, em 14 de setembro de 2015.

A adoração aos santos é composta por uma acentuada dimensão afetiva baseada numa proximidade, uma paixão devocional por seu padroeiro que, então, relativiza e propõe a necessidade de uma interpretação que vá além da homenagem da figura em si. Nisso, entendeu-se que uma comunidade não escolheria um padroeiro sem manter com ele toda uma relação de afetividade e fé. E o fato de haver um padroeiro negro na igreja matriz de Guaianases é muito significativo a fim de perceber a presença de uma memória negra naquele lugar. O que significa pensar que não só o catolicismo sofreu um enegrecimento desde o século XVIII, como cita Mattos *et al* (2014), com conversões de africanos e afro-brasileiros, como é possível considerar uma relação dialógica, na qual há um “empretecimento” ou uma africanização de brancos que cultuam um santo negro, apropriando-se desses signos culturais. O preto no branco e o branco no preto. De um lado uma marcha que repele, nega e invisibiliza, e do outro um movimento que revela a força das culturas negras penetrando, transpondo, invadindo, entranhando-se⁴⁷.

Outro espaço permeado pela religiosidade católica no bairro e muito citado em diversas fontes consultadas é o Cemitério de Guaianases. Os cemitérios são citados por Bellomo (2008) como fontes históricas de preservação da memória familiar e coletiva, reveladoras da formação étnica, da genealogia, de crenças religiosas, das posições da população local perante a morte e de um patrimônio público, um museu a céu aberto. Por vezes sacralizados, os cemitérios são mais do que uma resposta física para o problema da morte, já que se constituíram como espaços reveladores de memórias. No entanto, mais do que a instituição cemiterial oficial, fundada entre as necrópoles municipais de São Paulo em 1903, o espaço ou terreno em que o cemitério de Guaianases está edificado é apontado como existente desde o ano de 1887 como destino dos corpos de escravizados da região, o que deixa revelar outras memórias⁴⁸.

⁴⁷ Cabe salientar que apesar de inúmeros contatos feitos com a administração da igreja local, a Diocese de São Miguel e a Arquidiocese de São Paulo, constatou-se a ausência de documentos que pudessem nos auxiliar na busca por dados demográficos sobre a comunidade religiosa do período da sagração. Mesmo podendo contar com uma produção historiográfica recente que tem se aprofundado no estudo das igrejas que se constituíram em devoção a santos(as) negros(as), organizadas por grupos negros em forma de irmandades na busca pelo reconhecimento de seu protagonismo na construção da cidade de São Paulo e na preservação de suas histórias, culturas e identidades, não houve qualquer possibilidade de afirmar, com relação à Paróquia São Benedito, semelhante movimento de constituição, sem fazer ilações, por falta de documentação que nos indicasse tal realidade.

⁴⁸ Sobre tais informações não nos é possível fazer afirmações categóricas e descritivas, ou nos aprofundarmos nessa análise, já que o documento consultado e que nos aponta tais elementos não foi datado, ou tão pouco possui autoria, o que o torna bastante frágil.

3.2 Memórias presentes em histórias negras

Ao olhar para o tecido urbano da cidade de São Paulo, Azevedo percebe experiências concretas e históricas que não se deixaram apagar diante de uma racionalidade elitista moderna. São manifestações que emergem em resposta aos processos impostos de urbanização e metropolização, também, expressas em “traços específicos da cultura dos grupos, nos costumes, nos gestos, nos cantos e nos territórios apropriados” (2006, p. 23). Sobre o bairro paulistano de Guaianases, identificou-se o esforço para se fortificar uma identidade eurocentrada, a qual foi popularizada entre os habitantes, junto às ações que marcaram e delimitaram seus espaços na promoção de uma invisibilização das culturas e experiências negras constituídas na relação com o território. A perpetuação de uma história hegemônica impregnou a memória popular coletiva, entretanto não sendo capaz de encerrá-la. Estes são movimentos de resistência em espaços diferentes, que se encontram no objetivo comum de perpetuação das memórias negras. Estas são micro-Áfricas.

O conceito de micro-Áfricas, cunhado por Azevedo (2006), conforma-se para além do plano das ideias e, sobretudo, assume múltiplos sentidos reconhecedores dos modos africanos, característicos de pensar e estar no mundo, que penetraram os copiosos fazeres e saberes da vida cotidiana dos grupos negros na cidade. Pensar em micro-Áfricas é também desprender-se de lentes singularizadoras e homogeneizadoras das experiências culturais dos grupos negros, olhar suas miudezas e conclamar suas multiplicidades. Por isso, o conceito nos é tomado como norteador e guia, para pensar e compreender as resistentes memórias negras no bairro de Guaianases, numa perspectiva que busca os pormenores, o que é comumente despercebido, as microconjunturas, o simples, o corriqueiro, o que é aparentemente desimportante, mas capaz de lançar luzes sobre as profundezas do viver.

Múltiplas, as micro-Áfricas constituíram-se a partir de “grupos afros em determinados espaços sociais onde tiveram que reagrupar e redefinir práticas culturais herdadas dos descendentes de africanos diante do processo de urbanização da cidade de São Paulo” (*Ibidem*, p. 34). São verdadeiros territórios de resistência na “luta para preservar e ressignificar suas expressões culturais” (*Ibidem*), que, insubmissos, desobedecem aos “limites estabelecidos do que deveria ser a cidade” (*Ibidem*), ou, em nosso caso, o bairro, produzindo “formas de sociabilidade e sensibilidade que expressam a cultura dos afro-paulistas de modo difuso” (*Ibidem*, p. 24), mas também de outros grupos negros alocados na urbe.

Olhando para os lugares culturais, físicos e ideológicos onde os grupos negros são entendidos enquanto agentes de suas culturas e histórias, que buscam reafirmar África em seus saberes e na constituição de suas relações, para estabelecer referências como estratégia na constituição de espaços de enunciação, esses grupos se articulam e se fazem ouvir. É a partir das micro-Áfricas que desconstroem retóricas universalistas, valorizam o local, confrontam epistemologias consagradas e se autorrepresentam. Portanto, identificar micro-Áfricas nesse universo bairrista é, também, pensar movimentos engendrados pelos grupos negros de Guaianases na luta contra o apagamento de suas memórias da história popularizada, reconhecendo o pertencimento à comunidade, a esse território, as lutas pela sobrevivência, para educar os filhos, manter a coesão familiar, constituir o lar. Entendendo-as como o lugar da memória viva que se dá na experiência social, acessá-las representa a oportunidade de perceber o redimensionamento dos traços negro-africanos nos modos de ser e estar desses grupos e de, igualmente, recompor essas memórias negras latentes em Guaianases.

Como estratégia para acessar e captar tais memórias, pensadas a partir das experiências vividas (sentidas), nos aproximamos da tradição oral que, se apropriando da palavra materializa a dimensão espiritual, vibrando forças divinas, compondo a força vital das sociedades africanas e assumindo seu lugar de fonte primeira do conhecimento, conforme idealiza Hampaté Bâ (2010). No Brasil é possível reconhecer sinais dessas tradições africanas, uma ascendência escancarada pelo modo de narrar, memorizar e de se fazer das culturas negras, como percebe Antonacci (2013). Mais especificamente, escolheu-se a metodologia da história oral que se dedica a registrar as narrativas das experiências humanas de pessoas, até então, anônimas nas histórias universalistas, para abrir as janelas propostas por Antonacci, em paredes tão bem concretadas pelo tempo, pelo sistema de ensino ocidental e um conjunto de valores cartesianos. De acordo com o autor:

a história oral se assenta na voz [...] suas fontes são agentes históricos e não documentos distantes; concepções de tempo, trabalhos de vocalidade e memória, territórios de subjetividade e performances corporais [que] tornaram-se questões emergentes. (2013, p. 30)

Segui-la implica, segundo Vansina (1982), a assunção de uma atitude que valoriza um tipo de experiência comumente ausente na historiografia tradicional para ter contato com valores profundos e sabedorias ancestrais, privilegiando cognições que se organizam a partir da oralidade.

Mesmo assim, conforme aponta Souza, entendeu-se que as fontes orais por si próprias não detêm o poder de produzir uma contra-história mesmo que estiverem transcritas nestas as narrativas oralizadas fidedignamente. Antes, o autor aponta a necessidade maior de se “superar pressupostos da linearidade, dos determinismos, trabalhando criticamente com as fontes”, para que estas fontes possam constituir-se como um “recurso para cobrir lacunas dos arquivos escritos” (1995, p. 20), o que requer do historiador, ainda, profundas análises, uma busca por atribuir sentido ao que se ouve e contextualizações diversas. Ademais, cabe dizer que se manter com os sentidos atentos permitiu o alcance de subjetividades apontadas por Portelli (1993) alocadas nas entrelinhas que permeiam as narrativas das histórias vividas, trazendo a sociedade para o debate acadêmico, uma das façanhas empreendidas pela história oral.

Segundo Hall (2013) ninguém escapa das formas de representação social e nisso se aloca um grande desafio, o de buscarmos as autorrepresentações, afinal, todos têm o direito de acessar memórias formadoras de suas identidades. Desse modo, procurou-se constituir uma relação empática e afetiva para a abertura das memórias, como observamos em Bosi (1994), e passamos a compreender o entrevistador e os entrevistados como coniventes. O entrevistador se aproxima dos dramas, dores e alegrias narradas, sem perder de vista a preocupação social e acadêmica, assumindo um papel de mediador nessa relação, e o entrevistado é o colaborador que, a partir de suas memórias, leva o entrevistador a pensar novas questões da pesquisa. Entendê-los dessa forma é tecer uma relação mais humanizada, na qual o entrevistado jamais é entendido como um objeto de pesquisa. Suas narrativas se constituem em fontes orais e, portanto, são elementos imprescindíveis e centrais para as reflexões deste trabalho, como aponta Souza (1995) quando busca apreender os significados da experiência humana dos sujeitos ocupantes de terra e suas lutas por moradia na periferia da Zona Leste de São Paulo.

3.3 Entrevistas

Na África, os silêncios são parte da conversa. O silêncio é uma outra maneira da palavra viver e há coisas que não podem ser ditas de outra maneira. (Mia Couto)

Ancorados nos saberes da tradição oral e na oralidade como recurso de veiculação destes, buscou-se nessa tradição viva um meio que nos possibilitasse apreender as memórias negras do bairro. Concordando com Bosi (1994) no entendimento de que lembranças revelam

passados, as entrevistas empreendidas nos possibilitaram identificar diferentes formas de perceber o mundo e outras representações do bairro, que contemplaram relações sociais e raciais peculiares. São essas respectivas histórias de vidas que revelam práticas cotidianas comuns, táticas e estratégias em prol da sobrevivência e da constituição de relações entre os sujeitos e que emanam um potencial enunciativo como observa Certeau (1982), que nos auxiliaram a reconstruir um outro olhar, a partir de vozes que ainda não haviam sido ouvidas. Nesse movimento, constituiu-se o exercício da escuta e da palavra, a escuta do outro, uma das características marcantes em Certeau (1998) e que acontece como um processo de busca para entender a alteridade e perceber sujeitos que se estabelecem pela palavra.

Assim como as velhas tecedeiras de colchas de retalhos, que habitam minhas lembranças infantis, acolho fragmentos das falas dos negros moradores do bairro de Guaianases, tendo como elo entre suas histórias a palavra, para que se possa escrever memórias. São histórias locais que reconhecem no colaborador o sujeito, pois estas só acontecem por ele, independente de sua classe social, nível de escolarização ou etnia, nas quais o ambiente do aprendizado se torna o mundo. Entendendo que a história universalista é incapaz de representar a todos, mas que havia, até então, conseguido se impor sem abrir precedentes e possibilidades de argumentação com outros pontos de vista, colocamos em relevo as histórias particulares, aquelas que não se deixaram calar, que não foram anuladas, que resistiram e estão cheias de significados.

A partir da história oral de vida, na qual as narrativas possuem feições biográficas, seguimos com entrevistas abertas, com o mínimo de interferência da mediadora, conforme sugere Meihy (2007), reconhecendo na liberdade do falar um fator de humanização de uma historiografia que se alarga, porém que se aproxima de seus sujeitos enquanto forma de registro da experiência de homens e mulheres. Consoante D'Alessio, “a exposição oral de um tema retira o autor do isolamento da escrita [...] durante uma entrevista, não quer ler um texto, quer ouvir; não quer a letra, quer a fala” (2001, p. 69). Fala esta que teve como meio de coleta um gravador, usado no objetivo de registrar, preservar e descentralizar o uso e a produção das memórias, tornando-as uma oportunidade de acessar as relações entre o local e o global, abrindo as experiências e memórias negras de Guaianases para o mundo, o que representa o possível alcance de uma produção científica.

Sobre o caminho escolhido de abordagem dos sujeitos para motivar ou desencadear o processo de rememoração, seguimos as pistas e apontamentos deixados por Bosi (1994),

quando ele evidencia a necessidade de se adotar uma aproximação não direta, diversificada e afetiva, e de Le Goff, que percebe as fotografias familiares como proporcionadoras de uma revolução nos processos de memória, quando “evocam e transmitem a recordação dos acontecimentos que merecem ser conservados” (2003, p. 402). Sendo assim, usamos as fotos antigas dos próprios colaboradores como elementos de aproximação e suportes acionadores de “memórias adormecidas” (BOSI, 1994). Entre uma foto e outra, foi possível adentrar em experiências profundas como a de Dona Izilda Salgado Lopes, mulher negra de 61 anos, casada, mãe de duas filhas e moradora do bairro de Guaianases.

Dona Izilda chegou à região no ano de 1961⁴⁹, onde mora até hoje com a sua família. A entrevista ocorreu em sua casa, mais especificamente, na cozinha. Cômodo que tem grande representatividade para ela, uma vez que no começo de sua vida de casada, a cozinha e um banheiro eram o que constituía a casa toda. Além de ter sido construído pelas mãos de seu marido, o cômodo que atualmente é a cozinha foi testemunha do nascimento de sua filha mais velha, Rose.

Com muitas fotos antigas sobre a mesa, Dona Izilda deu início a sua narrativa, rememorando suas experiências infantis e nos revelando uma história marcada por lutas, vitórias e conquistas. Passando as mãos carinhosamente na primeira foto que escolheu e com um olhar terno, apresentou a matriarca da família, sua mãe de criação, Dona Gilda, que estava presente na maioria das fotos sobre a mesa. Além de ilustrar tantas imagens, a matriarca também é evidenciada como uma das personagens comumente invisibilizadas na cena paulistana do livro de Carolina Maria de Jesus, publicado no ano de 1960, *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*⁵⁰. Nele a autora cita Egidia, chamada por todos de Gilda, mas que no livro é chamada de Angelina – a preta.

Ainda bebê, Izildinha, como era chamada carinhosamente por sua mãe de criação, foi entregue por sua mãe biológica, dona Andréia, que também é citada no livro de Carolina como Amélia⁵¹, para sua madrinha dona Gilda, que de posse da criança mudou-se da favela do Canindé e passou a criá-la sozinha. Durante toda a infância Izildinha passou a acompanhar sua mãe de criação na rotina diária de trabalho:

⁴⁹ Mesmo o recorte de nossa pesquisa enquadrando-se entre os anos de 1930 e 1960, considerou-se esse espaço de tempo como sinalização cronológica, um elemento que não engessa o pesquisador e a pesquisa, mas antes indica rumos, aponta direções e orienta.

⁵⁰ JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

⁵¹ Mãe biológica de Izilda.

Minha mãe trabalhava em casa de família, lá no Canindé, e morava lá. E isso foi desde sempre. Eu fui criada dentro dessa casa, a casa da família Malatesta⁵². Porque minha mãe não sabia ler, né?! Nessa época a maioria era empregada doméstica ou pedreiro! Negro era servente de pedreiro, ou... as mulheres eram empregas domésticas. Aqui na época, hoje em dia não, mas na época você não tinha uma pessoa formada.

Dona Gilda, como outras mulheres negras a partir de meados do século XIX, trabalhava em serviços domésticos, o tipo de trabalho comumente entendido como serviços de negros, conforme problematizamos no capítulo 2.

Além da família Malatesta, Izilda rememora que sua mãe também trabalhou para a família do último candidato eleito presidente na República Velha do Brasil, Júlio Prestes de Albuquerque⁵³. Como personalidade de destaque internacional, Prestes foi capa da revista *Time*⁵⁴ no ano de 1930, e tem sua história política reconhecida por uma historiografia brasileira positivista e celebrativa, produtora de uma imagem identitária nacional branca. Dona Gilda, mulher negra e empregada doméstica – responsável pelos cuidados com a casa, com a saúde, higiene e alimentação da família Prestes de Albuquerque, traz a representação de populações silenciadas e/ou invisibilizadas que contribuíram para o desenvolvimento do país, dos estados, das cidades e dos bairros em funções menos valorizadas de modo geral, mas de vital importância para o progresso tão desejado.

Da experiência de ser negra e filha de empregada doméstica, e de conviver diariamente com os filhos e filhas dos patrões, Izilda traz lembranças de uma relação marcada pelo racismo.

Eu sofri racismo! [...] eu ia com a minha mãe e ficava na casa de família com ela. Ia pra escola de lá e ficava com ela. E aí tinha as meninas que eram filhas das patroas, as meninas que moravam ali na rua. E a gente brincava e na brincadeira, elas diziam:

(*Izilda interpretando a fala das meninas*): – Você é a empregada!

(*Izilda interpretando a sua fala quando jovem*): – Ah, mas eu não quero ser a empregada!

(*Izilda interpretando a fala das meninas*): – Você vai ser a empregada!

⁵² A família Malatesta é de origem italiana, segundo carta digitalizada que se encontra nos arquivos online do Museu da Imigração de São Paulo. Escrita por Biagio Malatesta, que ao fixar residência no Brasil, chama seu pai Vincenzo Malatesta na Itália para residir no país. A carta foi escrita em língua italiana. Disponível em: http://memorialdoimigrante.org.br/acervodigital/upload/cartas/MI_CC_A0000433X.pdf. Acesso em: 5 jun. 2014.

⁵³ Eleito pelo voto popular, Júlio Prestes foi impedido de assumir o cargo de presidente da república no ano de 1930, devido à explosão do Golpe Militar.

⁵⁴ Capa da Revista *Time*. Disponível em: <http://content.time.com/time/covers/0,16641,19300623,00.html>. Acesso em: 17 jun. 2014.

Então é a tal história. Você por ser mais escura do que elas, você sempre tinha que ser a empregada! A babá! Na brincadeira, mas eu sofri esse tipo de racismo na infância.

Dona Izilda demonstra um total entendimento do racismo que conformava essas relações e se tornava mais nítido quando, mesmo numa brincadeira, ela sempre ocuparia a função de empregada, o lugar que a sociedade destinava ao negro, o lugar da servidão. Além disso, os negros não atendiam aos interesses de uma cidade que se queria europeizada, branca, higiênica. Moradora de favela, Izilda e sua família foram alvos das chamadas reformas urbanas ou ações higienizadoras das regiões centrais da cidade de São Paulo, discutidas no primeiro capítulo, que produziram a segregação de grupos negros em territórios periféricos. Santos (2003) cita Washington Luis, ex-prefeito da cidade de São Paulo, como um dos articuladores desses movimentos que desejavam, sobretudo, isolar empurrando para as bordas⁵⁵ os inconvenientes. Izilda rememora a continuidade desses movimentos na década de 60, numa ação de desapropriação da favela do Canindé promovida pelo então prefeito Adhemar de Barros:

Adhemar de Barros fez um levantamento de todo mundo que morava na favela. E aí o que ele fez? O que eu acho que deveria ser feito hoje em dia, ele chegou em todo mundo e falou:

(Izilda interpretando a fala de Adhemar de Barros): – Olha, tem Cidade Adhemar, Guaianases... Tremembé! Vocês podem escolher onde vocês querem morar.

E isso aconteceu numa reunião que ele fez com todo mundo da favela.

(Izilda interpretando a fala de Adhemar de Barros): – A prefeitura vai dar (pausa) vai pagar a casa de vocês, vai pagar três meses do terreno e o resto é com vocês.

Ao falar das ações promovidas por Adhemar de Barros, a entrevistada não as reconhece como uma forma de exclusão ou segregação étnica, pois, de certa maneira, ao tirá-los de uma condição socialmente tida como de marginalização declarada, onde não moravam em casas, mas no que se classificavam como barracos: “casa é casa, barracão é barracão” (JESUS, 2007, p. 48), o ex-prefeito “oferece” um lugar que cada um poderia chamar de seu. As pessoas teriam a possibilidade de, aparentemente, sair da clandestinidade da favela e passar a ter um lugar. Mesmo assim, mais do que acabar com o espaço físico da favela na desapropriação do espaço, acabava-se, igualmente, com o “problema” chamado favelado. Carolina Maria de Jesus traz para a sua narrativa alguns dos estereótipos constituídos

⁵⁵ Expressão de Rolnik (1989).

socialmente sobre o favelado, o indivíduo que tem no seu modo de vida a sua identidade, como “um infeliz”, “um objeto fora de uso”, “marginal”, “maltrapilho”, “projeto de gente humana”, “delinquente”, entre outros, afinal, a favela era um lugar que não combinava com a modernidade da cidade paulistana.

Guaianases foi um dos destinos oferecidos antes do despejo na Favela do Canindé. E apesar de representar a realização do sonho do *lugar pra chamar de meu*, naquele momento ele ainda era o não-lugar, a margem.

Eu não tinha noção, era criança, eu tinha 8 anos nessa época. Um dia encostaram um caminhão lá, colocaram todas as madeiras do barraco dentro do caminhão, todos os móveis da minha mãe e trouxeram. Quando a gente chegou aqui, não tinha asfalto nenhum, não tinha água, não tinha luz, não tinha nada! Essa frente aqui era tudo mato. Aqui em Guaianases tinha 5 casas! Naquela época era só bambuzal, era só bambu. Não tinha nada ali! Você olha daqui, você saindo daqui você olha pra lá, lotado de casa. Naquela época não tinha.

Minha mãe veio visitar Guaianases com um pessoal. Quando ela chegou aqui (pausa) é... eu não vim, quando minha mãe chegou aqui ela, ela disse:

(*Izilda interpretando a fala da sua Mãe de criação*): – Ah... eu não vou morar lá não! [...] Olha, nós vamos morar num lugar feio, viu?!

Guaianases era só mato [...] era tudo terra, barro!

Além da família de Izilda, muitas outras também se mudaram no mesmo levante para Guaianases. A favela continuava, na figura dos sujeitos que, segundo Izilda, viam as promessas da modernidade desmoronar diante da realidade do lugar que lhes era oferecido. Suas falas se mostram ancoradas no enfrentamento de situações adversas, apropriando-se do espaço periférico, adaptando-se ao novo, num processo de ressignificação de si mesmo e do território, abrindo novos caminhos, encontrando trilhas, expressando o seu modo de ser e estar no mundo, resistindo, constituindo micro-Áfricas em Guaianases.

Eram todos negros! A maioria da favela era negra! Aí a gente veio morar aqui. Para esse bairro veio eu, minha mãe. Os moradores, a dona Rita negra, mas ela já faleceu, só moram os filhos dela. Veio a Cristina que também era negra, a Edite, também falecida. A dona Dócia, mas também já falecida, ela era mais clarinha. Dona Domingas, que também era negra e que veio de lá e morava aqui também. Aí foi, ficamos aqui, e aí começou a progredir, uma casa aqui, outra ali.

Durante o processo dialógico construído por nós e dona Izilda o modo como ela trazia sua narrativa memorialista chamou a atenção: há uma memória que excede nomes e

personalidades, para trazer carne e pele. Numa dinâmica interpretativa, onde a voz mudava, ora mais grave ou mais suave, os olhos se tornavam mais intensos ou parcialmente desfocados. As palmas das mãos, em frenesi, emitiam sons ou se juntavam à boca numa simulação de gritos. Era um corpo que não cala, que traz uma marca pessoal no modo de narrar, de contar suas histórias. Uma tradição oral, plástica, elástica, que se materializa e se assenta num corpo transmissor das narrativas de um passado que se presentifica, num acessar performático das memórias. Glissant (2005) encontra nesse corpo, que evidencia a persistência das memórias negras, especificidades formadoras de uma estética ancorada na vivacidade africana, traduzida em batuques, ritmos, oralidades e nesse modo de contar com o corpo, um corpo que explode, que não se contrai, mas que se expande e toma conta: tudo ao mesmo tempo e agora.

Mesmo acessando memórias de extrema pobreza, escassez, lutas, preconceitos e racismos, dona Izilda traz uma perspectiva vitalista do mundo durante toda a narrativa, numa reafirmação de que o mundo é algo que sempre vale a pena. Exemplo vivo do que Glissant (2005) aponta como uma das características das culturas africanas e da diáspora, um sujeito que não se comporta de maneira derrotista diante dos problemas e das dificuldades, numa espécie de reencantamento com o mundo.

Trabalhei 22 anos em casa de família. Dos 11 aos 33 anos. E eu trabalhei 8 anos de venda, eu ia pro Paraguai buscar muamba pra vender, eu ia pra Argentina, eu ia pra terra do bordado, pra Monte Sião, eu viajava ia buscar mercadoria pra vender. Fiquei 8 anos nessa luta! Mas a luta que eu passei, tô tendo recompensa agora. Sabe por quê? Vim da favela do Canindé, morava num cômodo só. Porque minha mãe morava num barraco, de um cômodo e um banheiro! E o banheiro ainda não era lá, você tinha que fazer fila para ir no banheiro, era pro lado de fora! E saber que eu consegui ir pra Europa. Consegui, agora, ir pros Estados Unidos, nossa... isso me deixa, sabe... Eu tenho o maior prazer de viajar. Eu trabalho, agora sou funcionária pública, trabalho no CEI aqui.

Eu me orgulho de mim mesma! Da luta que eu tive, do que eu passei na minha vida e eu consegui fazer o que eu já fiz.

Hoje a minha menina mais velha é coordenadora. Fez a faculdade dela com muita luta [...] Ela passou em 17º lugar, e naquela época brigava pra passar né?! [...] E a outra minha menina, eu sempre batalhei para que elas estudassem fora. Ela foi pra faculdade, fez Sistema da Informação e hoje é analista numa grande empresa de seguros.

Suas vitórias são expressas como subversão, vencer é resistir, é uma urgência da própria existência, é subverter o sistema mundo⁵⁶ desagregador, promotor de uma roedura das culturas, da exclusão e do apagamento das memórias. Ela nos traz no contar das histórias um pouco das memórias desse corpo negro vivo – força vital, que resistiu à escravidão e ao colonialismo, à pobreza, à exclusão, à segregação. É um vitalismo que se perpetua na família de dona Izilda e em todas as dimensões de sua vida. Escolarizar-se era um dos grandes sonhos nutridos por ela, que quando criança só pôde fazer até o 4º ano primário. Como se problematizou no capítulo 2 deste trabalho, havia – ou ainda há – um ideário social que classificava o indivíduo não escolarizado como inferior. O que colaborava para a definição do seu respectivo lugar social, dos serviços que lhes cabiam, de onde deveriam morar, entre outros fatores. A escolaridade assumiu-se como elemento constituidor de superioridade em nosso país, conforme observa Galvão e Pierro (2012). Estudar/escolarizar-se significava uma chance de escapar da condição de marginalidade imposta aos negros não letrados. E é por isso que dona Izilda perseguiu durante toda a sua juventude esse ideal de escolarização.

Então, eu sempre tive vontade de estudar. E aqui nessa escola da frente, tinha ginásio, tinha colégio, mas eu não podia estudar, porque eu trabalhava em casa de família, porque eu tinha a menina para cuidar. Mas aí o tempo passou, quando eu fiz 44 anos, eu consegui vaga na escola Clara Mantelli, no bairro do Belém. E aí em 3 anos eu fiz da 5ª série até o 3º colegial. Aí eu consegui fazer!

Eu perdi agora no Jambeiro a inscrição da faculdade de Matemática. Me inscrevi nessa escola UAB, só que aí eu fui pra Punta Cana e Nova York agora, e perdi o vestibular, mas eu vou fazer faculdade!

Por meio de estratégias, dona Izilda e sua família, assim como tantos outros negros do bairro de Guaianases, venceram os problemas e as dificuldades que se apresentaram, constituindo valores profundos, se reinventando, produzindo culturas, resistências, sentidos e significados, negando e desconstruindo verdades consagradas hegemonicamente, fazendo de experiências inegavelmente dolorosas, vitórias, produzindo saberes e conhecimentos nas dobras da racionalidade iluminista, resistindo, subvertendo e assumindo o protagonismo de suas histórias.

Outro personagem da história negra de Guaianases e que entrevistamos na rua, lugar com o qual o próprio mantém uma relação de familiaridade quando diz se sentir muito à vontade, foi o Sr. José Honório, nascido em 1937, mais conhecido como Zezinho. Trazido

⁵⁶ Expressão de Glissant (2005).

para São Paulo por um movimento migratório de Minas Gerais facilitado pela chegada do trem, que o permitiu adentrar Guaianases, no ano de 1961.

Eu vim lá de Minas Gerais, e de lá fui pra São Miguel, e de São Miguel fui pro Brás, Rua Serra Dourada, e de lá fui pro bairro da Lapa. Lá eu casei, aí vim pra cá!

Eu fui lá na Patriarca, fiquei umas 3 semanas lá, aí eu disse que ia andar e vi o trem passando e pulei nele. Depois pulei a linha e vim aqui! Cheguei aqui tinha o trem véio, pulei e encontrei um conterrâneo, onde eu comprei a casa dele. Depois, todo mundo vinha pra cá. Aqui era feio!

Justificando a sua chegada ao bairro, nos aponta um crescente movimento demográfico em decorrência de outras chegadas. O bairro recebia mais pessoas, mesmo não tendo grandes recursos a oferecer, ou como dito pelo Sr. Zezinho, sendo feio. E esse crescimento não se dava apenas de fora para dentro, mas na constituição de famílias que se alargavam progressivamente.

Eu casei com 25 anos e minha esposa, 23 anos. Tive 6 filhos, 1 morreu, agora tenho 5. Dois homens e 3 meninas.
E minha esposa... Não te falaram, não? Em abril faz 2 meses que ela morreu.

Mesmo falando sobre a morte de sua esposa, o Sr. Zezinho não demonstra nenhum movimento ou expressão de tristeza. Sua lucidez ao rememorar-la e o dedo indicador da mão direita tocando o queixo permitiram perceber seu retorno a um tempo bom. Esboçando sorrisos repentinos, acessava nitidamente lembranças felizes e incorruptíveis, mesmo pela morte.

Eu arrumei serviço às 10 horas lá no Brás, e aí já comecei a trabalhar. Eu construía casas particulares. Eu não estudei. Muito mal sabia escrever o meu nome, agora que fiquei cego (risos). E tinha que trabalhar de domingo. Eu nunca fui de baile, só carnaval! Carnaval eu gosto. E não tinha carnaval aqui, eu ia lá na Penha – Vila Esperança.
Nunca joguei nem baralho, nem dominó, nem palitinho (risos). Era só carnaval e toma umas!
Ôh... era de lei (risos). Era só chegar, quando chegava do serviço à noite. Para dar uma relaxada.

Mesmo ocupando postos de trabalho de mão de obra pesada – ele era pedreiro – os já citados serviços de negro, e reafirmando a ideologia de inferioridade que se construiu sobre o sujeito não escolarizado para justificar a dura jornada que se estendia até o domingo, a

narrativa do Sr. Zezinho é permeada pelo bom humor, a piada, um vitalismo, uma força exposta mesmo sob situações de grandes lutas, um olhar menos sombrio. Apesar de falar muito pouco sobre o lazer, os momentos de descontração que usufruía na juventude, ele nos aponta dois de seus deleites: a bebida, que pode ser percebida como prática social, o escape de uma realidade de tantas lutas marcadas pelo trabalho árduo sem folgas e de poucas possibilidades, e o carnaval.

Conhecido pela vizinhança como um bom contador de causos, Sr. Zezinho não se furtou em narrar uma de suas aventuras juvenis, durante a entrevista.

A gente passava por ali óh... (apontando para uma rua acima da que estávamos). Tinha um trilho ali, aí tinha um barraco ali. Aí subiu 2 ou 3. Um branco e 1 escurinho, ali naquele viaduto, ali tinha uma padaria e o açougue do Abílio. Comprei carne pras crianças, subiu 2 ou 3 e foi só colocando a mão no meu bolso, aqui... óh (apontando e rindo). Mas num acharo (sic) o dinheiro, ele tava bem escondido. Eles olharam a carne e disseram: (Sr. Zezinho interpretando os ladrões) – esse bagulho nós não qué (sic) não! Aí mandou eu correr (risos).

Sobre suas práticas sociais no bairro, Sr. Zezinho evidencia a sua cultura religiosa, o catolicismo, e a da esposa que se converteu posteriormente ao protestantismo. Quando perguntado sobre qual era a igreja do bairro que frequentava, o mesmo afirmou categoricamente que frequentava a paróquia do padroeiro negro do bairro, a Igreja São Benedito, todo domingo. O que sugere ou aponta para uma possível presença de devotos negros conformando o público, de modo geral, desta comunidade religiosa, num compartilhar dos espaços.

Aqui era igual, tinha negros e brancos. Você conhece o Bigulino? Um negão, ele chama José. Foi criado perto do bar da dona Helena. Tinha o Antônio também, ali na esquina. Agora ele mora cá pra cima. Era tudo moleque, agora é tudo vovô.

As pessoas vinham de todo lugar, de Minas, do Norte. E também tem o Tatá, eu conheci o pai dele, eles são alemão! Tinha os Ferraz, parece que eram portugueses. O Tatá diz que fazia vinho, o terreno deles era cheio de parreiras, o pai dele plantava.

Aqui tinha plantação de uva, banana...

Além de reafirmar as presenças negras e brancas, como compartilhadoras do bairro, ele ainda aponta para uma família alemã habitante da região, dedicada à produção agrícola e de vinhos. O que evidencia um bairro que se fazia mais do que um dormitório para a cidade paulistana em desenvolvimento.

Quando eu tinha 6 anos, eu tinha dois pé de jabuticaba, lá em Minas Gerais com a minha família. Meu avô era livre, mas acho que meu bisavô era escravo! E diz que era de um lugar... (pausa) de um quilombo! Tem quilombo aqui e lá em Minas. E foi num quilombo que meu irmão perdeu. Ele veio da África, e aqui no quilombo perdeu outros irmãos. Tinha quilombo aqui em São Paulo, mas eu não sei onde é que é. Tem uns lá em Minas também. Eu não conheci meu bisavô, só meu avô, mas ele era livre. Aqui em Guaianases só tive alegrias, graças a Deus, só alegria.

Mesmo não podendo utilizar a fotografia para despertar as memórias durante a entrevista do Sr. Zezinho, como usamos com dona Izilda, por ele hoje não enxergar muito bem, foi extremamente sintomático perceber a rua como experiência sociogeográfica do presente e passado assumindo um papel de gatilho da memória, e os recursos corporais utilizados por ele para acessar suas memórias. Mesmo com sons de carros e motos incessantes, o Sr. Zezinho sempre sorria, coçava a cabeça ou virava o corpo em vários sentidos e colocava os dedos indicadores no queixo. Percebi que esses movimentos eram como chaves que abriam portas de lembranças ancestrais, permitindo o acessar memórias negras profundas, como a experiência familiar junto à escravidão, numa narrativa que evidencia sobretudo a insurgência a esse processo aterrador. Foram áfricas e quilombos que deixaram marcas, sentidos e significados na conformação de um lugar, uma memória que reconhece para junto de si a resistência do bisavô, apresentado a ele pela tradição oral familiar. E mesmo diante de tantas lutas cotidianas, é o eterno encantamento com a vida que fica em seu discurso engraçado e leve, onde ser feliz também é resistir.

Nascida em Uruguaiana, Porto Alegre – Rio Grande do Sul, dona Ilda Rodrigues de Oliveira chegou a Guaianases no ano de 1937.

Eu não fui criada com os meus pais, foram meus padrinhos que me criaram. Mas da minha mãe eu me lembro, mãe é mãe, a gente nunca esquece. Ela trabalhava em casa de família, e meu pai era malandrão, era bem de vida. Tinha animais e trabalhava na fazenda. Ele não era dono, só trabalhava nela, recebia salário.

Fui criada numa fazenda, eu andava de cavalo bastante. Eu ainda monto em qualquer um. Me lembro de quando era mocinha com uma amiga da fazenda, os donos dos cavalos chegaram e foram comer com os homens, mas deixaram seus cavalos do lado de fora. Quando nos viram, perguntaram se eu e minha amiga queríamos andar um pouco, então montamos neles e saímos galopando. Até que eles começaram a correr muito e quase caímos, ficamos de língua de fora, assustadas, mas conseguimos controlar no braço (rindo muito).

Dona Ilda concedeu-nos a entrevista na casa em que mora desde que chegou a Guaianases. De pés descalços, maneira como anda costumeiramente, espalhou fotos sobre a sua cama convidando a adentrar em suas memórias. Dona de grande estatura, suas mãos largas seguravam cada foto de maneira firme, até que os olhos se enchessem de lágrimas e a boca destacasse cada personagem imortalizado nelas. Mesmo não tendo nenhuma foto da mãe ou do pai, não foi difícil que acessasse aquelas memórias tão envolvidas pela afetividade e, nitidamente, pela saudade. Mesmo tendo sido criada por seus padrinhos, a lembrança dos pais não foi expressa com qualquer rancor ou distanciamento, durante muitos outros momentos da entrevista, foram se evidenciando fragmentos nos quais eles apareceram de maneira cotidiana e recorrente.

O que nos fez entender que seus pais não se mantiveram longe, mas que a criação se deu de maneira compartilhada com os padrinhos, geralmente amigos sem laços consanguíneos, conformando um modelo familiar permeado por princípios fundamentais da filosofia africana, evidenciado no capítulo 1 desta dissertação, apontado por autores como Serrano e Waldman (2007) e Appiah (1997), no qual as práticas de criação de um membro são de responsabilidade de todos, e esse todo acaba por constituir o suporte fundamental da comunidade, a família extensa. Nisso, percebeu-se as famílias extensas como formadoras de uma espécie de estrutura, conforme aponta Glissant (2005), uma rede de solidariedade e comunitarismo que impregnou o tecido social e que não se dissolveu, mas se ressignificou, desdobrando-se enquanto experiências, suporte fundamental, a opção por um mundo conceitual estranho ao processo de canibalização cultural ocidental. São memórias africanas ressignificadas nas diásporas.

Na primeira foto mostrada, ela aparecia em tenra idade, ou como ela denominou entre sorrisos e suspiros saudosos: “uma menininha!”. Junto às fotos, há uma carteira do exército brasileiro, onde se encontra uma foto de seu esposo, o Sr. João Batista, e informações a respeito de suas atividades profissionais. Demonstrou-se bastante orgulhosa ao acessar tais lembranças, acarinhou várias vezes o documento e a foto do esposo.

Ele era músico militar. Era da banda de música. Essa noite eu ainda estou pensando assim, se eu pudesse ir embora daqui, embora...
Ele morou aqui comigo, foi ele quem começou a construir a minha antiga casa de tijolos, mas depois ficou doente.

As lembranças de seu esposo falecido fizeram dona Ilda acessar memórias tristes. Quando disse que pensava em ir embora, pareceu querer sair não simplesmente de sua casa,

ou do bairro, mas daquele período de tempo. Seus sorrisos eram mais comuns entre lembranças da juventude, da terra natal, ela queria voltar no tempo. Passou a escolher entre as fotos aquelas que continham sua filha, também falecida. Segurando as fotos de Lila Maria, a primogênita, suas mãos acarinhavam com ternura, como fizera ao lembrar-se do marido. Entre sorrisos e olhos baixos, a narrativa vai sendo perpassada pela reafirmação de que sua fala nada tem a contribuir com a pesquisa.

A gente não presta a atenção. A gente que não sabe ler, não guarda as coisas na cabeça. Quem estuda é diferente. Eu, tudo que entra por um ouvido sai pelo outro.

A fala de dona Ilda nos traz uma concepção de inferioridade que, segundo Galvão e Pierro (2012), foi imputada aos sujeitos não escolarizados ou analfabetos, e introjetada por estes, que os enquadram num grupo que em si nada tem de relevante e, por isso, não contribuem com o progresso e o desenvolvimento da nação. A força ideológica dessa concepção levantada pelos autores sobre tais sujeitos se mostrou a partir das recorrências das falas, durante as entrevistas de todos os colaboradores. Uma vez contatados para a pesquisa, percebiam um reconhecimento da importância de suas histórias de vida, até então, invisíveis a outros olhos.

Apesar da idade avançada, hoje com 97 anos, dona Ilda mostrou-se uma mulher muito independente, apresentando a casa em que mora sozinha, cozinha, faz suas compras, cuida de suas inúmeras plantas e mantém seus animais, alguns cachorros e um gato, o mesmo gato que “[...] entrou menina, dentro do guarda roupa, mas rasgou tudinho. Até a foto do falecido meu marido ele rasgou (risos)”. Mesmo diante de um fato que normalmente enfureceria o dono da foto, dona Ilda achou graça, demonstrando no modo de falar de tal acontecimento, um sentimento fraternal pelos animais. Foi possível perceber que tanto os cachorros e o gato mantinham-se sentados no sofá principal de sua saleta, o mesmo ao qual ela se referiu como: “[...] eu nunca usei esse sofá (risos), nunca fiquei aqui na sala sentada assim para conversar (risos)”. Os animais pareciam ocupar um espaço familiar de grande importância em sua vida, assim como as plantas, das quais ela disse cuidar todos os dias. A sua casa tem uma representação muito grande em suas colocações, o lugar que é seu.

Durante nossa conversa, dona Ilda relata, ainda, ter amigas que trabalhavam em um centro de umbanda ou candomblé fixado no quintal de sua casa. Mesmo com essa proximidade física, e sua casa apresentando evidências da presente religiosidade de matriz africana, uma vez que na parede da sala de estar, acima da porta, encontra-se uma imagem de

São Jorge e em outra parede do mesmo cômodo um quadro de Iemanjá sobre as águas, ela afirma o seu distanciamento dessas práticas religiosas. A presença desse território de religiosidade nos remete à permanência de uma ancestralidade negro-africana em Guaianases, já que é no terreiro que grupos negros ligam-se aos ancestrais, consoante Santos (1996).

Correndo pelos caminhos do bairro, o Sr. Vicente Engrácio de Moura tornou-se uma figura muito popular entre os moradores, acostumados a sua corridinha miúda que o levava pelos arredores. Aos 89 anos, já não se dedica mais às corridas que aprendeu a amar desde menino em sua cidade natal, Firmino, em Minas Gerais. Durante a infância morava no sítio de seus pais, que são assim descritos: “Meu pai era alto, fortão, negro da roça. Minha mãe era uma negra baixinha. Eles se conheceram em Minas”.

Em meados da década de 1950, ele e a família migraram de Minas Gerais para a cidade de São Paulo, mais especificamente, para o bairro de Guaianases. Motivados pelo discurso evidenciado popularmente sobre a cidade do trabalho, a família mineira constituída por dona Conceição Francisca de Moura, a esposa que colabora em outra entrevista, e seus filhos embarcaram para conquistar o sonho de uma vida melhor. Recém-chegado no bairro, o Sr. Vicente trabalhou como alfaiate em sua casa, mesma profissão que exercia em sua terra natal.

O serviço era algo muito difícil, não se tinha trabalhos por aqui. Havia muitos negros por aqui, como eu e a maioria morava aqui e trabalhava na cidade. Eu tive 9 filhos, não foi fácil criar todos. A maior dificuldade foi fazer com que todos estudassem, havia poucas oportunidades.

Sua narrativa evidencia uma presença negra trabalhadora, que põe em relevo o caráter dormitório do bairro nesse período. Ademais, qualquer outra dificuldade que pudesse ter para efetivar a criação de seus filhos é colocada em segundo plano diante de algo que para ele tem urgência, os estudos. Ainda atribuindo grande valor à escolarização, ele diz: “Quando cheguei aqui eu não era muito bem tratado pelas pessoas, porque elas não eram instruídas”. Mais do que mediar conhecimentos, a escolarização para o Sr. Vicente representava ter ou não ter educação, saber ou não tecer relações harmoniosas com outras pessoas.

Mesmo exercendo uma profissão no bairro, ele nos relata a necessidade de encontrar outro trabalho, no qual pudesse ser melhor remunerado. Por isso, passou a trabalhar no grupo escolar da Universidade de São Paulo – USP.

Eu trabalhava na USP, na escola da USP como inspetor. Eu estudei lá, também. Fiz alguns cursos. E lá eu era muito famoso, todo mundo me procurava.

Falar de sua experiência na USP lhe fez acessar memórias muito felizes, seu rosto, por vezes inexpressivo durante a narrativa, toma contornos vivazes, alegres, de um contentamento indisfarçável. Foi a partir da universidade que ele passou a correr profissionalmente, integrando uma das equipes da USP em maratonas no Brasil e em países como Japão e Estados Unidos. Suas inúmeras medalhas, sempre evidenciadas por ele com orgulho, testemunham a trajetória do atleta.

Quando questionado sobre suas práticas de lazer no bairro, para além das corridas, o Sr. Vicente reafirma sua paixão e faz revelar um Guaianases dos times de várzea⁵⁷:

Eu corri desde que cheguei aqui! Na equipe da USP eu era o único negro que correu no Japão. Mas eu não sabia falar japonês, fui ajudado pelos amigos, eles intermediavam tudo. Mas eu também jogava futebol aqui. Nos times de futebol tinham poucos negros, e tinha também futebol feminino, era bem pouco mais tinha. Eu não gosto de dançar, era o esporte que sempre me trouxe muitas amizades, me trazia alegria diante de tanta luta. Hoje não faço nada! Os colegas morreram, mas eu gosto de futebol até hoje. Futebol e corrida eram minha vida!

A prática de esportes lhe trazia muito prazer, fazia com que o Sr. Vicente se sentisse vivo. E não apenas pela agilidade ou destreza corporal, mas por sua presença representar a exceção da regra. Fato duas vezes afirmado por ele quando diz que nas corridas e nos jogos de futebol era um dos poucos negros participantes. É perceptível o orgulho que expressa por ter feito parte da história da USP e do futebol de Guaianases como homem negro. Suas palavras denunciam o seu sentimento de vencedor, porque vencer também é resistir.

Dona Conceição Francisca de Moura, esposa do Sr. Vicente desde os seus 21 anos, também natural de Senador Firmino – Minas Gerais, traz uma narrativa marcada por memórias de uma infância proveniente do trabalho duro.

Minha infância foi muito sofrida, trabalhei desde os sete anos, cozinhando pro pessoal que trabalhava com o meu pai. Porque minha mãe tava sempre doente. Ajudava a cuidar dos meus nove irmãos. Eu sou a mais velha. Mas eu era tão pequena pro serviço, que colocava um caixote de madeira pra subir em cima e lavar louça, mexer no fogão em casa com 7 anos. Porque eu já tinha que ajudar a minha mãe. Já com 14 anos eu já trabalhava em casa de família. Minha mãe sempre foi doméstica e eu também era de lavar, passar, cozinhar.

⁵⁷ Spagiani (2015) trata da expressividade alcançada pelos clubes amadores organizados no bairro de Guaianases desde o começo do século XX até os dias atuais, conformando mais do que uma prática esportiva de lazer, mas uma tradição.

Acessar tais memórias representou para Dona Conceição algo muito doloroso. Todas as vezes que era incitada a se aprofundar um pouco mais nas lembranças, interpelava dizendo que suas histórias não eram interessantes, e que não haveria nada nelas que eu gostaria de saber. Uma experiência de sofrimento e trauma foi sendo revelada a cada palavra, de uma mulher negra forjada pelo esforço do trabalho pesado. Como filha mais velha, era sobre ela que repousava a responsabilidade de ajudar na criação dos mais novos e da casa, o que lhe impôs um amadurecimento precoce. Seguindo os passos da mãe, torna-se empregada doméstica, uma herança compartilhada por vultosos grupos negros femininos. Além disso, ainda compartilha de outras similitudes, como o fato de não ter frequentado a escola num país que tinha na educação a materialização de um processo de seleção e exclusão, como apontam Galvão e Pierro (2012).

Quando meu pai juntou um dinheirinho e nos mudamos para a cidade, eu já não tinha mais idade para ir pra escola, já tinha passado dos 7 anos. Porque naquela época, criança que passou dos 7 anos não tinha lei para eles entrar na escola. Mas eu sei ler e escrever do meu jeito, porque eu aprendi com a minha mãe em casa. Para ir na escola tinha que andar 3 horas para chegar nela, e depois 3 horas pra voltar. Não tinha ônibus.

A narrativa de Dona Conceição revela uma maternidade que se apropria e dá conta de outros papéis, como uma mãe que ensina sua filha a ler e escrever. Uma ação que não se encerra no fato, mas diante da conjuntura vai significar uma resposta às demandas urgentes da população, um modo de subversão e resistência à ordem imposta que impossibilita, elimina e cria parâmetros de exclusão aos sujeitos, como o limite de idade, a distância, entre outros. Para ela, escolarizar-se era uma condição possível para o outro, “Se você tinha diploma, você tinha tudo! Era só mostrar o diploma”, encerrando-se numa condição de inferioridade introjetada: “As minhas contas eu sei fazer de cabeça, mas eu nunca fui pra escola, então tô por fora de tudo!”.

Migrante, saiu da cidade de Firmino com destino a São Paulo dentro de um ônibus de viagem. Sobre essa experiência pontua agruras que a marcaram, como a necessidade de ela grávida e de toda a família dormir uma noite inteira na rodoviária. Vieram para Guaianases por intermédio de um tio que já havia fixado moradia anteriormente.

Aqui em Guaianases, nós construímos 2 comodozinhos apertado, no quarto era tudo beliche. Eu lavava o vestido de manhã e quando chegava mais ou menos uma hora eu tinha que ir lá na prefeitura, mas o vestido não tava bem enxuto, mas eu vestia assim mesmo. Era assim.

Mesmo diante de uma vida de grandes dificuldades, Dona Conceição encontra subterfúgios e manhas para suportar as agruras: os cômodos são apertados? Coloca-se beliches. A roupa não seca a tempo? Estica-se no corpo e o sol do caminho vai acabando de secar. Não há tempo para o derrotismo, o olhar sombrio. A sobrevivência é urgente e se faz a partir de um otimismo prático, no dia a dia, é uma maneira de se lidar com a existência.

Chegando aqui trabalhei fora, em casa de família. Trabalhava no centro de São Paulo: Consolação, nos Jardins, Rebouças. Eu trabalhei numa casa na Aclimação que o menino deles um dia que eu tava passando me disse: (*Dona Conceição interpretando*) – Eu não gosto de você, viu dona?! Porque você é muito pretinha, demais! (risos). Eles eram sírios.

A experiência do racismo sofrido no trabalho é narrada de maneira leve, como travessura de criança, mas realça mais uma vez o preconceito que permeia relações de trabalho entre empregadores e empregados. Há uma mentalidade racista que reverbera em falas infantis, tanto nesse caso, quanto no caso de dona Izilda, e que conforma o indivíduo a um lugar desde sua tenra idade. É uma ideologia que se reproduz e se mantém, ditando as regras e os lugares de cada um, e que se desdobra no cotidiano e impregna o psiquismo do sujeito atingido por tais práticas.

Todos os meus patrões eram brancos. Tinham o cabelo liso, bonito. O mais bonito de todos. O cabelo corrido, que não dá trabalho. Lavou, chacoalhou, enxugou, não dá trabalho nenhum! Mas eu nem lembro muito dos detalhes deles, sabe? Porque eu não tinha muita coragem de ficar encarando eles. Acho que eu tinha medo, eu era meio assustada.

Há um sistema de opressão, denunciado por Hooks (2005), que acaba sendo internalizado pelo oprimido e naturaliza uma relação de inferioridade, na qual em nada se tem malícia, e o belo habita o outro, o branco. Reconhecer o seu medo de encarar os patrões nos fornece elementos para pensar a constituição da superioridade branca que regula relações sociais, como as de uma empregada negra e o seu empregador branco, marcadas por permanências do sistema escravocrata:

Eu nunca quis que meus filhos passassem pelo o que eu passei ou estava passando. Por isso, não coloquei nenhum deles para trabalhar em fábrica que pegava gente de menor. E olha o que aconteceu, todos estudaram, têm seus empregos e a maior parte deles já está, inclusive, aposentado. Eu tive 9 filhos.

Mesmo pontuando suas dificuldades Dona Conceição, hoje com seus 85 anos, se reconhece como uma vencedora que tem nos filhos suas medalhas. Ter conseguido criá-los sem que precisassem trabalhar e podendo dedicar-se aos estudos representa, para a menina impedida de estudar, a realização de um sonho. E nos revela a capacidade do oprimido de conquistar sistemas de dominação, inserindo-se e vencendo. Porque conquistar também é resistir.

A combinação ritmada de cavaquinho, pandeiro, surdo, cuíca, tamborim, repique e um canto inflamado fizeram a trilha sonora da entrevista de dona Penha Maria Lima Severino, que se fosse música se chamaria samba! Mulher negra, de 57 anos, nascida na mesma casa no bairro em que morou até se casar com 19 anos, diz com orgulho que nunca saiu de Guaianases. Nossos diálogos se deram em sua casa, espaço que seria facilmente confundido com um barracão de escola de samba, uma associação ou um bar de amigos. Cada parede é adornada de modo diferente, são fotos, quadros e penduricalhos diversos espalhados por seu vermelho alegre.

Filha de Agostinho Cassiano de Lima, pedreiro, e Teresinha Rodrigues de Lima, doméstica, migrantes de Minas Gerais, da cidade de Guapé, chegaram ao bairro procurando melhores condições de vida.

Meu pai e minha mãe foram uns dos fundadores de Guaianases. Não sei ao certo o ano que chegaram aqui, mas meu irmão de 68 anos já nasceu aqui, e meus pais já viviam aqui. Meu pai construiu quase todas as casas de Guaianases na época.

Ao falar de seus progenitores, dona Penha reivindica um papel de fundadores, ou seja, protagonistas das histórias de criação do bairro. Rememorar o pai como construtor das casas do bairro é também dizer que o papel de fundador não está só no plano das ideias, mas antes se materializou numa prática construtora, que dá forma, proporciona vida para aquele bairro. Nisso ela desloca o olhar sobre um serviço comumente associado à inferiorização dada aos serviços braçais para imputar a ele o título de construtor – fundador.

Tendo em mãos uma de suas fotos em preto e branco, em que estavam ela, seu pai, mãe, primas e tio dentro da gruta da Igreja São Benedito, onde está alocada a imagem do padroeiro do bairro, relata que durante a sua infância frequentava dominicalmente aquela igreja, também edificada por seu pai.

Naquela época o mutirão de construção da igreja era meu pai, o seu Vicente, o seu Emilio, o José... e todas as pessoas, eram quase todas negras. Naquela época tinha bastante negro na São Benedito, eram fiéis a São Benedito. Mesmo os poucos brancos que tinha, viviam mais ali no meio da negrada.

Rememorando uma comunidade de fiéis majoritariamente negra, que conformava a membra da igreja no período de sua construção, traz o elemento quantitativo para dentro dos questionamentos sobre a escolha do santo padroeiro negro do bairro, propostos a partir da página 102 deste trabalho de investigação. Dona Penha reconhece uma comunidade negra em torno da igreja, uma presença que, inclusive, ajudou a erigi-la.

Eu sou nascida e criada em Guaianases, nunca saí! Porque temos muitas famílias antigas aqui, como os Gianettis, mas só que eu acho que as pessoas se esquecem das outras famílias que veio. Eles colocaram as famílias ricas, mas não colocaram as famílias pobres. Porque se você vê em Guaianases, você vai achar a família Bonfim, antiga, ninguém fala deles. A família Minha, que é a minha família, os Senhas, somos famílias antigas, mas eles nunca vieram para conversar com a gente, só coloca os Matheus, dizendo que fizeram melhorias pro bairro. Mas o meu pai também fez, e aí?! Meu pai trabalhava de pedreiro, na chuva e no sol. O seu Vicente⁵⁸ também fez e ele também é esquecido. O seu Emilio... então, tem um monte de negros que ninguém se lembra. Essa história de Guaianases que hoje todo mundo pinta, na realidade não é isso!

Num discurso bastante lúcido e militante, ela coloca em relevo uma crítica às histórias popularizadas no bairro que constroem uma memória branca e imigrante em detrimento da forte presença negra em Guaianases. Reconhece outras famílias negras que igualmente participaram dos processos de melhoria para a área, e reivindica a participação destes trabalhadores que não eram donos dos meios de produção, mas compartilhavam os trabalhos.

Minha vó Maria foi uma das primeiras parteiras do bairro, fez quase todos os partos aqui do bairro e ela não cobrava nada de ninguém. A gente não tinha hospital, os partos eram feitos tudo em casa. Quando ela faleceu eu tava com 6 anos.

A memória de sua avó parteira reafirma uma função que se levantou nas entrelinhas da análise dos registros de nascimento do bairro, realizada no capítulo 2, e lança luz sobre os questionamentos que ali surgiram sobre a remuneração do trabalho das parteiras, um ofício não remunerado exercido por mulheres. Um elemento bastante interessante e que a diferencia

⁵⁸ O Sr. Vicente também é um de nossos colaboradores.

dos outros relatos femininos, é que dona Penha é a primeira entrevistada que não segue trabalhando como empregada doméstica, a exemplo de sua mãe. Ela rompe com essa hereditariedade do serviço doméstico, tão evidenciado nas outras narrativas, exercendo a função de overloquista.

Eu sou uma criança muito triste, tem gente que não percebe, mas quem me conhece sabe. Eu acho que é devido a minha infância [...] que foi boa, mas teve muitos momentos tristes da nossa vida. Fome, sede, a minha mãe trabalhava e deixava a gente pequeno com meus avós para trabalhar. Ela trabalhava, mas a gente comia e bebia mal, e a gente mal vestia. Minhas primas foram criadas junto com a gente, onde comia um, comia dez, comia vinte. A roupa que não servia, passava pra outro, um dependia do outro. Eu tive e não tive infância, já com 7 anos cozinhasse para 12 pessoas no fogão de lenha. E se não cozinhasse o chicote estralava. Eu brincava bem de vez em quando, minha mãe deixava a gente brincar.

De uma infância de dificuldades, onde o trabalho era a ordem primeira, dona Penha traz uma fala marcada por sentimentos de perdas e ausências. Criação comunitária, comida e roupas compartilhadas, brincadeiras substituídas por trabalho são elementos comuns que unem todas as narrativas desta pesquisa, colocando em relevo a conjuntura em que grupos negros estavam inseridos no bairro, além de nos permitir, também, elucubrar sobre um modo de ser e estar no mundo ancorado em princípios fundamentais da filosofia africana desdobrados enquanto experiência, conformando um eu comunitário, evidenciado nos textos de Serrano e Waldman (2007) e Appiah (1997)⁵⁹.

Criada em meio a esse movimento de vida, onde o que é de um é de todos, dona Penha, quando adulta, deparou-se com outras realidades e agruras que cercavam os grupos negros do bairro. Visitando muitas casas teve contato com situações de miserabilidade extrema e teve em si despertados sentimentos de solidariedade e o desejo de assistir sua comunidade. O pertencimento e a identidade vão reafirmar um eu participativo que, como cita Glissant (2005), se expressa e se completa no outro.

Acho que me envolvi com tudo isso por necessidade, e me envolvo até hoje. A gente vai se arranjando, um dá uma coisa, o outro dá outra, quando a gente vê, pronto! Já tem tudo! E aí a gente faz aquela festona, porque a união faz a força.

Sua casa pode ser facilmente confundida com um depósito cheio de pacotes de fraldas, brinquedos, roupas, diversos materiais que ela utiliza para desenvolver seus projetos

⁵⁹ Para uma discussão mais específica, ver em Cap. 1, deste trabalho.

comunitários. Pautando-se na força da comunhão, seus projetos caminham como um movimento integralizado, em que o ser humano é entendido enquanto um todo. Além de artigos como roupas, remédios, entrega de leite, verduras, campanha do quilo, entre outros, dona Penha também transita pela dimensão cultural, quando passou a organizar grandes festas juninas na Rua Antônio Thadeo⁶⁰, quando algumas pessoas da comunidade ficavam responsáveis por uma barraca típica e o lucro era direcionado para o sustento de seus diversos projetos. Durante as festas havia muitas brincadeiras e diversas apresentações de grupos locais, ali se constituía um ponto de encontro de grupos negros e de toda a comunidade, quando era possível ter contato com expressões culturais e de sociabilização. Mesmo assim, com pesar, dona Penha nos conta que deixou de fazer a já tradicional festa junina de Guaianases pela instalação de uma linha de ônibus na respectiva rua, o que impossibilitava o seu fechamento durante as noites de festa. Em nome da modernidade, ações de melhorias urbanas que adentram, agora, os espaços periféricos, ainda expulsam a presença ou as manifestações negras dos territórios. Um passado tão presente.

Outro movimento cultural constituído por dona Penha e sua comunidade é o Samba na Sombra, grupo que tem como presidente seu esposo, Faustino Rosa Severino. Surgido de uma conversa entre amigos, trata-se de um grupo negro que, sob a sombra de uma árvore na rua, passa todo o último domingo de cada mês entoando sambas, cantigas e memórias. Há um rede de sociabilidades forjada nessas rodas de samba na sombra.

Naquela época começaram [a administração regional] a plantar árvores nas ruas. Plantaram muitas, mas com o tempo a maioria morreu ou foi arrancada para colocar asfalto, murar, construir outras coisas. Mas tinha uma, aquela que ficava na frente do bar que a gente se reunia, que nós cultivamos. Era onde se reuniam os amigos, era debaixo dela. Todas as outras cortaram, ela foi a única que sobreviveu. Eu acho que foi por causa da nossa força. Ali muitos cresceram, morreram, mas a gente continua debaixo da árvore. Essa árvore a gente adotou. Por isso todo mundo cuida dela.

A árvore tornou-se o símbolo desse movimento de expressão cultural negra, no qual a natureza faz parte de uma dimensão sobrenatural e também da vida humana constituindo uma relação ser humano-natureza, trata-se da representação de um elemento que, exposto a intempéries, se refaz constantemente para sobreviver. Assim, ela passa a ser sentida e vivida pelo grupo, o que é muito significativo na medida em que há um reconhecimento da

⁶⁰ Aqui, mais uma vez encontramos uma rua que evidencia a memória da presença italiana no bairro, nesse caso, da família Thadeo do ramo industrial oleiro.

capacidade de resistência desses sujeitos da história ao lhes serem atribuídos papéis como o de abençoar vivências com a sua sombra e testemunhar chegadas e partidas deste mundo. Samba na sombra vai se constituindo como uma forma de produzir e expressar culturas negras, uma experiência comunitária produtora de ritmos, sons e memórias dentro do urbano. É mais do que uma reunião musical, é cultural.

A comunidade organizou um batizado para a árvore que passou a se chamar “Samba na Sombra”. Em cumprimento ao ritual, toda a comunidade se achegou cantando o enredo feito em sua homenagem:

Menina dos olhos cheguei
Oh cheguei!!!
Me empresta sua sombra
Eu vi você crescer, me farto de tanto lazer
Junto com meu samba

Samba na sombra da árvore cantando poesia
O samba pede passagem com sua magia

Quem canta espalha o calor
O peito transborda de amor
No coração de um bamba

É tão feliz, quem canta samba
Samba um samba o ano inteiro
É partideiro, é raiz, quem canta

Seja no outono ou inverno
Primavera ou verão
Estaremos contigo, seja qual situação

Forte guerreira, não importa o tempo
Daqui pra frente tu serás inspiração
Pra nossa canção⁶¹

Demonstrando uma relação de afetividade entre a comunidade e a árvore, respeito, interdependência, fidelidade, reconhecimento e louvação, a música preparou o caminho para o derramar de águas em suas raízes, representando o alimento que dá a vida para que ela jamais morresse, depois cada um abraçou seu tronco e findou-se com todos fazendo a ela muitos pedidos. Mesmo assim, a festa não estaria completa, segundo dona Penha, se não começasse: “Levamos tudo para a rua! Arroz, carne, saladas, tudo debaixo da árvore. Aqui é assim, todas as nossas comemorações, as festas, é tudo debaixo da árvore.” As festas da comunidade são

⁶¹ Música “Samba na Sombra” – Fonte de Inspiração de Faustino Rosa, Du Samba, D’Castro, Nenê Troca Letra e Conde da comunidade Samba na Sombra. Letra cedida por dona Penha Maria.

compostas de um exagero estético na fartura de comidas, músicas, corpos, danças, sorrisos e alegrias que são compartilhados com os participantes diretos e todos que estiverem passando na rua.

Trazendo as angústias e alegrias dos grupos negros, as letras das músicas compostas pela comunidade do Samba na sombra se constituem a partir das experiências cotidianas, trata-se de uma rotina que inspira. Cantam o sol, o andar complicado da vida, o nascimento aguardado, as brigas da vizinha, a mulher do português, a poética da vida miúda, isto é, tiram do anonimato o sujeito de vida comum:

Eu travei, eu travei.
 Num belo domingo de manhã
 Com minha nega que armou uma mutreta pra mim não jogar
 Não jogar, não jogar
 Eu chorei, insisti, implorei
 Nesse jogo eu não posso faltar⁶²

Nossa amizade é tão ilustre
 Nos reunimos e nós vamos festejar
 Com harmonia, muita paz e saúde
 Felicidade, deixa a vida te levar
 Hoje a alegria está no ar⁶³

Em combate a essas experiências culturais, são expostos racismos e impedimentos balizados no discurso dominante, para subalternizar, impedir e silenciar as múltiplas resistências.

A gente por cantar ali sofremos muito racismo, principalmente da dona do depósito que fica do lado da árvore. Ela acha que as folhas que caem em seu telhado ou dentro do seu comércio atrapalham. Ela chamava os pais de família de vagabundo, brigava com todo mundo. Mas a gente contornou. E suas flores são amarela, aí fica tudinho amarelinha, e quando a gente tá ali debaixo cantando o samba dá aquela ventania, e as pétalas cai tudo em cima da gente. Aquele muro, também, atrás da árvore era pintado, tinha os desenhos das mesas, dos instrumentos, a sombra, mas aí veio aquela lei da prefeitura e tivemos que apagar tudo. Mas agora nós vamos fazer de novo, porque agora parece que pode.

⁶² Música “Eu travei”. Compositores: Samba na sombra, Raiz do Samba.

⁶³ Música “Parabéns a você/Aniversário”. Compositores: Samba na sombra, Raiz do Samba.

Para a negativa se encontrou um caminho, os impedimentos podem ser combatidos e a hostilidade pode ser contornada, conquistada, porque vale a pena, a vida vale a pena, e, segundo dona Penha:

Às vezes as pessoas me dizem que vão largar o movimento, mas eu não vou largar! O samba não pode parar! [...]

Eu com 7 anos de idade já saía na rua com os blocos de carnaval, meus tios, meus irmãos, meus parentes tudinho. Eu era pequenininha, minha mãe fazia minha fantasia com papel crepom e saíamos todos bonitos no cordão. Esse meu samba veio no sangue, na veia, desde criança. Meu pai tinha um conjunto de pagode e tocava pandeiro. A gente tinha aquelas danças nossas rituais, que a gente fazia com os cantos que meu pai fazia com o pandeiro dele de couro de carneiro, e ali já começava a festa. E ele aprendeu com o pai dele, lá em Minas Gerais. Minha família é só negros! Meus filhos foram tudo criados no partido, eu sou partideira. Eu toco timba e cuíca. Sabe quando você chega na avenida, por mais que a gente desfila só 40 minutos, mas para nós é uma felicidade.

A narrativa de dona Penha nos revela um papel de liderança cultural, que foi assumido também por algumas mulheres negras ligadas ao samba paulistano. Figuras femininas que assumiram papéis protagonistas dentro das redes negras de sociabilidades constituídas nos movimentos musicais e no universo cultural negro, como cita Azevedo (2015). A mesma mulher negra, comumente representada pela figura da subalternidade, o objeto a ser consumido, a serviçal, como cita Gonçalves (2006), apropria-se de funções vitais para os grupos e suas memórias. Apaixonada pela vida, pela comunidade, pelo outro, essa líder se declara a um samba forte de dimensões históricas, ressonância direta na diáspora, ancestralidade, que inibe a morte da existência e permite que ela se conecte com o sensível, o tempo e com suas verdades mais profundas, o sentido de ser e estar no mundo. Para dona Penha: “O samba não morre! Sem samba eu não vivo! Se não tiver um pagode fico doente! O samba é tudo na minha vida!”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar, ouvir e cruzar memórias nos deram a oportunidade de perceber as complexas experiências negras do bairro de Guaianases como expressões culturais contínuas e enraizadas na vida da comunidade. São memórias que escaparam do esquecimento ocasionado pelo tempo, resistiram ao movimento natural da vida e foram capazes de reconstruir vivências que ficaram inscritas em cada um e no todo, conformando narrativas que colocam uma história eurocentrada e universalista em xeque, num emergir de presenças, outrora invisibilizadas, que fazem de Guaianases um lugar de enfrentamento. Em meio a ordens que designavam onde se deve morar, para quem ou no que trabalhar, como andar, o que ou quando falar, como se deve ser ou estar no mundo, constituíram-se lugares de desobediência, micro-Áfricas.

Olhos e ouvidos já condicionados pelas rotinas do cotidiano precisaram ser reensinados, diante das narrativas captadas foi preciso reaprender Guaianases. Deduções esbarraram em novos elementos, o que exigiu refazer pressupostos para compreender que mais do que qualquer combate bélico, viver é a maior resistência. Tendo em vista as similitudes expostas em todas as entrevistas, as dificuldades, as lutas e as ausências foram contornadas ou ultrapassadas pelos movimentos de homens negros e mulheres negras comuns que optaram por processos conceituais conformados na história local e na ancestralidade. O negro de Guaianases não ficou sozinho, não perdeu suas árvores, não calou o seu canto, não aquietou o seu corpo, não amoleceu a cerviz, não mordeu a isca da modernidade.

Mesmo diante de um branqueamento imposto culturalmente, as narrativas se encontraram, revelando memórias, heranças, saberes e fazeres ressignificados em diáspora. São resistentes memórias negras que trouxeram as Áfricas para a vida cotidiana, promoveram um escurecimento local e reafirmaram a crescente presença negra encontrada nos registros de nascimento analisados. A partir desses documentos oficiais, foi possível projetar um cenário demográfico, apesar das ausências motivadas pelo custo da feitura do mesmo, que provavelmente deixou milhares de brasileiros, que nasceram, viveram, fizeram parte da vida social dos lugares e morreram sem nunca ter sido inscritos como nacionais, por não poder registrar-se ou fazer parte da história.

Adentrar nos processos históricos que se desenrolavam na cidade de São Paulo a partir de trabalhos que pensaram a cidade, sua racialização e segregação, nos permitiu perceber

como se constituíram diferenças étnico-raciais na cidade paulistana e formas de cognição em seus espaços, para compor um discurso que rejeita repetir conclusões a partir das ausências do lugar, aquilo que falta, mas antes, questionando e trazendo para a discussão o que se produziu, o que se tem como patrimônio cultural. Um local que não se constrói longe de um projeto global, e que sinaliza para a emergência de se olhar para as histórias locais, a fim de que não reafirmemos constructos dominantes.

Reafirmando uma relação com a urbe paulistana, Guaianases foi se constituindo demograficamente a partir dos fluxos imigratórios e migratórios que se expandiam para as periferias, mas que também dialogavam com a ordem elitista de padrões eurocêtricos, projetora de uma espécie de modernidade não reconhecedora das culturas e memórias negras.

Ainda há muitas histórias negras em Guaianases a serem narradas e compreendidas, são memórias em luta que não negam legados de outras etnias, mas agregam, se fazem presentes, interferem e transformam. Entendeu-se que a preservação dessas memórias se dá efetivamente pelo reconhecimento da presença negra no bairro, como percursos sonoros em meio a um mundo anacústico.

Poder participar dessa experiência negra do bairro e me fazer intermediária de tantas riquezas, tornando-as legíveis ao mundo acadêmico e demais interessados, tem como objetivo colaborar com o eferescente grupo produtor de reivindicações históricas, resistências e reconhecimentos histórico-culturais que se tem composto pelos movimentos de intelectuais negros no Brasil e no mundo. Foi um privilégio e uma honra.

Conhece a carne fraca? Eu sou do tipo carne dura!⁶⁴

⁶⁴ Fragmento da música “Testando”, de Ellen Oléria. Disponível em: <http://letras.mus.br/ellen-oleria/1603166/>. Acesso em: 22 out. 2015.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Geral

ANDREWS, George Reid. *Negros e brancos em São Paulo (1888 -1988)*. Bauru/SP: EDUCS, 1998.

ANTONACCI, Maria Antonieta. África/Brasil: corpos, tempos e histórias silenciadas. *Revista do Programa de Pós-Graduação em História: Tempo e Argumento*. Florianópolis, v.1, n.1, p. 46-67, jan/jun. 2009. UDESC.

_____. *Memórias ancoradas em corpos negros*. São Paulo: EDUC, 2013.

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

ARANTES, Antônio A. N. *Paisagens paulistas: transformações do espaço público*. Campinas /São Paulo: Editora da Unicamp/Imprensa Oficial, 2000.

ARAÚJO, Carlos Eduardo Moreira de. et al. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX*. São Paulo: Alameda, 2006.

AZEVEDO, Amailton Magno. *São Paulo Negra: Movimentos e estéticas periféricas*. Anais COPENE, 2014. Disponível em: <http://www.para2014.copene.org/resources/anais/3/st19/AMAILTON%20MAGNO%20AZEVEDO%20%20-%20OK.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. *A memória musical de Geraldo Filme: Os sambas e as micro-Áfricas em São Paulo*. São Paulo: Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006. Tese de doutorado em História, 242 p.

_____. Mulheres negras do samba paulista. In: MATOS, Maria Izilda Santos; BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo (org). *Cultura, corpo e educação: diálogos de gênero*. São Paulo: Editora Intermeios, 2015.

_____. SILVA, Sheila Alice Gomes da e. Discursos e narrativas sobre o passado: O bairro paulistano de Guaianases em representações no tempo presente. *Cadernos do Tempo Presente*, Universidade Federal de Sergipe, v. 1, p. 85-97, 2015.

_____. Era uma vez...: O negro no imaginário encantado. In: *Sankofa – Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Ano VII, Nº XIV, Dezembro/2014, p. 8-22.

AZEVEDO, Aroldo. *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. v.3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

BELLOMO, Harry Rodrigues. *Cemitérios do Rio Grande do Sul (Brasil): Arte, Sociedade e Ideologia*. Rio Grande do Sul: EDIPUCRS, 2008.

BENJAMIN, Walter. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: _____. *Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política – ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

BENTO, Maria Aparecida. *Cidadania em Preto e Branco*. São Paulo: Ática, 2006.

BERNARDO, Teresinha. *Memória em branco e negro: olhares sobre São Paulo*. São Paulo: EDUC – Fundação Editora da UNESP, 1998.

BONDUKI, Nabil G.; ROLNIK, Raquel. Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho. *Cadernos de Estudo e Pesquisa*. n.2. São Paulo: FAU-USP, 1979. 130 p.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: Lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. *O tempo vivo da memória: Ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *A política dos outros: o cotidiano dos moradores da periferia e o que pensam do poder e dos poderosos*. São Paulo: Brasiliense S.A., 1984.

CARRIL, Lourdes F. B. Quilombo, favela e periferia. In: OLIVEIRA, Reinaldo José de. (org.) *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 145-159.

CASTILHO, Edimilson Peres. *A praça dos trabalhadores de Guaianases: periferia de São Paulo*. São Paulo: Faculdade de História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007. Dissertação de mestrado em História, 131 p.

CASTRO, Marcio Sampaio de. *Bexiga: um bairro afro-latino*. São Paulo: Annablume, 2008.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de fazer*. v.1. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CINTRA, J. P.; LIMA, E. C. O levantamento da Sara Brasil: análise de sua técnica e precisão. In: *Simpósio Internacional Caminhos Atuais da Cartografia na Geografia*, 2010, São Paulo. Anais do 2º Cartogeo, São Paulo: FFLCH-USP, 2010.

COSTA, Carlos Eduardo C. da. *Campesinato Negro no Pós-Abolição: Migração, Estabilização e os Registros Cíveis de Nascimentos, Vale do Paraíba e Baixada Fluminense*,

RJ, (1888-1940). Rio de Janeiro: Faculdade de História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado em História, 201 p.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. 5ª. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

D'ALESSIO, Marcia M. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. *História Oral. Revista da Associação Brasileira de História Oral*, n.4, jun. 2001. p. 55-71 Disponível em: <http://revista.historiaoral.org.br/index.php?journal=rho&page=article&op=view&path%5B%5D=35>. Acesso em: 14 set. 2015.

DIAS, Reginaldo Benedito. A história além das placas: os nomes de ruas de Maringá (PR) e a memória histórica. *Hist. Ensino*, Londrina, v.6, p. 103-120, out. 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/histensino/article/viewFile/12393/10853>. Acesso em: 15 set. 2015.

DOMINGUES, Petrônio. *Uma história não contada: negro, racismo e branqueamento em São Paulo no pós-abolição*. São Paulo: Senac, 2004.

DUTENKEFER, E. Mapa topográfico do Sara Brasil (1930) sobreposto às imagens atuais de satélite do Google Earth. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 156-159, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/97395>. Acesso em: 20 de jul. 2015

FREHSE, Fraya. *O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; PIERRO, Maria Clara di. *Preconceito contra o analfabeto*. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2012.

GONÇALVES, Ana Maria. *Um defeito de cor*. São Paulo: Record, 2006.

GONZALEZ, Lélia. A mulher negra na sociedade brasileira. In: LUZ, Madel T. (org.). *O lugar da mulher: estudos sobre a condição feminina na sociedade atual*. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 87-106.

_____. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, Luiz A. M. et al. *Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS, n. 2, 1983, p. 223-244.

GLISSANT, Édouard. *Por uma poética da diversidade*. Juiz de Fora, Minas Gerais: Ed. UFJF, 2005.

HALL, Stuart. *Da diáspora*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: *História Geral da África I: Metodologia e Pré-História da África*. 2ª ed. rev. Ed. Joseph Ki-Zerbo. Brasília: UNESCO, 2010.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. Alisando nosso cabelo. Trad. Lia Maria dos Santos. *Revista Gazeta de Cuba – Unión de escritores y Artista de Cuba*, jan-fev, 2005. Disponível em: http://www.lppuerj.net/olped/AcoesAfirmativas/exibir_opiniao.asp?codnoticias=9495i. Acesso em: 15 de fev. 2014.

_____. Vivendo de amor. In: WERNECK, Jurema et. al. (orgs). *O livro da saúde das mulheres: nossos passos vêm de longe*. Trad. Maísa Mendonça, Marilena Agostina e Maria Cecília MacDowell dos Santos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 1995, p.188-198.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de despejo*: Diário de uma favelada. 9ª ed. São Paulo: Ática, 2007.

KAKO, Sakitani Kako. *O papel dos trilhos na estruturação territorial da cidade de São Paulo de 1867 a 1930*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2013. Tese de doutorado em Geografia Humana, 148 p.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2008.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2000.

MAGNANI, José Guilherme C. Etnografia urbana. In: FORTUNA, Carlos; LEITE, Rogério Proença. (orgs.) *Plural de cidade: léxicos e culturas urbanas*. Coimbra: Edições Almedina SA., 2009. p. 101-113.

MARICATO, Ermínia. *Habitação e cidade*. São Paulo: Atual, 1997.

MARTINS, Ana Luiza. Café, trabalho e cotidiano no vale do Paraíba Paulista. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (org.) *Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817-1915)*. São Paulo: Condephaat, 2014, p. 71-94.

MARTINS, José de Souza. Depoimento. *Espaço e Debates*, nº 42, 2001, p. 73-84.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. *A Civilização do delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2012. Tese de Doutorado em História, 315 p.

MATOS, O. N. *Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira*. Campinas: Ponte, 1990.

MATTOS, Dirceu Lino de. O parque industrial paulistano. In: AZEVEDO, Aroldo. (org.). *A cidade de São Paulo: estudos de geografia urbana*. v.3. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958, p. 5-42.

MATTOS, Hebe. et al. Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil. *Estud. Hist.* (Rio J.), v. 27, nº 54, Rio de Janeiro, Jul/Dez, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-21862014000200255&script=sci_arttext. Acesso em: 12 set. 2015.

_____; RIOS, Ana Maria Lugão. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *TOPOI*, v. 5, n. 8, jan./jun. 2004, p. 170-198. Disponível em: http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi08/topoi8a5.pdf. Acesso em: 4 jan. 2015.

MATTOS, Wilson Roberto de. *Negros contra a ordem: Astúcias, resistências e liberdades possíveis* (Salvador, 1850-1888). Salvador: EDUNEB, EDUFBA, 2008.

MELATTI, Julio Cezar. Como escrever palavras indígenas. *Revista de Atualidades Indígenas*, Brasília: Funai, ano 3, n. 16, 1979, 9 – 15 p.

MIGNOLO, Walter. *Histórias locais/Projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MORAES, José Geraldo Vinci de. *Metrópole em sinfonia: história, cultura e música popular na São Paulo dos anos 30*. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.

_____. *As sonoridades paulistanas: a música popular na cidade de São Paulo – final do século XIX ao início do século XX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1997.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. Inventariando Inventários. In: _____. (org.) *Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817-1915)*. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014. 17 – 28 p.

MULLER, Maria Lucia Rodrigues. O registro da cor em requerimentos para concursos de professores. *Revista Perspectiva*, Florianópolis, v.28, n.1, jan./jun., 2010, p. 37-62.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra*. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

OLIVEIRA, Reinaldo José de. Interfaces entre as desigualdades urbanas e as desigualdades raciais no Brasil: observações sobre o Rio de Janeiro e São Paulo. In: _____. (org.) *A cidade e o negro no Brasil: Cidadania e território*. São Paulo: Alameda, 2013, p. 43-94.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, dez/1993, p. 41-59.

REIS, Ingrid P. dos. A participação da gestão pública de São Paulo em combate às enchentes: Guaianases, um estudo de caso. In: *ANPUH-SP – XXI Encontro Estadual de História, Trabalho, Cultura e Memória*. Set. 2012, Campinas. Anais Eletrônicos. Disponível em: http://www.encontro2012.sp.anpuh.org/resources/anais/17/1342297673_ARQUIVO_TextoparaAnpuh.pdf. Acesso em: 27 ago. 2013.

REIS, João José. A greve negra de 1857 na Bahia. In: Dossiê Brasil/África. *Revista USP*. São Paulo: EDUSP, n. 18, jun/jul/ago, 1993, p. 8-29.

_____. *Rebelião escrava no Brasil: A história do Levante dos Malês em 1835*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

RIOS, Ana Maria Lugão. *Família e transição: famílias negras em Paraíba do Sul, 1872-1920*. Dissertação de Mestrado em História. Rio de Janeiro: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, 1990. 210 p.

_____. Não se esquece um elefante: notas sobre os últimos africanos e a memória d'África no Vale do Paraíba. In: FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo; JUCÁ, Antônio Carlos; CAMPOS, Adriana. *Nas rotas do Império: eixos mercantis, tráfico e relações sociais no mundo português*. Vitória: Edufes; Lisboa: IICT, 2006. 668 p.

RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012.

_____. *Textos e Tribos: poéticas extraocidentais nos trópicos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

_____. *A utopia brasileira e os movimentos negros*. São Paulo: Editora 34, 2007.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. *Imagens do analfabetismo: a educação na perspectiva do olhar médico no Brasil dos anos 20*. Campinas, Faculdade de Educação da Unicamp, 1995. Dissertação de mestrado em Educação. 136 p.

ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. 3ª ed. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1997.

_____. *O que é cidade?* São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2001.

_____. Territórios negros nas cidades brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro). Rio de Janeiro: *Revista de Estudos Afro-Asiáticos*, 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, set. 1989. Disponível em: http://www.usp.br/srhousing/rr/docs/territorios_negros_nas_cidades_brasileiras.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

SAIA, Luís. Notas preliminares sobre a Fazenda Pau D'Alho (História, Restauração e Projeto de Aproveitamento). In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de. (org.) *Fazendas de Café do Vale do Paraíba: o que os inventários revelam (1817-1915)*. São Paulo: CONDEPHAAT, 2014, 29-69 p.

SANTOS, Acácio Sidinei Almeida. *A dimensão africana da morte resgatada nas irmandades negras, Candomblé e Culto de Babá Egun*. São Paulo, Faculdade de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1996. Dissertação de mestrado em Ciências Sociais, 244 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento Abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: _____. MENESSES, Maria Paula. (orgs.) *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Carlos José Ferreira dos. *Nem tudo era italiano: São Paulo e pobreza (1890-1915)*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2003.

SANTOS, Milton. *A urbanização desigual: a especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

SÃO PAULO (SP). *Comissão do IV Centenário da Cidade*. São Paulo antigo, plantas da cidade. São Paulo, 1954.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário: Cor e raça na sociabilidade brasileira*. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

SOBRAL, Cristiane. *Só por hoje vou deixar o meu cabelo em paz*. Brasília: Ed., 2014.

SOUZA, João Carlos de. *Na luta por habitação: a construção de novos valores*. São Paulo: EDUC, 1995.

SPAGIARRI, Enrico. *Família joga bola: Constituição de jovens futebolistas na várzea paulistana*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2015. Tese de em Antropologia Social, 470 p.

TELLES, Lorena Féres da Silva. *Libertas entre sobrados: Mulheres negras e trabalho doméstico em São Paulo (1880-1920)*. São Paulo: Alameda, 2013.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO (coord.). *História Geral da África I. Metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática; Paris: UNESCO, 1982, p. 157-179.

Legislação

BRASIL. *Decreto nº 5.604, de 25 de março de 1874*. Regulamenta o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, estipulado pelo art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870 e estipula modelos de assentos. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-5604-25-marco-1874-550211-publicacaooriginal-65873-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 9.886, de 07 de março de 1888*. Estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. Legislação Informatizada. Disponível em: http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542_304-publicacaooriginal-50566-pe.html. Acesso em: 25 de nov. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 18.542 de 24 de dezembro de 1928*. Aprova o regulamento para execução dos serviços concernentes nos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=87282>. Acesso em: 28 dez. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 19.710, de 18 de fevereiro de 1931*. Obriga ao registro, sem multa, até 31 de dezembro de 1932, dos nascimentos ocorridos no território nacional, de 1 de janeiro de 1889 até a publicação do presente decreto. Legislação Informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto1971018fevereiro1931516306-republicacao-83165-pe.html>. Acesso em: 28 dez. 2014.

Músicas

OLÉRIA, Ellen. Testando. Disponível em: <http://letras.mus.br/ellen-oleria/1603166/>. Acesso em: 22 out. 2015.

Samba na sombra, Raiz do Samba. Eu travei.

_____, Parabéns a você/Aniversário.

ROSA, Faustino; SAMBA, Du; D´CASTRO; *et al.* Samba na Sombra – Fonte de Inspiração.

Entrevistas

Conceição Francisca de Moura, aposentada como empregada doméstica, moradora do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 25/08/2015.

Ilda Rodrigues de Oliveira, aposentada como empregada doméstica, moradora do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 02/09/2015.

Izilda Salgado Lopes, aposentada pelo funcionalismo público, moradora do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 02/05/2015.

José Honório, aposentado como pedreiro, morador do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 05/08/2015.

Penha Maria Lima Severino, overloquista, cofundadora do grupo *Samba na Sombra* e da Escola de Samba homônima, moradora do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 09/10/2015.

Vicente Engrácio de Moura, aposentado como inspetor de alunos, morador do bairro de Guaianases. Entrevista concedida à autora em 23/09/2015.